

Políticas Públicas Desportivas: A concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen (1995-2001)

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto, especialização na área de Gestão Desportiva ao abrigo do Decreto-Lei 216/92 de 13 de Outubro.

Orientador: Dr. José Manuel Constantino

Ricardo André Ferreira da Silva
Porto, 2008

Provas de Mestrado

Silva, R.A.F. (2008). Políticas Públicas Desportivas: a concepção e construção do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen (1995-2001). Porto: R.Silva. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-Chave: Política Pública Desportivas, Desporto, Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen (1995-2001).

DEDICATÓRIA

*Dedico este imenso esforço a minha amada família, meu Porto Seguro, minha
Montanha.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela chance que me foi concedida de poder viver nesta casa um sonho de muitos anos e que se tornou realidade, de ter colocado em meu caminho essa maravilhosa cidade, que me constituiu durante este tempo inteiro que aqui estive, fazendo desta o meu Porto seguro, das pessoas, das amizades, que em minha chegada, me encheu de vida, me preencheu de outros belos sentidos... tudo o que fica ao Norte é mais bonito, eis meu Bom Porto. Assim, os meus mais sinceros agradecimentos.

À minha grande mãe e as mulheres de minha vida, Maria Ferreira, Luciana, Adriana, Cleany a quem tenho dívidas a pagar para o resto de minha vida e aos manos Rogério e Júnior, amo vocês.

Ao meu velho pai pelo apreço que depositou nessa minha escolha.

Em nome da comunidade brasileira venho através deste, agradecer a esta maravilhosa casa, a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, sonho de muitos colegas que vivem no Brasil, aqui aprendi a viver numa cultura de exigências, venho em nome de todos e todas que aqui fizeram seu mestrado ou doutoramento, dizer de peito cheio meu muito obrigado, me direcionando ao seu Presidente Professor Doutor Jorge Olímpio Bento, um dos últimos mecenas que a vida me deu a oportunidade de conhecer.e que tivemos a chance de viver. Aqui tive as maiores felicidades de minha vida,

Venho assim pedir meu muito obrigado a outro mecenas que também pensei não existir mais, ao Professor Doutor Pedro Sarmiento que me acolheu e protegeu de todas as intempéries que poderia ter sofrido, que me protegeu em seu castelo e quem me ofereceu uma bela e profunda relação de amizade, por ter permitido estabelecer com ele e sua família uma inimaginável afetividade, não tenho palavras para expressar meu apreço, minha amizade, o máximo que posso dizer creio eu, é confirmar que estou consigo até o último dia de tua campanha ou até o dia de minha morte.

É com muita honra que agradeço ao meu orientador Dr. José Manuel Constantino pela possibilidade que me foi dada de ter sido seu orientando, ter mantido as leituras que me orientaram, as lições sobre as relações da política

com o desporto, de ter mantido contato com o rigor e vigor com que expressa seus pensamentos, suas lições e a virtude da vontade da verdade.

Gostaria de agradecer a Professora Doutora Maria José Carvalho pelo carinho e atenção que me concedeu durante todo este tempo, pela chance de ter conhecido sua família e a seriedade que faz uso para encarar as coisas importantes da vida.

Agradeço com muito apreço e orgulho ao Programa Alban de Bolsas de Alto Nível da União Européia para América Latina, que durante este curso de mestrado foi responsável pelo seu financiamento e possibilidades pessoais que me foram ofertadas.

Quero dizer meu muito obrigado ao Projeto Prata da Casa da Universidade Federal do Maranhão, por ter feito com que eu não caísse na mesmice de muitos, fizesse algo de diferente e viesse a descobrir que a vida caminha na esperança e não no medo.

Quero agradecer em especial ao grande amigo gigante mineiro acreano Reinaldo Cajado de Azevedo, com que este tempo inteiro pude compartilhar da sua amizade, do seu respeito, de sua integridade e da sua sempre prontidão e irmandade.

Ao amigo pernambucano Vilde Menezes, que aprendi a conhecer e respeitar, por ter me apresentado o meu bom Recife em Pernambuco, a sua vida, sua família, seu lar, do qual me orgulho em dizer que sou desta terra por amor e coração, beijo na Preta Ceça, visse...fizesse...

Meu muito obrigado ao amigo Ermano, cuja paz e tranqüilidade trouxeram a minha vida a prudência, a tranqüilidade, beijo em Vera e nos meninos.

Ao amigo Christian com apreço, cuja maturidade me ensinou que os problemas devem ser resolvidos de modo que sejam solucionados, porque cautela e prudência estão escassas no mundo em que tudo parece ser instantâneo.

Aos mais novos irmãos pernambucanos Thiago e Cacá, que tive a honra de compartilhar o lar nos últimos meses, de quem fui incumbido por protegê-

los, quero dizer a ambos que são dos meus, foi uma honra tê-los ao meu lado no campo de batalha.

Amo a todos, é uma honra tê-los ao meu lado no campo de batalha, estou com vocês até o ultima dia de campanha de cada um ou até a minha morte.

Queria agradecer a todos os amigos conquistados na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em especial a Isabel, Karina, Flávia, Vivian, Inês, Susana, Daiane e aos amigos Ramon, Antônio, Michel, Luís Colombiano, Andreison, Ricardo Ceará, Fábio Gaúcho, Anderson Capixaba, Aurélio, Israel.

Aos amigos portugueses em especial, Martiña, Marco, Marcus, Miguel, Raúl, Alexandre.

A todos os funcionários da Faculdade de Desporto que nos bastidores dão vida a esta maravilhosa casa.

Queria agradecer também ao Professor Ricardo Pérez, pela concessão das entrevistas sobre a Lagoa da Jansen, pela possibilidade de revolver aquela história surpreendente da Lagoa da Jansen, que me possibilitou ver este belo lugar para além das prisões ideológicas e políticas que imperam no Maranhão e nos impedem de ver o que está por trás daquele belo lugar.

Peço também muito obrigado ao Deputado Federal Gastão Vieira, que concedeu amplo material de imprensa sobre os principais acontecimentos relativos a Lagoa da Jansen.

A todas instituições que contribuíram para a elaboração deste trabalho, Secretaria Municipal de Educação de São Luís e Secretaria Estadual de Educação do Maranhão..

ÍNDICE GERAL

	Dedicatória	III
	Agradecimentos	V
	Índice Geral	IX
	Índice de Figuras	XIII
	Índice de Quadros	XV
	Índice de Anexos	XVII
	Resumo	XIX
	Abstract	XXI
	Resumé	XXIII
	Lista de Abreviaturas e Símbolos	XXY
1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Introdução	3
1.2	Apresentação do Problema	5
1.3	Delimitação do Estudo	7
1.4	Fundamentações do Estudo	8
1.5	Objetivos do Estudo	9
1.6	Hipóteses de Trabalho	9
1.7	Estrutura e Organização do Estudo	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	As transformações da política	15
2.2	Coisas do Estado versus Estado das Coisas	22
2.3	O Estado? Os Estados? Dos seus tipos históricos e suas terminologias	23
2.3.1	Das Críticas ao Estado ou da Crise do Estado?	28
2.3.2	Um novo Estado...Reflexões sobre os modos de olhar	33
2.4	As Reformas do Estado no Brasil	37
2.5	As políticas Desportivas num contexto de transformações	46
2.5.1	As instalações Desportivas no contexto das transformações da política e das mutações o desporto	49
3	METODOLOGIA	57
3.1	Metodologia	69
3.2	Um método de trabalho	60
3.3	Processos de Recolha da Informação	61
3.3.1	Entrevista Semi-Estruturada	62
3.3.1.1	Construção e Validação do Guião da Entrevistas	64
3.3.2	Seleção do Grupo de Entrevistados	66
3.4	Processo Analítico	68
3.4.1	Constituição do corpus de análise	68
3.4.2	Metodologia de realização e transcrição das entrevistas	68

3.4.3	Documentos oficiais e não-oficiais	71
3.4.4	Procedimento analítico	72
3.4.5	Análise de Conteúdo	72
3.4.6	Tipos de análise	74
3.4.7	Definição do Sistema Categorical	76
3.4.8	Justificação das Categorias	76
4	TAREFA DESCRITIVA	83
4.1	Tarefa Descritiva	85
4.2	Caracterização da Área em estudo	86
4.2.1	O contexto brasileiro das políticas desportivas	86
4.2.2	Itinerários da presença do desporto na política brasileira	87
4.2.2.1	A abertura política	91
4.2.2.2	O Governo Fernando Henrique Cardoso	92
4.2.2.3	O Governo Lula	94
4.2.2.4	Um balanço	97
4.3	A cidade de São Luís	104
4.3.1	Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen	108
4.3.2	Dos Documentos	110
4.3.3	A inserção da Lagoa da Jansen no cenário da cidade de São Luís-Ma-Brasil	110
4.3.4	Dos processos que levaram a Lagoa da Jansen a Parque Ecológico Estadual	114
4.3.5	Dos Processos de Intervenção	118
4.3.6	Período da Gestão do Governador Edison Lobão	119
4.3.7	Período da Gestão da Governadora Roseana Sarney	124
4.3.8	Das Entrevistas	134
4.3.8.1	Categoria História	134
4.3.8.2	Categoria da Definição da localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen	137
4.3.8.3	Categoria Empecilhos e registros de insatisfação enfrentados pela obra	138
4.3.8.4	Categoria Definição e Oferta de Instalações Desportivas	138
4.3.8.5	Categoria Criação e exploração dos espaços civis e comerciais	139
4.3.8.6	Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos	142
4.3.8.7	Categoria Orgânica	143
4.3.8.7.1	Relações entre o projeto Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e os planos de governo	143
4.3.8.7.2	Relações entre as responsabilidades da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen	144
5	TAREFA INTERPRETATIVA	147
5.1	Tarefa Interpretativa	149

5.1.1	História: razões de origem e finalidades	149
5.1.2	Categoria da Definição da localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen	150
5.1.3	Categoria Definição e Oferta de Instalações Desportivas	151
5.1.4	Empecilhos e registros de insatisfação	152
5.1.5	Categoria Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos	152
5.1.6	Categoria Criação e exploração dos espaços civis e comerciais	153
5.1.7	Categoria Orgânica	154
5.1.7.1	Categoria: Relações entre a entre o projeto e os planos de governo	154
5.1.7.2	Relações entre as responsabilidades da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen	154
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	157
6.1	Conclusões e Recomendações	159
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
	Referencias Bibliográficas	172
	ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Localização espacial da cidade de São Luís.....	107
Figura 2	Localização espacial da Lagoa da Jansen	111
Figura 3	Localização espacial do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.....	111
Figura 4	Visão aérea das obras de saneamento da Lagoa da Jansen	114
Figura 5	Palafitas sobre o espelho d'água da Lagoa da Jansen	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Caracterização das entrevistas realizadas.....	69
Quadro 2	Mosaicos do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.....	137
Quadro 3	Espaços Desportivos da Lagoa da Jansen.....	138

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1	Projeto de Lei nº 037/88
ANEXO 2	Lei Estadual nº 4878 de 23 de junho de 1988
ANEXO 3	Acórdão 644/2003
ANEXO 4	Acórdão 602/88
ANEXO 5	Acórdão 1288/2003

RESUMO

Como se deram as relações entre a concepção e a construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen os objetivos das políticas públicas desportivas no período da gestão da Governadora Roseana Sarney Murad (1995-2002)? Neste estudo, procuramos analisar as relações entre a concepção e a construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e as políticas públicas desportivas no período da gestão da Governadora Roseana Sarney (1995-2001). Trata-se de uma pesquisa de campo estruturada num estudo de caso de abordagem qualitativa, onde articulamos uma pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Para análise dos dados nos utilizamos da técnica de análise de conteúdo, onde elaboramos categorias de análise de conteúdo que partiram tanto da revisão de literatura quanto da inserção em campo. De tal forma, nos orientamos por alguns pontos para tratar desta questão, história: razões de origem, concepções e finalidades da obra, definição sobre a localização e implantação do empreendimento, definição e oferta de instalações desportivas, obstáculos e empecilhos enfrentados pela obra, criação e exploração dos espaços civis e comerciais, financiamento e por fim questões relacionadas com a orgânica. Após o tratamento dos dados, chegamos às conclusões e considerações finais, encontrando alguns dados de interesse. O Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen é fruto de um percurso histórico que foi alvo de diversas intervenções tanto pela esfera municipal quanto pela esfera estadual, tais intervenções são orientadas por diferentes influencias urbanísticas, sanitário-ambientais, paisagísticas e mais tarde pelo desporto, que se combinam e resultam no atual Parque Ecológico Ambiental da Lagoa da Jansen. Deste modo, o referido parque hoje é palco de discussões sobre a quem cabe a responsabilidade, registrado no impasse entre a esfera estadual que construiu e a esfera municipal que a recebeu. Certo é que se trata de uma questão bastante complexa no seio das transformações políticas de nosso tempo, que exigem novas e diferentes relações entre o desporto, a política e o Estado.

Palavras-Chaves: **POLÍTICA, ESTADO, DESPORTO, POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS.**

ABSTRACT

As you have relations between the design and construction of the State Ecological Park Lake Jansen of the goals of public policies sports during the administration of Roseana Sarney Murad Governor (1995-2002)? In this study, trying to analyze the relationship between the design and construction of the State Ecological Park Lagoon of Jansen and public policies sports during the administration of Governor Roseana Sarney (1995-2001). This is a field research structured in a case study of qualitative approach, which articulate a literature search, documentary and interviews. For analysis of the data used in the technique of content analysis, which elaborated categories of content analysis that have left much of the literature review on the insertion in the field. In this way, guide us by a few points to address the issue, history: the grounds of origin, concepts and purposes of the work, defining the location and deployment of the enterprise, definition and provision of sports facilities, obstacles and impediments faced by the work, creation and exploitation of civil and commercial space, financing and finally issues related to organic. After processing the data, we arrive at conclusions and final comments and found some data of interest. The Ecological Park of Lake State's Jansen is the result of a history that was the target of several interventions by both the municipal sphere as the state sphere, such interventions are guided by different influences urban, health, environmental, landscape and later through sport, which are combined and result in today's Lagoon Park Ecological Environment of Jansen. Thus, the park today is the scene of discussions about who is responsible, registered in the impasse between the ball and ball state that built the town received. Certain is that this is a very complex issue within the political transformations of our time, requiring new and different relationship between sport, politics and the state.

Keywords: POLITIC, STATE, SPORT, SPORTS PUBLIC POLICIES.

RESUMÉ

Omme vous l'avez relations entre la conception et la construction de l'État Parc écologique du lac Jansen de la réalisation des objectifs de politiques publiques de sport au cours de l'administration du gouverneur Roseana Sarney Murad (1995-2002)? Dans cette étude, en essayant de analysent la relation entre la conception et la construction de l'État Parc écologique de la lagune de Jansen et les politiques publiques du sport au cours de l'administration du gouverneur Roseana Sarney (1995-2001). Il s'agit d'un domaine de recherche structurée dans une étude de cas sur une approche qualitative, qui articuler une recherche documentaire, documentaire et d'entrevues. Pour l'analyse des données utilisées dans la technique de l'analyse de contenu, qui a élaboré les catégories de contenu analyse qui ont laissé beaucoup de la revue de la littérature sur l'insertion dans le domaine. De cette façon, nous guide par un petit nombre de points à traiter de la question, de l'histoire: les motifs d'origine, les concepts et les objectifs des travaux, indiquant l'emplacement et le déploiement de l'entreprise, définition et la fourniture d'installations sportives, les obstacles et les entraves rencontrées par le travail, la création et de l'exploitation des civils et des locaux commerciaux, le financement et, enfin, les questions liées à organiques. Après traitement des données, on arrive à des conclusions et des observations finales et a constaté que certaines données d'intérêt. Le Parc écologique du lac de l'État Jansen est le résultat d'une histoire qui a été la cible de plusieurs interventions à la fois par le domaine municipal que l'état domaine, de telles interventions sont guidées par différentes influences urbaines, la santé, l'environnement, du paysage et plus tard par le sport, qui sont combinés et le résultat aujourd'hui dans le lagon de Parc écologique de l'environnement de Jansen. Ainsi, le parc est aujourd'hui le théâtre de débats sur qui est responsable, inscrit dans l'impasse entre la balle et de ballon État qui a construit la ville a reçu. Certain, c'est que c'est une question très complexe dans les transformations politiques de notre temps, exigeant de nouvelles et différentes relations entre le sport, la politique et l'État.

Mots-clé: **Politique, État, Sport, Politiques Publiques Sport.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ALUMAR	Alumínio do Maranhão
AL	Assembléia Legislativa
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
CAEMA	Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CND	Conselho Nacional de Desportos
DEFD	Departamento de Educação Física e Desportos
(DER/MA)	Departamento de Estradas e Rodagens Seccional do Maranhão
ETE/	Estação de Tratamento de Esgotos do Jaracati
JARACATI	
ETE	- Estação de Tratamento de Esgotos
FADE-UP	Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
FUNCMA	Fundação da Cultura do Estado do Maranhão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEAD	Gerencia de Administração
GDEL	Gerência de Desportos e Lazer
GEINFRA	Gerência de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
INDESP	Instituto Nacional de Desportos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
ME	Ministério do Esporte
ME	Ministério do Esporte
MEE	Ministério do Esporte e Esporte
(MET)	Ministério do Esporte e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEE	Ministério Extraordinário dos Esportes
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PC do B	Partido Comunista do Brasil
RIMA	Relatório de Impacto do Meio Ambiente
SANEMAR	Saneamento do Maranhão
SEDES/PR)	Secretaria de Desportos da Presidência da República
(SEED/MEC)	Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura
SEMATUR	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo
SINFRA	Secretaria de Infra-Estrutura do Estado

SEMEMA	Secretaria Estadual das Minas Energia e Meio Ambiente
SEE	Secretaria Estadual de Esporte
SND	Secretaria Nacional de Desporto
SNE	Secretaria Nacional de Esporte
SUS	Sistema Único de Saúde
SURCAP	Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital
SUBGMA	Sub-Gerência do Meio Ambiente
UNE	União Nacional dos Estudantes
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

Em julho de 2003 tivemos a oportunidade de participar de uma investigação sobre as instalações desportivas escolares de educação física e desporto das escolas da Rede Municipal de Educação de São Luís, onde procuramos averiguar que relações existiam entre estas e a materialização da Educação Física e Desporto como componente curricular.

Naquela altura, era uma das metas da política educacional da Secretaria Municipal de Educação de São Luís uma proposta curricular, o que era necessário conhecer as relações existentes entre as instalações desportivas escolares e a constituição do conhecimento dos professores de Educação Física, no sentido de averiguar influências destas relações na componente Educação Física e Desporto como componente curricular.

Porém, naquela altura, o conceito de desporto que nos orientava era muito restrito e implicava num modo bastante reduzido de questioná-lo e interpretá-lo, o que dificultou compreender as relações existentes entre as instalações desportivas e a Educação Física e Desporto como componente curricular.

Daquela experiência prevaleceu a combinação entre ambos, isto é, as relações entre os espaços e o desporto no seio da política, o que ampliou nossos interesses para a questão da amplitude e pluralidade do desporto e sua expressão espacial, alvo cada vez mais constante das ações políticas que se materializam nas grandes cidades, visto que as instalações desportivas se inserem no universo das políticas desportivas.

Assim, o ingresso no campo da Gestão Desportiva, o contato com as investigações desenvolvidas no campo, fez com que esta questão voltasse á tona como objeto de nosso interesse, agora pelo viés de uma perspectiva bem mais sintonizada com a pluralidade do desporto.

Daí em diante, isto nos fez perceber que a questão das relações entre a política desportiva e as instalações desportivas, estava envolvida com políticas bem mais amplas, articuladas a políticas urbanísticas, de saúde e qualidade de vida, de segurança, ambientais, sociais, etc, quer dizer uma pluralidade de ações políticas.

A partir de então fomos adentrando com mais vagar às questões da materialização das instalações desportiva, trata-se de um fenômeno bem maior que se insere nas mudanças do desporto no universo das políticas desportivas e destes nas transformações culturais de nosso tempo que produzem efeitos na política e no Estado e que o desporto não está imune.

De fato, o desporto nos últimos anos tem sido invadido por uma complexidade crescente, por um número sem precedentes de dependências e interdependências de várias naturezas, que produzem enormes exigências e efeitos á política desportiva exercida no/do Estado contemporâneo, que precisa ser equacionada e repensada estrategicamente nas suas funções e na ação dos serviços de administração pública desportiva (Constantino, 2002, p. 29).

Estamos falando aqui não apenas de programas e leis, mas, sobretudo das obras públicas voltadas ao desporto sob responsabilidade do Estado, veja-se os exemplos de novos estádios, parques e outras instalações desportivas no cenário urbano das cidades em vários locais do mundo¹.

Deste movimento, resultam objetos, interpretações e expressões da dimensão espacial do desporto, que se inserem também no universo do desporto e neste provocam efeitos que se fazem sentir entre as decisões políticas direcionadas à questão das instalações desportivas.

Contudo, o problema é que na atual contemporaneidade as relações entre o desporto e a política são marcadas pela dificuldade desta última em acompanhar a mutabilidade do desporto, este último não tem uma tradição no discurso político, sem contar que os tempos atuais não têm propiciado favoráveis inclusões do mesmo no seio das questões políticas (Constantino, 2006b, p.99).

Este será o nosso percurso, no qual se relacionam questões da Política e do Estado no envolvimento com o Desporto, mais especificamente pela

¹ As conseqüências da Olimpíada de Barcelona no que diz respeito ao problema do que fazer com as instalações construídas naquela ocasião ainda são sentidas. Além deste, o problema dos estádios em Portugal para o Euro-2004 ainda se fazem latentes, onde alguns estádios estão jogados ao relento. Por ocasião da Copa do Mundo de Futebol sediada por Tóquio e Korea em 2002 alguns dos estádios construídos foram demolidos e no Rio de Janeiro por vias da realização do último panamericano traçou-se um plano audacioso para a continuidade das instalações.

materialização das relações existentes entre a concessão e a construção de instalações desportivas e os objetivos das políticas desportivas.

1.2 Apresentação do Problema

Durante a última cimeira de Lisboa em 2007, quando das discussões do Tratado de Lisboa, preocupações sobre o desporto constaram daquele documento.

Outra questão a ser levantada a nível mundial tem sido o exame das conseqüências dos mega eventos para a comunidade local que os sedia e para o mundo como um todo. Uma destas tantas questões se dirige às políticas materializadas nas grandes grandes instalações e o futuro das mesmas dentro daquelas localidades.

Em Portugal, foram dirigidas algumas questões quanto ao fato da construção de estádios pelo país na Eurocopa de 2004, hoje alguns destes estádios vêm passando por algumas dificuldades para a sua manutenção e sobrevida.

Entretanto, no que diz respeito ao Brasil, tem sido uma preocupação as dificuldades de captação de investimentos para a construção de estádios dentro de padrões internacionais de qualidade para sediar o campeonato de seleções de futebol de 2014, porém paradoxalmente, a questão das instalações desportivas no seio das políticas desportivas no Brasil ainda serem incipientes (Da Costa, 2006, p. 628),

Esta realidade se expande em território nacional e se materializa em algumas unidades da federação, no que diz respeito à dificuldade das relações entre política o desporto materializadas na concepção e construção de espaços desportivos no seio das cidades, o exame destas questões não é feito em profundidade no seio das relações entre a política e o desporto.

Esta precariedade de estudos nos faz levantar algumas direções de estudo.

Existe alguma relação entre a concessão e construção de instalações desportivas com a implantação e exercício dos objetivos das políticas de governo? De que modos isso acontece? Como isso se dá na gestão governamental de determinado local por parte de seu governante? Que efeitos isto gera nestes locais?

Tomamos aqui o exemplo da cidade de São Luís do Maranhão no Brasil, na qual há alguns momentos da política voltada a questão dos espaços desportivos que merecem atenção.

Durante a gestão do governador João Castelo (1979-1982), foi construído o Estádio de Futebol – que recebeu o nome de Castelão; além do Complexo Esportivo que teve o nome de Castelinho e por fim o Parque do Bom Menino localizado no centro da cidade.

Durante a gestão do Governador Epitácio Cafeteira (1987-1990), foi reconstituído o Centro Histórico da cidade de São Luís, dando lugar ao denominado Projeto Reviver², ainda durante a sua gestão foi elevado à categoria de Parque Ecológico Estadual a Lagoa da Jansen através da Lei Estadual nº 3384.

A gestão do Governador Edison Lobão (1991-1994) foi palco da construção da Avenida Litorânea, uma avenida de 8 km de extensão que percorre boa parte do litoral da cidade e que facilitou o acesso da população às praias. Neste período ainda foram iniciadas as obras relativas ao Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, que ao longo de seu processo foi materializando vários problemas de ordem física e administrativa que acabaram pela incidência de alguns empecilhos durante o transcorrer das obras.

Estes empecilhos por sua vez, fizeram com que a obra fosse retomada no Governo de Roseana Sarney³ (1995-2002) que finalizou todo o processo de urbanização do local e resultou numa obra que modificou a cidade de São Luis e que nos deixou curiosos quanto às relações deste grande espaço que

² Trata-se do conjunto arquitetônico de casarões coloniais que virou ponto turístico de fama nacional e internacional, considerado o maior objeto de incentivo a elevação da cidade de São Luís a Patrimônio Cultural da Humanidade. (Cafeteira, 1994)

³ Roseana Sarney é filha de José Sarney, foi governadora do Maranhão por duas vezes e atualmente é Senadora da República.

comporta várias instalações desportivas que expressam manifestações do desporto bastante contemporâneas.

Eis então o nosso tema de investigação: as relações existentes entre a concepção e construção de espaços desportivos e de lazer e a implantação e o exercício de uma gestão política.

De modo mais específico e visando problematizar os papéis, responsabilidades e atribuições do Estado no seio das transformações políticas de nosso tempo no locus específico da cidade de São Luís-MA, indagamos:

- Como se deram as relações entre a concessão e construção do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen e os *objetivos das políticas públicas desportivas no período da gestão da Governadora Roseana Sarney?*

Assim, constituímos nosso foco ou intenção desta investigação, voltado à caracterização da Lagoa da Jansen, antes, durante e agora, tendo como pano de fundo as evidências de poder político dos personagens que os criaram e sustentaram.

1.3 Delimitações do Estudo

Nosso estudo toma o caminho da análise da política desportiva à luz das transformações da política atual, baseado em evidências de mudanças radicais que se evidenciam nos últimos 30 anos e que se fazem sentir no seio da sociedade contemporânea.

As conseqüências de tais mutações acabam fazendo do Estado um alvo necessário de questionamento no que diz respeito ao seu papel, suas responsabilidades e atribuições, porque as mudanças do Estado derivam da própria transformação da política e resultam em papéis exercidos pelo mesmo que ainda são pouco questionados.

A compreensão destas transformações nos leva a deparar com relações prematuras entre o desporto e a política, já que este último mudou a tal ponto da política tradicional não conseguir acompanhá-lo.

Deste modo, delimitamos nosso estudo no que compete às relações entre a política e o desporto configuradas nas relações existentes entre a concepção e construção das instalações desportivas e os objetivos das políticas públicas desportivas.

Nossa escolha se faz dirigida à cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão no Brasil, por se tratar de um cenário político escasso de análises no que diz respeito às políticas desportivas.

Por fim, nossa opção se dá por um estudo de caso, por se tratar de um estilo de investigação que aprofunda nossos esquemas de questionamento no complexo universo das políticas desportivas.

1.4 Fundamentações do Estudo

Não é nossa intenção inaugurar uma temática de pesquisa no universo mais amplo da gestão desportiva, muito menos generalizar a problemática aos quatro cantos do globo terrestre.

Nossa modesta intenção se faz concreta, na humilde tentativa de somar com mais um estudo para a compreensão das relações entre a política e o desporto no seio das transformações culturais de nosso tempo que acometem a Política, o Estado e o Desporto.

A este respeito, a política desportiva deve ser tratada como um fenômeno cultural complexo, no qual muitos elementos se fazem envolvidos, o que por si só deixa de lado qualquer aspecto de superficialidade em detrimento de sua compreensão.

1.5 Objetivos do Estudo

Objetivo Geral: Realizar um estudo sobre as relações existentes entre a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e as políticas desportivas no período da gestão da governadora Roseana Sarney Murad na cidade de São Luís do Maranhão – Brasil. (Período de 1995-2002)

Objetivos Específicos

Descrever os principais acontecimentos que se passaram durante a gestão da Governadora Roseana Sarney no que diz respeito à construção e concepção do Parque da Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão.

Caracterizar o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen no seio da gestão política da Governadora Roseana Sarney Murad no Estado do Maranhão.

Problematizar, em função da nova força política que se levanta como serão as políticas públicas destinadas às instalações desportivas no futuro na cidade de São Luís-Maranhão.

1.6 Hipóteses de Trabalho

Há desconfianças do uso do poder como manutenção de status político e não como políticas públicas desportivas, o que seria normal em qualquer gestão administrativa de governo.

As relações entre a concepção e construção do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen e os objetivos da política pública desportiva da gestão Roseana Sarney não se relacionaram como política desportiva, esta foi fruto do processo de revitalização e urbanização do espaço, fruto do atravessamento de outras políticas de cunho ecológico, turístico e urbanístico.

1.7 Estrutura e Organização do Estudo

Estruturamos o estudo em alguns pontos específicos para facilitar a leitura e compreensão do mesmo.

A primeira parte consta de uma revisão de literatura, a qual se encontra organizada entre alguns dos temas relacionados à investigação, as transformações da política, as mutações do Estado e suas repercussões com relação aos seus papéis, atribuições e responsabilidades no mundo e na realidade brasileira em particular.

Ainda na revisão de literatura, procuramos dar uma abordagem aos reflexos das transformações da política e do Estado no campo das políticas desportivas, que nos possibilitassem com isso melhor compreender as relações destas com o fenômeno da materialização de instalações desportivas no seio das cidades.

Numa segunda parte da tese, apresentamos a metodologia da investigação, seus procedimentos, a análise dos dados e sua discussão.

Por fim, numa terceira parte apresentamos nossos dados e discussões dos mesmos, passando em seguida para as nossas conclusões, que não encerram o assunto em si, mas oferecem uma contribuição ao tema das políticas desportivas no que diz respeito às relações entre as políticas públicas desportivas e a concepção e construção de espaços desportivos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 As Transformações da Política

“A aversão à política é bastante velha, mas as suas causas mudam com o correr dos tempos. A escrita da história poderia ser a da modificação dos motivos desse enfado” (Innerarity, 2005, p. 7).

Utilizamo-nos da citação acima como ponto de partida para tratar do tema das transformações da política que se dão na atual contemporaneidade e no que se insere nosso objeto de estudo.

Na atual contemporaneidade, tanto as exigências requeridas à política quanto o conjunto de motivos de aversão a mesma convivem em simultâneo, de certo que os motivos têm mudado ao longo dos anos e hoje estes colocam em xeque o ofício do político, em termos da não visibilidade e atenção às profundas transformações de nosso tempo por parte do mesmo, que urge pela necessidade da criação de uma nova cultura política (Innerarity, 2005).

As queixas e o descrédito por parte da população, que outrora se concentravam no abuso de poder da política, hoje se converteu num desencanto com sua impotência, incapacidade, inércia (Innerarity, 2005: Bauman, 2001).

As conseqüências destes desconcertos resultam na escassez de esperança dos cidadãos na política, já que esta parece não se desvincular de sua convencional maneira de enfrentar os problemas da atual contemporaneidade.

A soma destes aspectos resulta numa situação de desconforto, que nos leva a pensar que vivemos numa sociedade desconhecida, cuja dinâmica torna-se difícil de ser acompanhada pela política tradicional (Innerarity, 2005).

Contudo, é preciso ressaltar que grande parte destas críticas a política são oriundas da dificuldade de entendimento de sua natureza, decorrente destas profundas e avassaladoras transformações culturais de nosso tempo.

Os reflexos desta crise se alastram e se fazem sentir na gestão do Estado, que na atual contemporaneidade é marcado por uma profunda

instabilidade no que diz respeito ao seu papel, suas finalidades e responsabilidades, discussão esta que veremos mais adiante.

O quadro de crise da política contemporânea fere de morte o tradicional ofício do político, ou melhor, do próprio conceito do “político” que conhecemos, caiu o mito do grande líder que hoje já não cabe numa sociedade plural em que vivemos.

Este quadro tem originado um mal-estar global, marcado pela figura do político que não pode, que não se esclarece e cujo discurso não se explica e se repete de maneira convencional (Inerarity, 2005).

O descrédito caracteriza-se pela evidencia de alguns fatores: a distância do que faz a política daquilo que deveria fazer; a discrepância entre as palavras e os atos da mesma e por fim à incapacidade da política no momento atual frente aos problemas da sociedade contemporânea.

A linguagem utilizada pelos políticos pouco ou nada mudou no que diz respeito aos seus discursos, seus propósitos e atuações, o que resulta num cansaço e uma difícil possibilidade de invenção de outras categorias que possam compreender a dinâmica da realidade social (idem).

O avanço das tecnologias da comunicação tem convertido a política em objeto de manobra por parte do marketing político, bem como pelo poder de visualização criado pela mídia, o que tem se transformado num exercício de pura comunicação, onde a preocupação essencial é fazer passar a mensagem (Constantino, 2006).

Este modo de exercer a política tem feito com que o modo e a forma prevaleçam sobre o conteúdo das ações tomadas (idem).

As ideologias dos partidos políticos foram transformadas pelas estratégias de comunicação de massa. São constantes as mesmas promessas, as mesmas discussões, um constructo circular, repetitivo, enfadonho.

Os partidos mais se parecem tribos clubísticas que se isolam da sociedade e de seus problemas reais diariamente enfrentados (idem).

Entretanto, é preciso reparar que não só da linguagem utilizada pela política contemporânea podem ser delimitados os problemas que a afligem.

Os problemas têm se multiplicado e proliferado a diversas esferas da atuação política, em termos de suas atribuições, responsabilidades e finalidades e que na esfera da gestão do Estado há muitos de seus exemplos.

Temos nos deparado com a falta de habilidade em definir o que cabe a política e que não lhe poderia sobrepor, muitas exigências requeridas à política poderiam ser solucionadas, acaso fosse definido o que lhe cabe de direito e não pela sua intervenção naquilo a que outras instituições poderiam estar prontas a resolver.

Esta questão não é muito fácil de esclarecer, quando se insere na política a figura de pessoas que nela não tem a menor possibilidade de cumprir com o que lhe é devido.

Trata-se de casos em que se faz prevalecer no universo da política, um quadro totalmente inabilitado para o seu exercício, desprovido de competência e de idéias a serem executadas, que inserem os braços da política em tudo o que lhe render populismos.

Resolver aquilo a que lhe é dever seria uma questão chave para a política, mas simultaneamente lhe colocaria num isolamento terrível frente à dinâmica com outras instituições envolvidas na problemática que aflige o mundo atual.

Muitas vezes, o que tem definido o perfil da competência do político é a tomada de atitudes num curto espaço de tempo e sempre sobre pressão, esta última, caracterizada pela falta de recursos e escassez de dados sobre a problemática enfrentada (Innerarity, 2005).

Destine-se atenção ao que cabe ao Estado e ao que cabe a outras instituições, que de maneira confusa tem resultado em relações de gigantismo em certas áreas e outras por uma pequenez jamais vista (Moreira, 2002).

Cabe salientar que a principal função da política neste sentido é a produção e a distribuição dos bens coletivos necessários ao desenvolvimento de uma sociedade (Innerarity, 2005).

Contudo, em termos desta questão, deveria ser lembrado que a política é um âmbito de inovação e não apenas de gestão (idem), que a competência

neste universo, mantém relações muito próximas com uma linguagem apropriada para o tratamento de problemas novos e complexos.

De tal forma, em xeque fica o limite entre esquerda e direita política, nas respostas frente às mudanças da sociedade por parte dos quadros que respondem pela administração pública do Estado.

A estabilidade com que estes universos tem se mantido no seio da política é impressionante. Em nome de sua prevalência, de sua tradição, a política exercida pelos mesmos não é posta em causa frente às novas questões da sociedade contemporânea.

As decepções com os partidos políticos nos termos de suas ideologias, de seus papéis e finalidades tornaram-se um problema de ordem mundial.

Assistimos ao longo da década de 90 e início do século XXI a queda do Muro de Berlim, o falecimento gradual do socialismo, o revisionismo chinês e a expansão do capitalismo por todo o globo, o próprio eixo de importância econômica vem gradativamente mudando seu centro do Ocidente para o Oriente.

No momento atual, há toda uma expectativa em torno e no interior das questões étnico religiosas entre o Ocidente e o Oriente, bem como pela instabilidade gerada pelos mercados internacionais.

Com isso, a América Latina encontra-se em ebulição no que diz respeito as relações políticas entre seus membros e com outros países, recentemente temos acompanhado conflitos na Bolívia.

Entre seus membros assistimos muito recentemente a instabilidade gerada entre Brasil e Bolívia no que diz respeito ao problema energético.

Enquanto que em nível internacional mais amplo, as questões das relações de comércio internacional entre Brasil e União Européia esquentam os rumores na Associação Internacional de Comércio.

Nestes terrenos escorregadios, os limites entre os universos da esquerda e da direita ficam ínfimos, porque tanto por um lado quanto por outro, tais fatos são colocados à sombra das dificuldades a enfrentar.

O que se faz sentir também no interior de suas ações, nos seus Estados de origem, no que diz respeito as problemáticas condições em que os mesmos se encontram.

Neste jogo encontra-se uma questão chave, as transformações culturais, políticas e econômicas se mesclam.

A capacidade de conceber as transformações tanto no plano da identidade, quanto na constituição de novos movimentos sociais e nas formas destes últimos em se fazerem escutar e serem visíveis frente à inércia política, à miopia de alguns conceitos, que constituem os universos da tradição política é um problema grave.

Tal como nos diz Innerarity (2005), a política consiste em formar idéias de conjunto e compatibilidade, na medida do possível dos elementos que se encontram em jogo, o que exige uma visão de conjunto, geral, tentando e se arriscando.

Como se pode perceber, a complexidade social tornou tudo bem mais difícil, a apropriação de conhecimento não fez da sociedade algo mais controlável (Giddens, 1991).

Esta visão de conjunto é algo escasso numa paisagem marcada por uma pluralidade de individualismos no universo político, pela existência de muitos níveis de governo, vários sujeitos intervenientes, de múltiplos cenários e de exigências contraditórias (econômica, política, cultural, segurança, meio-ambiente, educacional, etc.).

Atribuir um culpado não é a resposta, há vários motivos que equacionam as dificuldades de se conseguir uma ordem social inteligente e inteligível (idem).

Não é difícil entender que mediante as mudanças sociais e culturais de nosso tempo, haja em simultâneo uma diminuta tentativa de inovar – algo que a política tradicional carrega como uma das suas piores marcas, o temor em se desfazer de sua convencional maneira de encarar os fatos.

A tendência da política em se fazer pequena diante da pluralidade cultural e do vigor econômico, é algo que deve ser ponto de partida para qualquer reflexão sobre a função da política (Innerarity, 2003)

Parece que mesmo diante de avassaladoras transformações na política, esta enquanto um saber, também sofre com a dificuldade de a sociedade ser cada vez mais difícil de governar.

Uma das características das democracias atuais e do próprio comportamento do mercado, é que ambos vivem no bojo de crises e desequilíbrios.

Este quadro justifica a incerteza e a instabilidade como marcas dos processos políticos, sociais e econômicos, por isso a incapacidade da política tradicional de por em prática o sucesso de instrumentos clássicos de governo.

Com isso, os riscos da adoção de intervenções autoritárias para conter as mudanças sociais, tanto por parte das potências avançadas quando daquelas em desenvolvimento é iminente.

As potências avançadas por estarem vinculadas a grandes quantidades de capital e tecnologia predominam e modificam o papel da política, porém também lançam as mesmas numa situação de indefesa perante as mesmas forças que conjugam o mercado global.

Contudo, a política prevalece, o que acaba por se demolir é a possibilidade de se continuar confiando nas tradições muito arraigadas da mesma.

A saída para tais crises por parte de qualquer governo se concentra, na capacidade da cooperação, na atenção a critérios de sustentabilidade e de compatibilidade, porque nestes se instalam as possibilidades de descoberta do sentido da política, no qual se multiplicam os processos de auto-organização e fracionamento social (Innerarity, 2003).

Enfrentar um mundo completamente mudado tal como agora, exige a adoção de uma política que se constitua por fora das demarcações muito tradicionais com que a mesma foi construída ao longo dos anos.

Com isso, o ofício do político não pode mais se vigorar naqueles preceitos que citamos em linhas anteriores: um político cujo discurso não se explica e se repete de maneira convencional.

A política tem que assumir por precaução e prudência, a capacidade de ultrapassar o caráter muito arraigado que ainda lhe constitui a distância do que

faz daquilo que deveria fazer; da discrepância entre as palavras e os atos da mesma e por fim na incapacidade de fazer frente aos problemas da sociedade contemporânea.

A complexidade do mundo atual está exigir uma nova cultura política, que atente para problemas como a insegurança, a mutabilidade da identidade e as novas funções da opinião pública.

Tais repercussões produzidas pelas transformações da política nos levam a questionar o Estado e o próprio governo, bem como na curiosa distinção entre esquerda e direita no mundo atual, que pode nos levar a compreender de uma melhor maneira como as políticas desportivas se inserem neste contexto.

2.2 Coisas do Estado Versus Estado Das Coisas

Nesta seção tratamos da questão do Estado, na atual contemporaneidade estamos passando por profundas e avassaladoras transformações culturais de proporções gigantescas que invadem aos mais distantes recônditos da vida pública e privada.

Entre as conseqüências desta, encontra-se materializado nas diversas esferas da vida pública sinais de tais mudanças, algo de que aquilo a que aprendemos chamar de Estado não escapa.

Nesta dinâmica nos deparamos com as versões de Estado Máximo e Estado Mínimo, caracterizadas tanto pelos fenômenos da aversão como requerimento do Estado ou por outro lado, um Estado máximo para questões econômicas e Estado Mínimo para questões sociais.

Estas circunstâncias nos levaram a examinar e compreender o próprio fenômeno social Estado, que para tanto organizamos o nosso texto do seguinte modo:

1. Num primeiro ponto, estabelecemos uma abordagem do tipo histórica e terminológica, cuja intenção se concentra no aspecto de perceber fatores de unidade em realidades diversas como o Estado Oriental, Grego, Romano, Medieval e Estado Moderno;
2. Num segundo ponto, abordamos os aspectos relacionados às críticas feitas ao Estado tanto pelas teorias liberais quanto pelas teorias críticas;
3. Por fim, nos debruçamos sobre o que se pode chamar de novas questões que assolam o Estado diante das mudanças de nosso tempo.

2.3 O Estado? Os Estados? Dos seus tipos históricos e suas terminologias

Os estudos sobre o tema do Estado constam de uma bibliografia imensa (Lira, 2003, p. 102), repleta de renomados estudiosos que exploram aspectos como origem, fundamentação, natureza, finalidades e muitos outros (Calheiros, 2002, p. 09).

Apesar da amplitude bibliográfica se tratar de uma enorme dificuldade para lidar com o tema, esta nos mostra um elemento enriquecedor que permanece de maneira latente no seio das teorizações, o tema do Estado é caracterizado tanto pela riqueza de abordagens e perspectivas quanto pela curiosa ausência de consenso quanto à definição do mesmo, tanto no que diz respeito às suas origens como em termos da localidade espacial e temporal.

Esta falta de consenso constitui um verdadeiro panorama, que tem o Estado como organização em que as sociedades humanas se firmaram ao longo da história, entre diferentes tipos e formas do mesmo (Calheiros, 2002, p. 11).

Nestes termos, podemos observar na realidade histórica fatores de unidade mesmo em realidades tão diversas como o Estado Oriental, Grego, Romano, Medieval e Moderno.

Vamos encontrar uma primeira realidade ou tipo histórico de Estado com as civilizações que viviam no Mediterrâneo na Antiguidade (do terceiro ao primeiro milênio a.C.), as civilizações orientais como o reino da Babilônia, Egito, Hititas e Hebreus, caracterizavam-se pelo domínio de grandes territórios, onde o poder se materializava através de monarquias teocráticas, os regimes eram exercidos em sua ampla maioria de modo autoritário e totalitário, nos quais restava pouco espaço para as liberdades individuais (Calheiros, 2002, p. 12).

Em se tratando do Ocidente, vamos ter no período da Antiguidade Clássica a sua grande herança política com o Estado Grego, cujas características não condizem com o domínio de grandes territórios tal como as sociedades orientais do Mediterrâneo, devido ao fato da materialização no micro-espaço da polis, além de ter sido palco da elaboração da concepção de

democracia, no entendimento de que cabiam aos cidadãos as decisões relativas ao governo da cidade, que se deu a maior inovação do mesmo (Calheiros, 2002, p. 12).

Aqui é preciso lembrar que não eram reconhecidas por parte do Estado grego as garantias individuais face ao Estado, mas o direito de participação política, do que se pode afirmar que neste ponto começaram a ser dados os passos iniciais da política e do direito constitucional.

Por outro lado e de certo modo coetâneo do Estado Grego, tributário de alguns de seus conceitos, encontramos o Estado Romano que tem autonomia própria e uma importância conferida por outras razões, entre estas a sua prolongada duração.

O Estado Romano, mais que um simples Estado cidadão, caracterizou-se por um Estado criador de um Império, que reuniu sob o seu domínio vastos territórios, sua longa duração permitiu o aparecimento de diferentes formas de governo – monarquia, república e império, que contribuíram ainda para o aparecimento das noções de poder político uno, forte e pleno, de participação de diversas classes sociais (sob diferentes formas) na vida política (Calheiros, 2002, p. 12).

Além destes, há também o florescimento do Direito, das garantias individuais face ao Estado, e mais tarde, por influência do cristianismo o conceito de pessoa (Calheiros, 2002, p. 13).

Na Idade Média vamos encontrar o feudalismo por toda a Europa, caracterizado pela dispersão de centros de poder, que faz com que alguns autores levantem algumas dúvidas sobre a existência de Estados, porém, admitindo a existência de Estado, o mesmo é caracterizado pela concreta noção de sujeito de direito internacional. Por outro lado, no âmbito interno o poder é descentralizado e repartido, onde iremos assistir a privatização do poder político (Calheiros, 2002, p. 13)

Neste período também encontramos a monarquia como forma de Estado por excelência, alicerçada no direito divino dos reis mantido pelas relações entre o religioso e o temporal.

Ao longo do século XVI nos deparamos com o Estado Moderno, o qual é constituído ao longo dos mais de duzentos anos da Idade Moderna, concepção caracterizada pela concentração dos poderes públicos na figura do rei, onde se configura o poder sobre um território definido e o surgimento do conceito de soberania, esta última entendida como poder supremo na ordem interna e poder autônomo na ordem internacional (Calheiros, 2002, p. 13).

É na constituição do Estado Moderno que o poder temporal emancipa-se do poder religioso, além de que vai propiciar as condições necessárias para o constitucionalismo e em simultâneo a crescente reivindicação das garantias individuais face ao Estado (Calheiros, 2002, p. 14).

Um aspecto marcante relativo à concepção de Estado Moderno é que, esta concepção, mesmo entre suas significativas variações, acabou por se generalizar e resultou em verdadeiro paradigma da concepção de Estado.

Esta concepção por sua vez, norteia os modos de ver, significar e representar o conceito de Estado, resultando em verdadeiro sinónimo do mesmo, o qual é apenas uma das variadas noções presentes ao longo da história.

Com isso, ao chegar este ponto do texto, vamos perceber entre as diferentes formas e tipos de Estado constituídos ao longo da história, contribuições para o aparecimento de alguns elementos consensuais que condizem com a existência de uma noção generalista de Estado.

Neste aspecto, no que consta aos fatores de unidade entre realidades tão diferentes em termos espaciais, temporais e organizacionais, vamos encontrar algumas semelhanças no que diz respeito ao exercício do poder, que permitem vislumbrar uma tradição, que no sentido lato oriundo do Ocidente, gerou a concepção de organização, aparelho, uma racionalidade que sem dúvida foi uma das maiores invenções políticas já elaboradas na história da humanidade (Cunha, 2002, p.7).

No que consta ao exercício do poder, vamos ter um primeiro exemplo com a monocracia ou monarquia, caracterizada pelo fato da titularidade do poder político concentrar-se num único indivíduo, além de que a sua legitimidade como forma de governo ao longo da história se concentrou com

base em aspectos religiosos, originando o direito divino dos reis (Calheiros, 2002, p. 18).

Contudo, é certo que a monarquia coexistiu com certos fenômenos distintos de partilha do poder, atualmente em algumas monarquias da União Européia vemos que a titularidade do poder político passou do rei para o povo e que o papel efetivamente exercido pelo primeiro é de caráter simbólico (Calheiros, 2002, p. 18).

Um segundo exemplo consiste na aristocracia, traduzido de modo genérico no governo por uma elite, uma classe social, que ao longo da história constituiu formas quase sempre transitórias que sucederam as monarquias ou democracias (Calheiros, 2002, p. 18).

Por fim, encontramos a democracia, a forma de Estado mais relevante e adotada pela ampla maioria dos Estados no Ocidente, que parece ser a uma inevitabilidade na evolução da história da humanidade (Calheiros, 2002, p. 19).

Ainda quanto à democracia, esta autora vai nos dizer que *“para que se reconheça a existência de uma democracia não basta que o povo seja considerado a fonte em sentido histórico ou ideal do poder, mas antes que ele detenha efetivamente o exercício da soberania, ainda que de modo representativo ou indireto”* (Calheiros, 2002, p. 19).

Quanto ao âmbito da titularidade do poder, vamos encontrar entre as diferentes formas de Estado, o aspecto da detenção deste último numa elite determinada, no que também se incluem as democracias, embora de modo mais sutil.

Porém, é preciso atentar para o fato de que não há incompatibilidade entre elite política e democracia, esta última tem como método para selecionar governantes o uso do recurso a competição pelo voto popular, que em verdade resulta no fato de que nem sempre serão selecionados os melhores.

Com isso, chegando ao fim deste pequeno texto podemos visualizar ao longo deste as características entre as diferentes formas de Estado, encontrando como fator de unidade o aspecto deste como o conjunto de estruturas político-administrativas, organizadas em conformidade com regulamentações legais originadas no âmbito público (Alves e Pieranti, 2007).

Este exame ainda nos proporcionou entender o Estado como a organização das sociedades humanas em comunidades ao longo da história da humanidade, embora em cada momento tenham estes se apresentado sob diferentes tipos ou formas concretas (Calheiros, 2002, p. 11)

Verificamos também que, entre estes diferentes tipos em termos temporais e espaciais o Estado Moderno contribuiu para o surgimento da noção paradigmática que norteia as noções de Estado que vigoram ao longo dos últimos quase 500 anos.

Contudo, foi perceptível também que as formas como se organizou o poder e as suas relações com a sociedade foram muito variadas ao longo da história, sendo o Estado Moderno apenas uma delas.

Tal concepção afina-se com a visão do Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo (Höfling, 2005, p. 31).

Neste aspecto este autor no leva a entender por Governo o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Assim, temos um entendimento de Estado que permite admitir que este seja a forma que assume a organização das sociedades humanas em comunidades, ao longo da história da humanidade, embora em cada momento possa apresentar-se sob diferentes tipos ou formas concretas (Calheiros, 2002, p. 11)

Deste modo, cremos que o título da seção está justificado, no sentido de identificar fatores de unidade entre realidades tão diversas como o Estado Oriental, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e de Estado Moderno.

2.3.1 Das Críticas ao Estado

Ao longo do século XX têm sido elaboradas diversas críticas ao Estado, provenientes tanto do universo das teorias liberais quanto das teorias críticas, que entre similaridades e diferenças levantam a necessidade de transformações do Estado.

De maneira sucinta, a crítica de teor liberal clássico postula a necessidade de um Estado mínimo, enquanto que a crítica da teoria social cristã cunhou a alternativa às diversas formas de socialismo, tanto marxista como social-democrata, além de fazer frente ao liberalismo extremo (Huidobro, 2002, p. 60)

Neste aspecto, faz sentido explorar com mais vagar tais críticas, no sentido de melhor compreender esta questão, que digamos de passagem, não é nova, mas que se acentuou ao longo dos últimos anos.

Huidobro (2002, p. 62) vai nos dizer que a crítica liberal ao Estado está organizada entre aspectos epistemológicos, políticos e práticos.

O aspecto epistemológico faz referencia à centralização do Estado, cuja manutenção exige uma inteligência central, com uma quantidade de informação e capacidade de previsão muito além das capacidades humanas, o que resulta na sua ineficiência.

No aspecto político a crítica liberal incide sobre o crescimento do Estado e a sua intervenção econômica, que resulta no tolhimento da capacidade de dos indivíduos para decidir, por isso torna-se um empecilho a liberdade pessoal.

O aspecto prático por sua vez vai afirmar que, a capacidade de produção de riquezas e de inventos que beneficiem a humanidade é maior em regimes de liberdade do que em regimes totalitários, onde a conduta dos indivíduos é predeterminada pelo Estado.

Notemos que a crítica da teoria liberal vai focalizar o aspecto da liberdade pessoal, pela via de que esta se encontra ameaçada nos ditames em que se encontra o Estado, por isso a necessidade de reduzir o mesmo.

Por outro lado, em se tratando da crítica de inspiração social cristã ao Estado, esta também vai se concentrar no aspecto da liberdade pessoal, porém o faz por uma perspectiva mais antropológica, amparando-se na dignidade humana e na prioridade da pessoa frente ao Estado.

Nesta perspectiva, o Estado não pode substituir a pessoa já que o mesmo está a serviço desta última, por isso a falta de sentido em querer substituí-la (Huidobro, 2002, p. 62).

De fato, sempre que os cidadãos ou os corpos sociais possam levar a cabo iniciativas ou atividades de interesse comum, não pode o Estado substituí-los, mas sim atuar dentro das suas possibilidades apoiando os cidadãos e corpos sociais e financiando os mesmos de maneira justa (Moreira, 2002, p. 22).

Entre similaridades e diferenças, ambas as críticas se dirigem ao aspecto da liberdade pessoal frente ao Estado, o que não quer dizer que esta liberdade pessoal seja tolhida em sua totalidade, ao longo da constituição do Estado, foi se acentuando na sociedade humana a origem de numerosas associações que fazem o elo entre o indivíduo e o Estado⁴.

Este caráter organizacional da sociedade concebe a mesma como composta por numerosas entidades menores, as quais originam ricas e variadas relações, que no seu funcionamento são reguladas pelo princípio da subsidiaridade, que em no seio das dificuldades enfrentadas pelo Estado na atual contemporaneidade, é alvo de algumas discussões no que diz respeito às responsabilidades do Estado no contexto atual (Huidobro, 2002, p, 62).

Face às críticas ao crescimento do Estado, o princípio da subsidiaridade vai ser orientado por duas perspectivas quando relacionado ao papel regulador daquele, o que se dá por perspectivas de cunho negativo e positivo.

⁴ Podemos falar aqui dos sindicatos, do movimento social organizado, das organizações não-governamentais, das organizações empresariais e associações desportivas, que reunidas potenciam as capacidades dos indivíduos e satisfazem suas necessidades. A este aspecto que devem ser dirigidas atenções, para não cair no reducionismo de que a ação do Estado e dos indivíduos tenha caráter exclusivo. Contrariamente a tal dinâmica, o passar dos anos tem materializado a retirada do poder estatal e a abertura do caminho para numerosas iniciativas privadas, mas que por sua vez, estas não podem cumprir adequadamente os seus objetivos sem o apoio do poder central.

A perspectiva negativa aborda que o Estado não deva chamar para a si tarefas menores que outras organizações estão em condições de realizar, exigência que por sua vez, visa assegurar a liberdade pessoal e de outros grupos para empreender e levar adiante suas iniciativas.

Aqui é preciso reparar que a participação nestes grupos não quer dizer que as pessoas sejam tolhidas de sua liberdade, muito pelo contrário. A participação nestas organizações assegura aos cidadãos autonomia frente ao poder central e potencializa as possibilidades de ação ao multiplicar as suas forças.

As organizações que fazem a intermediação entre o indivíduo e a sociedade são na verdade uma manifestação da sociedade, que caracteriza o próprio homem e com isso o desenvolvimento e sua liberdade, fato de que podemos apreender que a energia que move a sociedade não vem de cima, mas das bases, daí a qualidade de vida depender da quantidade e pluralidade destes grupos.

Como se pode observar a perspectiva negativa toca no universo da política, porque neste princípio subjaz a idéia da limitação da política, isto é, ao fato desta última não se reduzir somente ao plano estatal, até porque nem toda a vida humana é política (Huidobro, 2002, p. 63).

Ainda no que diz respeito ao princípio da subsidiaridade, no que diz respeito à perspectiva positiva, esta se relaciona com a atuação do Estado, que neste aspecto não pode deixar de intervir em matérias que atingem a esfera de ação privada, pois há muitos países em que a iniciativa privada não suporta ou não quer assumir o peso do Estado sobre si, cabendo então a este último a promoção de meios para que os cidadãos levem adiante algumas atividades, o que a própria etimologia da palavra subsidiaridade sugere a idéia de ajuda, do que derivam duas conseqüências.

A primeira delas diz respeito ao papel do Estado em exercer atividades empresariais, o que a justificativa para tal implica em não poder recair apenas no simples aspecto da ausência de particulares para realizar tais atividades. O Estado mais do que assumi-las diretamente, deve buscar outras vias

intermediárias para tal, como incentivos fiscais, isenções tributárias, de modo a convidar particulares a assumir tais atividades.

A segunda consequência vai incidir sobre o aspecto da ausência de iniciativa privada como justificativa para intervenção estatal, isto é, caso a promoção de incentivos não reúna interessados, justifica-se então a intervenção estatal.

Esta última situação pode ser chamada de suplência, por tais atividades serem realizáveis pela iniciativa privada, mas que de fato não lhes são asseguradas por elas, cabendo ao Estado o cuidado para não tornar tal atividade permanente, fato que é atentar para o alcance do princípio da subsidiaridade que depende das sociedades em questão e dos locais que ocupem os setores mais qualificados e empreendedores.

Muitas vezes nos países menos desenvolvidos é necessária uma maior intervenção estatal, a qual só poderá ser possível na medida em que os quadros da burocracia oficial tenham uma melhor qualificação que os setores empresariais privados, fato que nem sempre acontece (Huidobro, 2002, p. 64).

Assim, o cumprimento da subsidiaridade pelo Estado o coloca em condições de concentrar e especializar os seus recursos materiais e humanos naquelas tarefas que somente ele está em condições de realizar e que na atual conjuntura, não consegue executar de modo adequado.

Tal como podemos perceber até então, o princípio da subsidiaridade mantém sua importância mais acentuada do ponto de vista da liberdade dos indivíduos do que a do princípio da divisão dos poderes do Estado, sua fundamentação antropológica é mais profunda, porque acomete uma questão que vai além da simples eficácia do mecanismo de contrabalanço entre Estado e sociedade (Huidobro, 2002, p. 64).

Além disso, atentar para o princípio da subsidiaridade é necessário porque não reside apenas na eficácia de mecanismos de contrabalanço, mas naquilo que é o centro da comunidade política, o homem, que não pode ser reduzido numa perpétua inferioridade na qual o Estado pretende realizar por ele o que este tem condições de fazer.

Esta última vai acometer o núcleo da comunidade política, isto é, o homem e a sua dignidade, a qual permanece inacabada caso aquele continue na perpétua condição do Estado realizar por ele tudo aquilo que tem condições de resolver.

Com isso, para o Estado o cumprimento do princípio de subsidiaridade é fundamental porque coloca o mesmo em condições de concentrar e especializar os seus recursos materiais e humanos nas tarefas que somente ele pode fazer e que hoje não consegue executar, algo que não é conveniente para ele, por este assumir funções quando o mesmo não está em condições de cumprir sequer aquelas que de modo indiscutível pode realizar (Huidobro, 2002, p. 65).

De tal modo, a questão das possibilidades do Estado tem sido um ponto crítico nas discussões atuais, principalmente no que diz respeito ao tema de suas responsabilidades, onde urge a idéia de

“repensar e reforçar o papel do Estado como definidor do enquadramento político e como regulador e fiscalizador da qualidade das políticas públicas. Isso obriga a uma nova cultura – a uma nova mentalidade, a uma nova atitude – que expressamos em termos de partir dos problemas para as soluções.” (Moreira, 2002, p, 33)

A citação de Moreira (2002) vai ao encontro das questões sobre os novos papéis do Estado, que são pontos críticos para entender as mudanças porque o mesmo passa, porque o exercício destes também tem funcionado como ameaças ao mesmo, como formas de risco de desintegração, conseqüências de duas tendências que se fazem sentir nos dias de hoje.

De um lado, encontramos um movimento de descentralização do poder, regionalização que tende a geração de um temor pela fragmentação do poder central do Estado frente à multiplicação de centros de poder autônomos (Calheiros, 2003, p. 23).

Por outro lado, na esfera internacional os Estados têm sido acometidos e compelidos por aspectos vários – econômicos, políticos, culturais; a abstrair de sucessivas e crescentes parcelas de sua soberania (Calheiros, 2002, p. 23)

Portanto, é com perplexidade que assistimos no seio destas tendências a exigência pela proximidade dos centros de decisão e estes parecem estar cada vez mais distantes (Calheiros, 2002, p. 23).

O que em paralelo a este movimento e suas conseqüências, tem-se acentuado o aparecimento de outras organizações regionais, que procuram responder as exigências que o Estado não corresponde (Huidobro, 2002, p.61).

2.3.2 Um novo Estado... Reflexões sobre os modos de olhar

Ao tratar do tema do Estado na seção anterior, fizemos uma escolha que não é exclusiva para entender a crise do Estado, já que estas instáveis configurações que lhe acometem são bem mais amplas e resultam no que alguns estudos denominam de crise do Estado.

Nesta seção, nossa perspectiva de análise se dá sobre os modos como tal crise é diagnosticada, pois cremos que estas constituem maneiras de olhar este fenômeno e diagnósticos da crise do Estado, que por sua vez, produzem agendas nem sempre consensuais umas com as outras no que diz respeito às soluções da crise.

Nosso corpus de análise se dá sobre as causas exógenas e endógenas implicadas na constituição da crise do Estado, pois estas caracterizam significativas mudanças nos papéis do Estado na atual contemporaneidade. Entre diferenças e similaridades, as discussões têm reconhecido a existência da crise do Estado de Bem Estar ou crise do Estado Providência, fenômeno contemporâneo que não é novo e que já vem se desenvolvendo há alguns anos.

Desde o grande ciclo de reformas do Estado e da administração pública, que ocorre ao longo dos últimos 25 anos do século XX, há quem afirme que a história da administração pública chegou ao fim com o advento do new public management, por outro lado, de modo mais cético, prevalecem opiniões que ressaltam o fracasso da maioria das experiências reformistas mais recentes, as quais são observadas como meros programas de ajuste fiscal, apoiados em um discurso ideológico disfarçado de pragmatismo (Costa, 2006, p. 133).

Estes diagnósticos se dividem entre por um lado, aqueles que têm o Estado como alvo e objeto da crise e por outro, por aqueles que têm um olhar para as mudanças decorrentes das próprias transformações do capitalismo

Assim, num primeiro exemplo de tais diagnósticos encontramos aqueles fabricados com base apenas nos critérios da crise fiscal, este modelo de diagnóstico se concentra em aspectos que vão ter o Estado como alvo e objeto de suas críticas, o qual sugere que o Estado desviou suas funções precípua para atuar na esfera produtiva, que se tornou disfuncional ao mercado, pois passou a perturbar seu adequado funcionamento, ou seja, é apontado como deficitário e gerador de desequilíbrios no sistema econômico, que fragilizado perde sua capacidade de intervenção legítima (Costa, 2006, p. 137).

O Estado com isso acaba gerando grandes distorções crescentes no próprio mercado e torna-se incapaz de atender com eficiência a sobrecarga de demandas sociais a ele dirigidas, sobretudo na área social.

É preciso lembrar que, na sociedade capitalista, o Estado e o mercado são duas agências centrais na alocação de recursos e na manutenção de equilíbrio econômico. Quando umas destas duas agências falha neste aspecto, uma crise se instala.

Lembremos aqui da crise de 1929 quando na altura o mau funcionamento do mercado gerou uma grande depressão, fato para o qual o Estado correu em seu socorro, o que novamente se repete com a atual crise do sistema financeiro mundial que abalou os mercados de maneira global⁵.

Naquela altura, no patamar pós-crise de 1929 o Estado começou a exercer um papel bastante ativo na economia, em muitos países o poder de compra aumentou mediante um processo expropriatório de bens de produção que, até esse momento, estavam em mãos privadas, o que em simultâneo não foi acompanhado pelo aumento da carga tributária sobre o setor privado, o qual

⁵ Os abalos do mercado financeira na esfera global têm origens nos Estados Unidos da América que se acentuaram com a perda do controle sobre os programas de incentivos a moradia iniciados na gestão do Presidente Norte-Americano Bill Clinton. O programa de incentivos de crédito a curto prazo e pagamentos a longo prazo, somados aos gastos públicos com a Guerra do Iraque formaram uma verdadeira bola de neve que bateram a porta do mercado de futuros no momento atual e provocaram uma enorme crise mundial que se reflete em quedas avassaladoras de negociação de papéis nas principais bolsas de valores do mundo, há quem diga que se trata da pior crise financeira desde a crise de 1929.

viu seu campo de ação restringido, tendo de enfrentar concorrências de empresas estatais cuja origem e funcionamento não estavam regidos por regras de mercado – mas também diminuídas por forças econômicas (Huidobro, 2002, p. 70).

Porém, em meados da década de 1980 uma nova crise se instaura, em que desta vez foi apontado que o Estado tinha se tornado incapaz de administrar as crescentes expectativas de benefícios sociais, para o que foi necessário trazer o mercado para socorrer o Estado, o que originou o argumento o Estado se tornou disfuncional ao mercado, já que o mesmo perturbou seu adequado funcionamento. (Costa, 2006, p. 137).

De tal maneira, a elaboração de uma agenda pautada num diagnóstico deste tipo, em que o Estado é definido como problema e uma agenda pautada neste vai resultar somente numa agenda negativa de mudanças.

É certo que não se pode desconsiderar que a economia e a sociedade sofreram modificações radicais e com isso implicaram em novas e diferentes relações com o Estado.

De modo sucinto, vejamos o aspecto das transformações da reestruturação produtiva, as transformações do capitalismo e a própria globalização como elementos que inviabilizaram os modos de regulação próprios do welfare state. Estes problemas estruturais de ordem capitalista só servem para explicar a crise das economias centrais, que só produzem efeitos às demais quando os ajustes têm impacto nas taxas de juros, no câmbio ou no comércio internacional (Costa, 2006, p. 138).

Contudo, há muitos fatores exógenos envolvidos com a crise do Estado, entretanto, os diagnósticos concentram-se na figura do Estado como problema, o que parece que não se está a considerar as profundas transformações culturais de nosso tempo e seus efeitos na política, na economia e na sociedade.

A internacionalização das economias, as mudanças produzidas pelo avanço da tecnologia nas maneiras de produzir, habitar e participar estabeleceu novos modos nas relações de trabalho, na própria sociabilidade e ao Estado (Costa, 2006, p. 138).

O próprio setor industrial emprega bem menos, transferindo a mão-de-obra para o setor dos serviços, que do mesmo modo também vem gerando menos empregos.

Com isso, o paradigma do welfare state foi minado de tal maneira que as políticas de cunho social-democratas ainda vigentes, são limitadas em seu alcance, no que tem resultado aparentemente em criar condições para indenizar desempregados do que para pagar aos trabalhadores (Costa, 2006, p. 139).

Concentrando análises neste outro modo de diagnóstico da crise do Estado e ultrapassando a perspectiva que concentra olhares somente no aspecto desta como sendo uma crise meramente fiscal, vê-se que a agenda de soluções pode ser outra.

A crise do Estado decorre, em amplo aspecto, da sua incapacidade de regular a vida social diante da emergência de novas tecnologias e, conseqüentemente, de uma nova organização produtiva, bem como de um novo padrão de acumulação, fato a que se percebe muito claramente que foi o mercado livre que se tornou disfuncional com relação à sociedade pós-industrial em que nos encontramos (Costa, 2006, p. 139).

Este não é capaz de gerar empregos e financiar o welfare state, uma crise com maior amplitude que se imaginava, que coloca em xeque as relações entre a economia e a sociedade, que descaracteriza as instituições encarregadas da promoção da solidariedade social e que esvazia a cidadania, identidade individual e coletiva, isto é, uma crise do trabalho, do welfare state e por fim uma crise da democracia (Costa, 2006, p. 139).

De tal maneira, ao visualizar este outro diagnóstico que não se reduz ao aspecto da crise fiscal, percebe-se que a crise que afeta o Estado decorre dos próprios remédios utilizados para enfrentá-la, a partir da origem de um estilo de governar pautado na prioridade absoluta ao ajuste fiscal, com cortes expressivos em gastos sociais.

Por outro lado, um diagnóstico que se concentra apenas no aspecto crise fiscal, tal como é tradicionalmente colocado por planos econômicos, é

ainda produto da ruptura do consenso social que permitiu o desenvolvimento do welfare state (Costa, 2006, p. 140).

Neste aspecto, outra agenda pode ser possível para solucionar os problemas do Estado, agenda esta que perpassa por uma nova relação entre ética, democracia e Estado.

Com isso, chegamos ao ponto do estado das coisas, no qual não se desconsidera que há uma crise do Estado, porém se esta é uma crise do Estado Moderno ou do Estado Providencia, é algo que ainda há muito a dizer por parte da comunidade científica.

2.4 As Reformas do Estado No Brasil

Nesta seção iremos tratar o tema das reformas do Estado no Brasil e incluso neste as modificações da gestão pública brasileira, no sentido de situar alguns dos aspectos da realidade brasileira na estrutura de referencia da reforma do Estado, isto porque tal como fazem intelectuais brasileiros de finais do século XX, cremos que a percepção conceitual sobre a gestão pública envolve não só a burocracia pública, mas o Estado brasileiro no seu conjunto (Tenório e Saravia, 2007, p. 113).

O nosso ponto de partida é a década de 1930, por se tratar de uma linha divisória em termos da gestão pública no contexto da República Brasileira e reminiscências dos tempos pré-burocráticos da República Velha pós Império.

A partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foram implantadas tentativas planejadas de gestão pública, inspiradas, inicialmente, nas perspectivas da administração racional-legal, caracterizadas pela mudança de uma situação organizacional pré-burocrática, coronelista para uma modernização administrativa do aparelho estatal (Tenório e Saravia, 2007, p. 115).

Podemos dizer que este é um momento inicial da inserção das idéias weberianas no contexto gestão pública brasileira, onde esta última começou a perder o caráter assistencialista e ganhou força no sentido de foro de

instrumentalidade do Governo, destinada a condução eficiente dos negócios públicos (Ramos, 1983 apud Tenório e Saravia, 2007, p. 115).

Além disso, a criação de empresas no setor de infra-estrutura industrial delineou a formação do Estado-empresário, criando-se as bases para o futuro Estado desenvolvimentista que vai ter no período de Juscelino Kubistchek (1956-1961) o cenário principal (Diniz, 2000, p. 32).

Contudo, o caráter autoritário das mudanças obstruiu a perspectiva da gestão pública em atuar pela *res publica*, além disso, o centralismo tanto político quanto administrativo, privilegiou ações privadas em detrimento de ações públicas, no sentido de atender interesses políticos localizados, como bem privados (Tenório e Saravia, 2007, p. 116).

O Governo de Juscelino Kubitschek, janeiro de 1956 a janeiro de 1961, foi caracterizado pela preocupação com o processo de desenvolvimento econômico do país através da industrialização, porém questões relacionadas com a modernização da gestão pública ainda permaneceram latentes, que passaram pela criação de organizações paralelas à estrutura existente voltada ao Plano de Metas (Tenório e Saravia, 2007, p. 116).

O fomento à industrialização, liderado pelo Estado, provocou efeitos colaterais modernizantes ao aparelho de Estado na medida em que o planejamento passou a ser função-chave desse processo (Tenório e Saravia, 2007, p. 117).

Ingressando no período do Governo de Jânio Quadros e João Goulart, janeiro de 1961 a abril de 1964, este é marcado por instabilidades e ambivalências que se refletem na gestão pública, porque as intenções de adaptar a gestão pública aos novos tempos foram submetidas às situações que resultaram ao golpe militar de 1964 (Tenório e Saravia, 2007, p. 117).

O período militar inicial, tal como na era Vargas, propôs uma administração moldada por pressupostos weberianos, uma reforma de cunho autoritário feito em 1967, através do Decreto-Lei nº 200, que Diniz (2000, p. 37) traça um perfil daquele modelo:

“A reforma introduzida pelo Decreto Lei nº 200 tinha por objetivo modernizar a administração pública, implantando um modelo dotado de maior flexibilidade e baseado em mecanismos de gestão semelhantes aos do setor privado. Entre seus princípios norteadores podem ser destacados a descentralização das atividades do setor público, as funções de planejamento e coordenação, a expansão das empresas estatais, bem como de órgãos independentes (fundações) e semi-independentes (autarquias), o fortalecimento e a expansão do sistema de mérito pela reafirmação do ingresso por concurso público.”

Posteriormente, ao fim do governo militar o Presidente João Figueiredo (1979-1985), estabeleceu o Programa Nacional de Desburocratização, que tinha por objetivo simplificar o funcionamento do aparelho burocrático do Estado. Importante perceber que no período militar, a expansão do Estado foi acentuada principalmente no que tange ao número de empresas estatais criadas, que ultrapassaram a casa das três centenas (Tenório e Saravia, 2007, p. 119).

Tendo finalizado o período do regime militar, vamos ter no período que vai de 1985 à 1994 a Síndrome da Paralisia Hiperativa, que envolveu os governos de Tancredo Neves e Fernando Collor (Lamounier et al., 1994 apud Tenório e Saravia, 2007, p. 118).

A rápida passagem de Fernando Collor (1990-1993) pela Presidência da República que se finalizou com processo de impeachment devido entre outras coisas, pela malversação de dinheiro público. Durante o seu governo a gestão pública sofreu uma reestruturação sem critérios racionalizadores, com ações de cunho centralizador, cuja reforma administrativa colocada em ação ficou conhecida como Plano Brasil Novo ou simplesmente Plano Collor.

Durante a vigência do Plano Collor, o Poder Executivo sofreu uma drástica redução não só na sua estrutura organizacional como também no quadro de pessoal (Tenório e Saravia, 2007, p. 118).

Além disso, aliado à pretensa reforma administrativa, acentuou-se também o processo de privatização das empresas estatais iniciado em 1981 pelo Programa Nacional de Desestatização, cuja pretensa reforma desestruturou o aparato administrativo, agravando a sua ineficiência, provavelmente pelo fato da dispensa de 112 mil funcionários públicos e pela aposentadoria de outros 45 mil (Tenório e Saravia, 2007, p. 118).

Com o impeachment de Fernando Collor em setembro de 1992, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que transmitiu o cargo em 1998 a Fernando Henrique Cardoso, que concluiu o seu segundo mandato em 2002.

As mudanças pretendidas na gestão de Fernando Henrique Cardoso foram definidas ainda no seu primeiro mandato, através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, elaborado e divulgado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado liderado pelo então ministro Bresser Pereira.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado está organizado em nove partes, apresentando entre outros pontos:

- Uma breve interpretação da crise do Estado;
- Uma classificação evolutiva da administração pública;
- Um histórico das reformas administrativas no Brasil a partir dos anos 1930;
- Um diagnóstico da administração pública brasileira;
- Um quadro referencial das formas de propriedade, setores do Estado e tipos de gestão;
- Uma estratégia de mudança e os principais projetos de reforma do chamado do aparelho do Estado.

Por se tratar de um documento extenso, nos detemos sobre os modos como este interpreta a crise do Estado, o qual afirma que “a crise da América Latina bem como do Leste Europeu é uma crise do Estado, que se desviou de suas funções precípua para atuar com grande ênfase na esfera produtiva e cuja intervenção constante no mercado gerou distorções a este último tornando-se com isso incapaz de atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, principalmente na área social” (Brasil, 1995, p. 9-10).

O documento trata ainda das relações entre o Estado e o mercado ao longo da história, quando da crise dos anos 20 e 30 o mercado em colapso foi socorrido pelo Estado.

Entretanto, durante os anos de 1980 manifesta-se uma crise em que:

“Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas.” (Brasil, 1995, p. 10)

As afirmações do plano parecem sugerir que o Estado tem um papel central com o causador de toda esta crise atual, o qual se tornou disfuncional ao mercado, sem a capacidade de administrar as crescentes expectativas de benefícios sociais, sendo que no momento atual é necessária a vinda do mercado em socorro ao Estado.

De tal modo, a crise do Estado é definida pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado como:

“Uma crise fiscal, caracterizada pela perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção de intervenção do Estado a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o entusiasmo nos países comunistas; e a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração burocrática” (BRASIL, 1995, p. 10-11).

Tal como se pode constatar no referido documento a crise econômica vivida pelo Brasil nos últimos 30 anos é fruto da crise do Estado, que fundamentalmente é uma crise fiscal, que persiste devido ao modelo econômico datado em políticas públicas populistas reintroduzidas com o processo de democratização e na ineficiência da administração burocrática, mas ganhou um caráter inercial, alimentando-se dos próprios remédios utilizados para combatê-la (Costa, 2007, p. 138).

Além disso, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado menciona o expressivo aumento das despesas públicas com pessoal nas três esferas do governo após a Constituição de 1988, em virtude da criação do Regime Jurídico Único do Servidor Público, que garantiu estabilidade e proventos integrais a empregados públicos, precipitando aposentadorias, elevando gastos públicos com inativos e aumentando o déficit público (Brasil, 1995).

Os elementos que levam ao desequilíbrio orçamentário são caracterizados como populismo fiscal, sugerindo que constituem uma política nascida da conjugação de interesses de ideólogos equivocados, políticos irresponsáveis, administradores corruptos e funcionários gananciosos, oriundos de pactos políticos que estabeleceram a partir da democratização (Costa, 2007, p. 138).

Conforme este diagnóstico, a crise econômica brasileira que perdura há mais de 30 anos é uma crise do Estado é fundamentalmente uma crise fiscal, com raízes na persistência de um modelo econômico datado, em políticas públicas populistas reintroduzidas com o processo de democratização e na ineficiência da administração burocrática, mas ganhou um caráter inicial alimentando-se dos próprios remédios utilizados para combatê-la (Costa, 2007, p. 138).

Este tipo de diagnóstico que parte de uma agenda negativa leva a uma série de problemas, porque os argumentos do referido plano se fazem ora na pressão do excesso de demandas ora pelo esgotamento dos modos de intervenção, o que é necessário atentar que as transformações da economia e da sociedade levaram a constituição de outras relações com o Estado.

Além disso, tal como nos diz Costa (2007, p, 138), por mais que a reestruturação produtiva, bem como o padrão de acumulação capitalista e a globalização tenham inviabilizado o modo de regulação prevalente do welfare state, os problemas estruturais da ordem capitalista utilizados só servem para explicar a crise das economias centrais, que em termos da economia brasileira só a afeta quando do ajuste da taxa de juros, no câmbio ou no comércio internacional.

Na verdade, há causas exógenas e endógenas para explicar a crise do Estado em geral e para a crise do Estado brasileiro em particular, entretanto o prevailecimento das explicações e as terapias para enfrentar o problema têm residido em causas endógenas (Costa, 2007, p. 138).

Neste aspecto, não se pode desconsiderar que a internacionalização das economias e as mudanças provocadas pela tecnologia, estas produziram enormes mudanças nas maneiras de produzir, habitar e participar, criando

novas relações de trabalho, de sociabilidade no próprio Estado, por exemplo, a indústria emprega bem menos gente, que repassa mão de obra para os serviços, que também tem diminuído o número de empregados, as vagas crescem somente no terceiro setor.

Com isso, a lógica do welfare state tem sido amplamente transformada, de modo que as políticas socialdemocratas que ainda existam, com certo limites no que podem alcançar, não conseguem suprir as exigências sociais, o que de tal forma nos leva a crer que a crise do Estado vai além de uma crise fiscal, decorre em larga medida, da incapacidade de regular a vida social diante da emergência de novas tecnologias e, conseqüentemente, de uma nova organização produtiva e de um novo padrão de acumulação (Costa, 2007, p. 139).

Este pensamento nos leva a perceber que foi o mercado livre que se tornou disfuncional com relação à sociedade pós-industrial, já que não é capaz de gerar empregos e financiar o welfare state, uma crise bem ampla que coloca em causa as relações entre a economia e sociedade, que desfigura as instituições encarregadas de promover a solidariedade social e que esvazia a cidadania e as identidades individuais coletivas (Costa, 2007, p. 139).

Em se tratando do Brasil, para além dos aspectos exógenos, os problemas de endividamento interno e externo causados e a inflação inercial, bem como as políticas utilizadas para enfrentá-las estão no cerne da crise econômica dos anos 80, de certo que a explosão do endividamento em razão do aumento das taxas de juros se deu em decorrência de opções de investimento financiado com recursos externos, a taxas flutuantes, numa conjuntura de déficit da balança comercial.

Desta maneira, a crise do Estado é também o conjunto de efeitos colaterais provocados pelas medidas adotadas para enfrentá-la, que partiram de um estilo de governar caracterizado pela prioridade absoluta ao ajuste fiscal, com cortes expressivos nos gastos sociais – sendo o desporto um destes.

Além disso, convém citar também que tais medidas foram o produto do fim da compaixão, isto é, a ruptura do consenso social que permitiu o welfare state.

Uma interpretação da crise do Estado Brasileiro como uma crise fiscal só poderia resultar, para sua superação, uma agenda negativa de reformas, além de que os diagnósticos presentes no referido documento por passarem longe do contexto brasileiro só poderiam resultar em objetivos deslocados e inalcançáveis (Costa, 2007, p, 140).

Ao chegar a este ponto da seção lembramos que foi objetivo deste texto rever propostas de reformas administrativas que estabelecem a função fundamental da administração pública no Brasil, o que apesar dos desejos de mudanças elaborados desde os anos de 1930 ao final do século XX, tanto no que diz respeito ao Estado quanto ao seu aparelho burocrático, as mesmas ainda estão por acontecer (Tenório e Saravia, 2007, p.121).

Contudo, é preciso lembrar que a relação do Estado com a sociedade brasileira mudou após os anos 1970, algo que até então, com pequenas exceções, se dava por conta de um Estado autoritário, que propunha modernizações weberianas ou gerencialistas e guardava os ranços de uma patrimonialismo que se estende até os dias de hoje (Tenório e Saravia, 2007, p. 122).

Os governos de Fernando Collor (1990-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) desconsideraram a importância da administração pública devido a ambos terem se deixado levar pela perspectiva neoliberal que chegou ao Brasil em meados dos anos 1980.

Além disso, o Governo Fernando Henrique Cardoso ampliou as propostas de reformas do Governo Collor, mas agindo de modo isolado, centralizado, criando uma verdadeira ilha burocrática demarcada pelas agências do Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Tenório e Saravia, 2007, p. 123).

Para ambos os governos, a administração pública se tratou apenas de um estorvo a ser reduzido, isto é, menos Estado, devendo este ser entregue às empresas as chaves do setor público e da proteção social, ou seja, Estado Mínimo.

Portanto, vamos perceber que a ineficiência do aparelho burocrático brasileiro não será resolvida só por meio de modernizações, reformas ou de adjetivações, como a de gestão social idealizada a partir dos anos 1990, mas sim pela redefinição da importância da administração pública como vetor necessário ao desenvolvimento nacional, o que dos anos 1930 aos 1990 poucas vezes foi ancorado em governos democráticos, com as nefastas conseqüências da história burocrática desse período no Brasil e nos países da América Latina (Tenório e Saravia, 2007, p., 122).

2.5 As Políticas Desportivas no Contexto das Transformações da Política

As relações entre a política e o desporto são historicamente recentes (Constantino, 2006b, p. 98), ao longo dos últimos 50 anos vem sofrendo modificações e o ingresso destas no seio das diferentes políticas públicas exige o devido cuidado sobre o que tem sido feito.

O desporto nasceu e afirmou-se numa lógica externa ao Estado, fruto da associação livre dos cidadãos, é um constructo cultural da sociedade moderna, com origens na emanção e expressão fidedignas dos princípios da sociedade industrial (Bento, 2007, p. 20).

De fato, o desporto é reflexo de uma sociedade onde o rendimento, o progresso científico e tecnológico, o desenvolvimento econômico, entram em conflito muitas vezes com a visão prometeica do progresso e do bem estar social, porque o desporto contém as contradições inerentes a outras práticas sociais e à sociedade (Constantino, 1999, p. 16).

Neste período compreendido pela primeira metade do século XX, a gradativa inserção do desporto através de suas práticas no seio da sociedade, prevaleceu balizada pelo rendimento corporal, na expansão planetária das grandes competições e entrada gradativa no universo das políticas internacional, nacionais e locais (Constantino, 2002, p. 6).

Durante a maior parte do século XX as políticas desportivas estiveram centradas de modo majoritário, num modelo de desporto alinhado com a competição e o rendimento, suportados pelo treino e preparação desportiva, constituindo um paradigma que orientou tanto os regimes comunistas do leste europeu e ocidente como pelo movimento de direita americano como arma de afirmação política no contexto internacional e de legitimação social no plano interno e externo, com pretensões de superioridade política de seus regimes (Constantino, 1999, p. 10).

Deste período inicial para além das glórias permaneceram também perversos efeitos, como instrumentalização do homem pela busca do rendimento desportivo, o doping, o treino precoce, a exploração do trabalho

infantil em busca do sucesso desportivo a qualquer custo, bem como manifestação de violência, xenofobismo e racismo⁶ (Constantino, 2002, p. 6).

Estas foram conseqüências da utilização do desporto como arma política no contexto internacional e pela crescente integração deste no mercado internacional dos interesses econômicos (Constantino, 2002, p. 6).

Entretanto, ao longo dos últimos 40 anos estes significados que prevaleceram ao longo da primeira metade do século XX foram contrastando com a constituição de novas e diferentes maneiras de significação do desporto fruto das imensas e avassaladoras transformações culturais de nosso tempo.

Estamos passando por novas formas de significar, representar e usar o espaço e o tempo que em plena constituição produzem enormes efeitos no seio da sociedade contemporânea (Giddens, 1991, p. 23-24), fato a que o desporto como constructo cultural não está imune.

O desporto ao longo dos últimos 30 anos vem sendo marcado por uma forte e evidente pluralidade, por um caráter diversificado e criativo num tempo e num espaço cada vez mais interdependente de outras variáveis sociais – muitos dos constrangimentos que afligem hoje o desporto estão ligados às variáveis da política global, são problemas econômicos, de emprego, educativos, de comunicação social, de ordenamento do território, de saúde, de urbanismo (Constantino, 2002a, p. 29).

Estas transformações reclamam uma perspectiva cultural da política desportiva, porque no contexto de dimensões globais, estas sofrem de problemas bastante expressivos, que articulados à volatilidade das condições presentes e ao próprio ritmo das transformações culturais decorridas ao longo dos últimos anos, nos conduzem à perplexidade e dúvidas, bem como a incertezas sobre o melhor sentido das relações entre as políticas e o desporto (Constantino, 1999, p. 9).

As conseqüências geradas por este fenômeno acarretam em sérias dificuldades para a política tradicional, que não consegue acompanhar a mutabilidade do desporto, materializando dificuldades no plano conceitual e no domínio operacional, fato que exige equacionar e repensar estrategicamente as

⁶ A este respeito permanece na história as vitórias de Jesse Owens no antigo Estádio Olímpico de Berlim frente ao ditador Adolf Hitler que acreditava na superioridade da raça ariana.

funções do Estado e a ação dos serviços de administração pública desportiva (Constantino, 2002a, p. 29).

Hoje, o caráter plural do desporto contribui para a materialização de práticas desportivas em que surgem novas modalidades, novas formas de praticar modalidades antigas, novos contextos organizacionais, novos motivos, sentidos e pretextos para a sua prática, a própria sociedade passou por um processo de desportivização, fatos que paradoxalmente tornam mais difíceis elucidar o conceito de desporto (Constantino, 2002a, p. 29-30).

Entretanto, não se quer dizer com isso que as formas e os modelos tradicionais estejam a desaparecer ou que queiramos rejeitar, muito pelo contrário, as relações entre o novo e o velho são tencionais, constituem aquilo a que podemos caracterizar com a frase: o velho ainda não morreu e o novo ainda não está pronto.

De fato, estamos diante de novas formas e modelos, de novas populações, de outros interlocutores, de diferentes formas de representação desportiva no sistema desportivo, mais do que isso, estamos diante de uma nova ordem desportiva resultante da recontextualização de todo o sistema desportivo, que gera a necessidade política de introduzir harmonias e complementaridades entre os seus diferentes subsistemas e segmentos, e de encontrar novas formas de representar o desporto diferente do que foi realizado de forma majoritária ao longo do século XX (Constantino, 2002a, p. 30-31).

Estas transformações exigem o equilíbrio na dinâmica do desporto voltado para todos e para alguns, um enorme desafio para as políticas desportivas e para a própria administração pública das práticas desportivas no contexto de mutações do Estado e de suas políticas contemporâneas, visto as exigências requeridas pela complexa dinâmica entre as necessidades coletivas de alguns e necessidades individuais de muitos (Constantino, 2002a, p. 31).

Esta configuração marcada pela materialização de um desporto com enorme polissemia e de realidade polimórfica (Bento, 2007, p.21) vem se expressando também na materialização de espaços desportivos no seio do território urbano da cidade como local de sua prática.

Na seção seguinte tratamos de uma pequena discussão sobre este tema, inserindo nosso trabalho no trato das instalações desportivas como questões da política desportiva.

2.5.1 As instalações desportivas no contexto das transformações da política e das mutações do desporto

Cunha (2007, p. 119) afirma que as instalações desportivas são também um instrumento de política desportiva, que estando inseridas no universo das transformações culturais de nosso tempo e do desporto em particular contribui para a introdução de novos cenários desportivos, que exigem novos equilíbrios entre as diferentes tendências ou expressões desportivas (Constantino, 1994, p. 68).

De fato, as instalações desportivas expressam e sistematizam as práticas desportivas num espaço, os comportamentos dos jogadores, árbitros e demais intervenientes, e densificam das relações entre os participantes no fenômeno desportivo através das respectivas práticas, as instalações desportivas revelam a expressão desportiva de uma comunidade no espaço ou território, de uma forma institucionalizada e permanente (Cunha, 2007, p. 119).

Este tema é bastante atual no seio das questões do âmbito das políticas desportivas, pois nos leva sem muito esforço a perceber que durante muito tempo estes espaços estiveram circunscritos pelas exigências das modalidades desportivas organizadas e pelo setor federado, mas que não pode ser mantida eternamente como modelo de organização do espaço para a prática desportiva, visto as mutações do desporto na atual contemporaneidade (Constantino, 1999, p. 81).

Hoje a procura desportiva impõe uma reavaliação deste modelo, no sentido da adaptação às mudanças na própria sociedade, no desporto e nas transformações das práticas desportivas (Constantino, 2006b, p. 48). A própria evolução das diferentes práticas desportivas da atualidade encontra sérias dificuldades, devido a uma sensível inadaptação do modelo tradicional das

instalações desportivas⁷ às novas necessidades, um problema de concepção que está diretamente relacionado com o modelo dominante da prática desportiva (Rabaçal, 2000, p. 33).

Os efeitos destes fenômenos são avassaladores, porque vem se acumulando no seio da sociedade práticas desportivas que há muito ultrapassaram a lógica dos espaços fechados e ingressando pelas práticas manifestas nos espaços abertos (Bento, 1992).

Estas novas configurações culturais do desporto vêm colocando enormes exigências a gestão das políticas públicas voltadas ao desporto, tendo em vista estas não conseguirem acompanhar as mutações do desporto e afetarem diretamente outros dois fatores do desenvolvimento desportivo, o financiamento⁸ e a gestão⁹.

Ao longo dos anos, o associativismo foi gerador de equipamentos no âmbito do curto prazo, não dispondo de conhecimentos nem capacidades para obter adequados níveis de rentabilidade desportiva e social (Constantino, 1994, p. 39).

Por outro lado, o setor privado pauta-se em opções por critérios de estrita ordem lucrativa, orientando, quer os investimentos realizados e de modo a obter margens de lucro compatíveis (Constantino, 1994, p. 39).

Este aspecto nos leva ao encontro de outro fator do desenvolvimento desportivo envolvido nesta dinâmica, onde as mutações do Estado mantém sua influencia no que diz respeito aos novos papéis assumidos por este no que diz respeito às instalações desportivas inseridas no seio das cidades, isto é, a

⁷ Nesta dinâmica da pluralidade do desporto estes problemas se ampliam e se expressam nas instalações desportivas, um dos fatores de desenvolvimento desportivo, que tratam do conjunto e meios materiais, artificiais, naturais e semi-naturais ao desenvolvimento das atividades desportivas (Pires, 2006, p. 223).

⁸ Para Pires (2006, p. 224), o financiamento é constituído pelo conjunto dos mecanismos através do qual as organizações desportivas satisfazem as suas necessidades de financiamento, de tal maneira que se adequem aos planos de investimento que devem expressar a sua vocação e gerar fluxos de caixa com saldo positivo. Por sua vez, o sistema económico determina os critérios e a maneira como aqueles recursos são aplicados nas diversas políticas a implementar.

⁹ Por gestão Pires (2006, p. 224) se refere ao conjunto das funções – planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar – através das quais se providenciam os meios para as organizações operarem e cumprirem a sua missão. A gestão integra um conjunto de ciências (sociologia, matemática, história, psicologia, etc...), que quando se trata do desporto devem ser contextualizadas às diversas áreas e setores de prática.

orgânica – conjunto dos organismos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais que configuram, enquadram e animam o processo de desenvolvimento desportivo.

Tal como nos diz Cunha (2007, p. 120) a racionalidade inerente à decisão como forma de gerir os recursos a serem utilizados impõe aos processos de localização de instalações objetivos de maximização de benefícios isto é, destinando a oferta, pela proximidade, a um maior número de habitantes, e minimizando a utilização de recursos no ajustamento das respostas às necessidades e desejos das populações.

E acrescenta o autor, a adequação entre níveis de conforto e utilização, entre dimensionamentos diferentes de comunidades de utilizadores, entre níveis de especialização e diversidade deve ser equacionada para que esta racionalidade seja efetiva e que resulte em benefício de todos (Cunha, 2007, p. 120).

De tal forma, a inserção de espaços desportivos no território das cidades promove respostas às necessidades de natureza muito diversificada e acompanham diferentes tendências na organização do tempo livre dos cidadãos (Constantino, 2006b, p. 49).

A questão sobre a localização e implantação das instalações desportivas é uma questão polémica, visto ser um elemento de qualificação dos aglomerados urbanos que dela mais se aproxima ou das quais se constituem como destinatários (Cunha, 2007, p. 105).

Esta localização dos espaços desportivos modifica o uso e a fruição do espaço para um conjunto de pessoas que de dele se servem, o que não é pacífico devido ao fato das perturbações no seu espaço vivido. Além disso, esta localização determina uma vocação, porque especializa, refina ou alarga outra anteriormente identificada, originando um grau mais elevado de qualidade do serviço que presta ou de uma capacidade de funcionamento (Cunha, 2007, p. 106).

Ainda no que diz respeito a localização, a inserção dos espaços em local com fraco nível de ocupação territorial pode tanto gerar maior fluxo atrativo, gerando assim devido a sua especificidade, uma procura que anteriormente

não existia ou um desperdício de recursos se no seu entorno caso já existirem outros espaços desportivos similares. Por outro lado, a localização de novas instalações onde a densidade populacional é elevada, deve aumentar o nível de diversidade da oferta existente, fornecendo graus acrescidos no nível de desempenho dos espaços e dos apetrechamentos das instalações desportivas, ou seja, elevando o nível de especialização, pelo apetrechamento próprio ou vocação que forem considerados (Cunha, 2007, p. 106).

Neste aspecto, o desporto e as suas organizações precisam repensar e clarificar o papel do Estado perante si, tanto o desporto como o Estado vivem cada um ao seu modo momentos de transição, no qual o traço comum é o de terem deixado de corresponder ao padrão de satisfação que tradicionalmente eram avaliados. De fato, o Estado não corresponde ao que dele se espera para o desporto, e, por outro lado, o desporto e as suas organizações também estão longe de perceber o que o Estado lhes pode dar (Constantino, 2006a, p. 78).

De tal forma, as exigências atuais pedem um Estado capaz de promover a cooperação e atenção dedicada a critérios de sustentabilidade e compatibilidade com os agentes e parceiros desportivos, a preocupação em regular sem domesticar, a aceitação da fragmentação social e desportiva e com ela o surgimento de novos modelos de regulação desportiva (Constantino, 2006a, p. 79)

Estas exigências implicam numa retomada do papel do Estado, traduzido no seu reforço como elemento definidor do enquadramento político, como regulador e fiscalizador das políticas públicas desportivas, que não deve se restringir somente ao Estado como elemento exclusivo, torna-se necessária uma nova mentalidade e outra atitude quanto aos seus papéis, que podem ser assegurados com a participação da sociedade civil, designadamente pelas organizações desportivas, importando para isso definir quais são as tarefas essenciais.

De fato, novas alternativas vêm sendo materializadas e voltadas a gestão do desporto no seio das cidades, que podem ser classificadas de diferentes formas.

Povill (1993, p. 111) nos apresenta algumas alternativas, a coação, fomento, prestação de serviços públicos, concessão, concertação e sociedade mercantis.

Na coação o município utiliza o seu poder regulamentar para adequar a conduta da administração, por exemplo, o regulamento de uso das instalações desportivas municipais (Povill, 1993, p. 111).

O fomento caracteriza-se por estímulos ou persuasões para que o particular atue de uma forma livre. É a ação da administração, encaminhada para proteger ou promover as atividades, estabelecimentos ou riquezas dos particulares e que satisfazem necessidades públicas ou se considerem de utilidade geral, sem utilizar a coação, nem criando serviços públicos (Povill, 1993, p. 111).

A prestação de serviços satisfaz diretamente as necessidades públicas, quer sejam do tipo econômico, educativo, cultural, desportivo etc..a idéia central supõe a promoção de uma atividade de interesse geral por parte de uma administração pública, podendo fazer uso tanto de técnicas de gestão de direta (gestão da própria entidade local, organismo autônomo local, sociedade mercantil, na qual pertença integralmente a entidade local) como de ordem indireta (concessão, gestão interessada, concertação, sociedade mercantil na qual o capital social pertence parcialmente à entidade local) (Povill, 1993, p. 112).

Neste aspecto vamos ter a concessão como uma técnica de gestão indireta que permite a exploração de um serviço por um particular que assume os riscos e benefícios da sua prestação. A concessão de serviços é aquele ato pelo qual uma administração pública encomenda a um particular o funcionamento de um serviço público, comprometendo-se este a prestá-lo segundo o estipulado, aonde o particular recebe dos utilizadores uma prestação econômica que lhe permite amortizar o seu desembolso inicial, cobrir os gastos de gestão e conservação e obter um benefício industrial segundo o acordado.

A concertação é uma forma de gestão dos serviços públicos na qual a administração titular acorda que a sua prestação seja feita por outro sujeito que

realiza uma atividade similar. O particular ou clube já tem montada uma infraestrutura necessária para a prestação do serviço, em que se pode incluir as instalações, pessoal técnico, organização de um tipo de atividade determinada (Povill, 1993, p. 112).

Por fim temos a Sociedade Mercantil, uma alternativa que pode ter a participação de capital social do município ou com participação de particulares. Num primeiro ponto uma gestão direta e no segundo devido a participação de particulares, tem-se uma gestão indireta, onde a mais utilizada é a sociedade anônima (Povill, 1993, p. 113).

Em muitos países vemos os casos de sociedades de economias mistas, onde o município entra com parte do capital na sociedade, convertendo-se desta forma num acionista que ajuda, mas por sua vez irá controlar a gestão, evitando possíveis desequilíbrios.

Com isso, as instalações desportivas como questões das políticas desportivas que se encontram mergulhadas nestas estranhas dinâmicas do mundo contemporâneo, onde Política, Estado e Desporto sofrem mutações horrendas e que estes outros estão envolvidos, às políticas desportivas são exigidas novas relações com o próprio desporto, com as mutações do desporto e com as transformações do Estado.

Neste aspecto, a orgânica traduzida nas relações entre o Estado e o fenómeno da inserção das instalações desportivas no cenário urbano das cidades é um fator a que devem ser dirigidas atenções, visto estabelecerem preocupações do ordenamento do território, onde sejam possíveis práticas desportivas descodificadas do modelo tradicional bem como com usos do desporto comprometidos com um estilo de vida ativo, a saúde e o contato com a natureza, o que pede soluções mais ajustadas por parte do Estado junto ao desporto e deste último para com aquele, que ambos no seio das transformações da política, uma nova cultura política desportiva é necessária.

3.1 Metodologia

A secção a seguir, trata da apresentação dos pressupostos que orientaram a nossa investigação e as opções metodológicas que a balizaram.

É importante ressaltar que, tanto os pressupostos quanto as opções metodológicas desenvolvidas ao longo de nossa investigação, advém da própria natureza do objeto de estudo, do enquadramento teórico utilizado e da própria dinâmica do processo de pesquisa, que exigiu por sua vez, algumas (re)-definições em seu curso.

De tal modo, esta secção encontra-se organizada da seguinte maneira:

1. Inicialmente discorreremos sobre a constituição de nosso método de trabalho, na qual abordamos algumas questões de fundo que se tornaram necessárias para o percurso de nossos trabalhos;
2. Num segundo ponto, tratamos as questões relacionadas ao estudo de caso qualitativo usado como modalidade de pesquisa em nossa investigação;
3. Num terceiro ponto, exploramos os processos de recolha dos dados, onde tratamos dos percursos e percalços da pesquisa de campo, salientando aspectos da pesquisa documental e as contribuições desta para a própria seleção dos sujeitos entrevistados, com isso tocamos no aspecto dos locais visitados, as entrevistas, bem como as informações conseguidas;
4. Por fim, consta a análise dos dados, realizada através da análise de conteúdo, explorando alguns pontos de entendimento da mesma e os resultados proporcionados pelo seu uso.

3.2 Um Método de Trabalho

Na construção de nosso método de trabalho procuramos nos aproximar das lições de Quivy e Campenhoudt (2005, p.15) para quem importa acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, um método de trabalho.

Nestes termos, nossa investigação foi orientada pelas práticas específicas das pesquisas qualitativas, que consistem num conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo e que o transformam numa série de representações. O uso de múltiplos métodos reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão profunda do fenômeno investigado, na busca de soluções para as questões que enfatizam o **modo**¹⁰ como a experiência social é criada e adquire significado (Denzin e Lincoln, 2006, p.17-21).

As pesquisas qualitativas usam artifícios que possibilitam criar dados descritivos, que permitem observar o modo de pensar dos participantes numa investigação, fato de menor preocupação por parte da pesquisa quantitativa (Denzin e Lincoln, 2006, p.24-25).

Com isso, ao materializar nossa investigação compreendemos que estávamos diante de um estudo de caso, por nossos interesses se fazerem concretos num caso individual e não apenas por concentrar interesses nos métodos de investigação.

Geralmente, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo como e porque, por circunstâncias onde há pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto de vida real, no qual predominam questões ou temáticas sobre relações complexas, situadas e problemáticas (Yin, 2005, p. 28).

Os estudos de caso preservar as características holísticas e significativas, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas

¹⁰ Grifo nosso.

em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de sectores económicos (Yin, 2005, p. 20)

Assim, o estudo de caso pode ser considerado tecnicamente como “*uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos*” (Yin, 2005, pp, 32).

Em nosso estudo, investigamos um fenómeno bastante contemporâneo, as relações entre desporto e a política, no aspecto da materialização destas no cenário das cidades, isto é, as relações entre a concepção e construção de instalações desportivas e os objetivos das políticas desportivas.

De modo mais específico procuramos analisar as relações entre a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e os objetivos da política desportiva da gestão da Governadora Roseana Sarney Murad em São Luís-MA-Brasil 1996-2001.

Portanto, estudar pelo viés da Gestão Desportiva o Parque Estadual da Lagoa da Jansen na cidade de São Luís – Maranhão – Brasil como caso, se dá por entender o mesmo como um sistema delimitado, sem descuidar ou desprezar o contexto físico, sociocultural, histórico, económico e político em que o mesmo encontra-se inserido.

3.3 Processos de Recolha de Informações

Somos de acordo de que são raros os estudos qualitativos que não envolvam trabalho de campo, estes em sua maioria envolvem mais do que uma técnica de recolha de dados (Bogdan e Biklen, 1994, p. 114).

Fato para o qual Yin (2005, p. 109) chama atenção, quando nos afirma que os dados para os estudos de caso podem se basear em várias fontes de evidência, os documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos (Yin, 2005, p. 109).

Em nosso estudo de caso nos utilizamos de três procedimentos de recolha de informações, a pesquisa documental onde conseguimos reunir documentos oficiais e não-oficiais, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas.

Em termos da pesquisa documental conseguimos reunir documentos oficiais e não oficiais entre os arquivos de instituições oficiais públicas e de arquivos privados. Neste aspecto, estivemos na Secretaria de Infra-Estrutura do Estado, Ministério Público Federal, Biblioteca da Escola de Governo do Estado do Maranhão, Biblioteca Setorial do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão, Sede do Jornal Estado do Maranhão, Sede do Jornal O Imparcial, Acervo Privado do Deputado Federal Gastão Vieira, Biblioteca Pública Benedito Leite, Biblioteca do Curso de Mestrado em Ciências Políticas da Universidade Federal do Maranhão, Secretaria Estadual de Esporte, Sede da Administração da Lagoa da Jansen.

Ao longo destes processos recolhemos dados históricos, bibliográficos, documentos oficiais e outros advindos de outros documentos, efetuamos a reunião de um vasto conjunto de jornais que retrataram estes processos e outras notícias referentes ao objeto de nossa investigação.

Do conjunto bibliográfico reunido, constituímos nosso corpus teórico e das suas leituras definimos o Sistema Categorial, do qual elaboramos o guião de entrevistas que aplicamos em alguns sujeitos envolvidos com o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Das entrevistas, retiramos informações bastante preciosas que os documentos não nos ofereceram, adicionamos estas ao corpus documental.

Com isso, tanto o conjunto de documentos quanto o conjunto das entrevistas, foram alvo da aplicação da técnica de análise de conteúdo.

3.3.1 Entrevista Semi-Estruturada

Bogdan e Biklen (1994, p. 134) afirmam que a entrevista consiste numa conversa intencional, que ocorre geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas com o objetivo de obter informações sobre a outra.

Fato que para os estudos de caso, a entrevista é uma das mais importantes fontes de informação (Yin, 2005, p. 116).

Durante a entrevista é estabelecida uma relação de troca, onde o entrevistado exprime suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, suas interpretações ou as suas experiências (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 192-193).

Este relacionamento¹¹ por sua vez, pode ser caracterizado pelo estabelecimento de relações diretas e indiretas, ou seja, encontro frente a frente ou numa relação por telefone (Ruquoy, 2005, p. 86).

Ainda neste aspecto das relações estabelecidas nas entrevistas, estas podem se diferenciar ainda quanto ao grau de liberdade dos sujeitos, que varia entre uma expressão mais livre do interlocutor e na intervenção do entrevistador que estrutura a entrevista a partir de um objeto de estudo (Ruquoy, 2005, p. 87).

Contudo, quando da concentração na entrevista semidiretiva, isto nos insere num intermédio marcado por duas exigências que parecem contraditórias.

Num primeiro ponto, trata-se de permitir ao entrevistado que estruture o seu pensamento com relação ao objeto de interesse, daí um caráter parcialmente menos diretivo.

Por outro lado, a definição do objeto de estudo pode vir a eliminar algumas das considerações levantadas naturalmente pelo entrevistado, que exige pontos de aprofundamento por parte do mesmo e que este não teria expressado muito bem, daí um caráter parcialmente mais diretivo.

O que também se assemelha às discussões de Bogdan e Biklen (1994), na adoção das entrevistas não-estruturadas, estruturadas e semi-estruturadas ou estruturadas simultaneamente.

Esta adoção caracteriza-se por relações do tipo relativamente abertas, uma segunda em que o entrevistador controla o conteúdo de forma demasiado rígida e por fim, uma relação muito aberta.

¹¹ Ainda com relação aos modos como pode decorrer uma entrevista, não se pode deixar de mencionar o uso da internet como meio de conquista de informações. A obra *Identities* editada pela Jorge Zahar Editores, o jornalista italiano Benedito Vecchi realizou vários contatos via e-mail com o sociólogo Zygmunt Bauman, que resultou numa excelente obra sobre a questão da identidade na atual contemporaneidade.

Entretanto, nesta última o entrevistador encoraja o sujeito a falar sobre uma área de interesse e, em seguida a explora mais profundamente, retomando os tópicos que o entrevistado levantou.

Aqui em nosso estudo assumimos esta última perspectiva, proposta por Bogdan e Biklen (1994, p. 134) por ser mais adequada ao nosso estudo.

Portanto, em meio a esta complicada rede de discursos sobre nomenclaturas e os meandros que ela percorre, nos leva a perceber algumas características básicas no desenvolvimento da entrevista (Quivy e Campenhoudt, p. 77):

1. Fazer o menor número possível de perguntas, a entrevista não é um interrogatório, nem um inquérito por questionário;
2. Intervenção o mais aberta possível para conduzir a entrevista aos seus objetivos;
3. Abster-se de se implicar no conteúdo da entrevista;
4. Procurar que a entrevista se desenrole num ambiente e num contexto adequados;
5. Gravar as entrevistas

De tal modo, em nossa investigação, as entrevistas foram marcadas previamente com os sujeitos, estas se passaram em seus respectivos locais de trabalho, onde entrevistamos individualmente cada um dos mesmos, no sentido de não permitir que as respostas destes condicionassem umas às outras, est.

3.3.1.1 Construção e Validação do Guião de Entrevistas

Ao definir qual tipo e modo de entrevista que viria a ser utilizado por nós em nossa investigação, bem como o local a ser estudado, nos debruçamos na elaboração de um guião de entrevista semi-estruturado.

Tendo finalizado o mesmo, o enviamos ao orientador de nosso trabalho, que aprovou e validou o mesmo para o cumprimento de nossas exigências, no

que diz respeito à realização da recolha de informações por meio das entrevistas.

Passado este processo e antes de iniciar o trabalho com as entrevistas, realizamos um teste com o referido guião, que se deu com um dos participantes envolvidos na problemática do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Este processo foi de suma importância para perceber se o referido instrumento se adequava às nossas entrevistas, mais do que isso, aos objetivos de nosso trabalho.

Em seguida informamos ao nosso orientador sobre as dificuldades e possibilidades do guião como instrumento de pesquisa, porque houve pontos no momento de teste do mesmo, que o entrevistado revelou não poder responder por não ter participado daquela questão específica.

Entretanto, o mesmo revelou que seria fácil responder caso tivesse estado inserido também no processo questionado pelo guião e que não respondeu, mas afirmou que não sentiu problema algum em responder as demais, de forma que passamos ao processo de definição das respectivas pessoas a serem entrevistadas.

Ainda com relação às questões colocadas no guião de entrevistas, estas foram oriundas tanto da revisão de literatura como da própria inserção no campo de investigação, de modo que elaboramos uma correlata orientação das questões que fazem referências aos temas de nosso interesse e que contribuem para responder aos nossos objetivos.

- História: razões de origem e finalidades (questões 1 e 2)
- Definição da localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen (questão 3)
- Obstáculos e empecilhos enfrentados pela obra (questão 4)
- Definição e oferta de instalações desportivas (questão 5)
- Criação e exploração de espaços civis comerciais (questão 6)
- Financiamento para as obras do empreendimento e do empreendimento: fontes, origem e gestão dos recursos (questões 7,8,9,10)
- Orgânica (questões 11 e 12)
- Sub-Categoria 1: Relações entre o projeto e planos de governo
- Sub-Categoria 2: Relações sobre Responsabilidades da Prefeitura e Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

3.3.2 Seleção do Grupo de Entrevistados

Definindo nossa investigação como um estudo de caso, bem como o tipo de entrevista, a partir de então passamos à constituição do grupo de entrevistados.

De tal maneira, durante este processo de seleção do grupo de estudo, nos balizamos pelas lições de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 71), no aspecto da questão das pessoas úteis a serem entrevistadas.

Estes indicam três categorias de interlocutores que podem ser válidas, docentes, investigadores especializados e peritos; testemunhas privilegiadas e por fim, o público a que o estudo diz diretamente respeito.

A seleção nos foi facilitada de certa forma, devido aos nomes destas pessoas nos serem indicados ao longo da pesquisa documental, por entre as instituições onde recolhemos documentos, locais onde tivemos conhecimento que tais pessoas estiveram envolvidas de maneira mais próxima com a problemática investigada.

Com isso, na Secretária de Infra-Estrutura tivemos conhecimento do nome do arquiteto Ricardo Pérez, que na altura da realização das obras era Secretário de Infra-Estrutura do Estado na gestão da Governadora Roseana Sarney.

As idas à Biblioteca Pública Benedito Leite, onde estivemos a procura de jornais da época, nos revelou o nome do atual Deputado Federal Gastão Vieira, o criador do projeto de lei que transformou a Laguna da Jansen em Parque Ecológico Estadual no ano de 1988 quando na altura era Deputado Estadual no Estado do Maranhão, o qual nos concedeu vasto material jornalístico.

Ainda durante os percursos da pesquisa documental, nos deslocamos ao Projeto Prata da Casa e o contato com seu coordenador o Prof^o. Doutor Erasmo Campello, chegamos ao nome do consultor da obra o Prof^o.Doutor Márcio Vaz, biólogo que participou do processo de construção da obra no que diz respeito a problemática do impacto ambiental.

A ida à biblioteca setorial do Curso de Biologia da Universidade Federal do Maranhão nos possibilitou conhecer o Prof^o. Doutor Roberto Leal, que nos

indicou uma série de trabalhos de monografia e dissertações de mestrado, relatórios de impacto ambiental e ainda projetos voltados à urbanização do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, documentos que nos oferecem dados e ainda nos serviram de material de consulta.

As conversas com o Prof^o. Doutor Roberto Leal nos indicaram novamente o nome do Prof^o.Doutor Márcio Vaz e também da Prof^a.Msc Maria do Carmo Viégas, atualmente funcionária do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente na cidade de São Luís, a qual poderia nos conceder uma série de informações.

O encontro inicial com o Prof^o. Doutor Márcio Vaz se deu na Audiência Pública de apresentação do Projeto da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui, onde aproveitamos para recolher algumas informações e marcar uma entrevista, que decorreu dias depois em seu local de trabalho, as instalações do Curso de Biologia da Universidade Federal do Maranhão.

O encontro com a Prof^a Maria do Carmo Viégas se deu em seu local de trabalho, a sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente na cidade de São Luis-MA-Brasil.

Com isso, estabelecemos o conjunto das entrevistas, que se caracterizaram da seguinte maneira:

1. Arquiteto Ricardo Perez, professor doutorado da Universidade Estadual do Maranhão do Curso de Arquitetura, foi Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão na altura da realização das obras de revitalização e urbanização do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen;
2. Prof. Msc Maria do Carmo Viégas, funcionária Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, realizou estudos de mestrado sobre a Lagoa da Jansen, no que diz respeito ao problema dos manguezais;
3. Prof^o.Dr^o. Márcio Vaz – Prof^o Doutor do Curso de Biologia da Universidade Federal do Maranhão, consultor da obra durante o processo de construção da urbanização e revitalização da Laguna da Jansen, desenvolveu uma série de investigações sobre a mesma.

3.4. Processo Analítico

3.4.1 Constituição do Corpus de Análise

Conforme Bardin (2004, p. 90) estando o universo de documentos demarcado, é necessária a constituição de um corpus, que se trata do conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.

A constituição do corpus de análise implica em escolhas, seleções e regras, são elas: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Com isso, constituído o nosso corpus de análise definimos como campo do mesmo os seguintes documentos:

- Transcrição de Documentos Oficiais referentes ao Projeto do Parque Ecológico da Lagoa Jansen;
- Transcrição de outros documentos não-oficiais referentes aos processos de inserção da Laguna da Jansen no cenário urbano de São Luís, bem como pelos aspectos da concepção e construção do parque, além de artigos, teses, jornais;
- Transcrição de Entrevistas realizadas com o grupo de entrevistados.

3.4.2 Metodologia de Realização e Transcrição das Entrevistas

As entrevistas realizadas foram gravadas com uso de aparelho digital MP3 player da marca Creative, com capacidade de 2 gigabyte de memória e formato de arquivo WMA, que foram transferidas para um computador portátil modelo HP Pavilion dv6000, de processador Intel Centrino Duo Core e 160 gigabytes de HD, instalado com versão Windows XP Home Edition.

O áudio gerado pelas gravações foi reproduzido através do software Windows Media Player, versão 11.

Além disso, os arquivos gerados pelas gravações foram convertidos para qualidade mp3 layer, no sentido de que os mesmos tivessem sua qualidade auditiva melhoradas, para isso nos utilizamos do programa específico do Windows Home Edition, denominado Conversor de Áudio do Windows.

Para a audição das gravações nos utilizamos de fones de ouvido com capacidade digital da própria Creative, o que para o processamento dos textos nos utilizamos do processador de textos Word 2007 da Microsoft Corporation.

No quadro a seguir, podemos verificar os dados relativos ao processo metodológico colocado em ação durante as entrevistas realizadas por nós, o local, o dia e hora das entrevistas, além da duração das mesmas e a duração do processo de codificação.

Quadro 1: Caracterização das entrevistas realizadas

Profissão/Cargo	Local da Entrevista	Condições da entrevista	Dia	Hora	Duração da Entrevista
Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão à época da construção da obra	Escritório de Trabalho Particular	Boas	15/03/2008	9:00hs	00h 40min 20s
Perito 1 (Funcionária Federal do IBAMA)	Local de Trabalho	Boas	28/03/2008	10:30hs	00h 22m 50s
Perito 2 (Profº Drº. Márcio Vaz)	Local de Trabalho	Boas	28/03/2008	16:00hs	00h 15 m 1s

As entrevistas foram precedidas de um contato prévio, onde acertamos os horários e locais das entrevistas.

Durante algumas das entrevistas, algumas pessoas expressaram receios de nos responder, fato que conseguimos convencer os mesmos a conversarem conosco apresentando os objetivos da investigação, das intenções das entrevistas e o caráter acadêmico de nosso trabalho alegando que se tratava de estudos de mestrado.

Com isso, fomos estabelecendo uma conversa no sentido de criar um clima agradável com as mesmas, para que a entrevista decorresse numa

esfera em que tanto o entrevistado quanto o entrevistador se sentissem a vontade.

Durante estas conversas, os sujeitos demonstraram contentamento, por se tratar da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, um local tão distante com interesse na cidade de São Luís.

Ao fim de cada entrevista, continuávamos a nossa conversa buscando que o entrevistado avaliasse a entrevista concedida pelo mesmo, no aspecto da qualidade das informações prestadas, fato que muito das vezes certos aspectos voltavam à tona e eram enfatizados novamente.

A intenção disto coincide com o que nos diz Bardin (2004, p. 94), no sentido da preparação do material, das transcrições na íntegra, buscando preservar a forma do discurso do interlocutor.

Ainda quanto à realização das entrevistas, ao final de cada uma delas, procuramos recolocar as pessoas no processo da entrevista, com uma questão que o possibilitava avaliar a entrevista concedida pelo mesmo.

Com relação à transcrição das entrevistas e respectiva categorização, usamos a seguinte metodologia:

1. Ouvimos uma primeira vez as entrevistas, no sentido de nos aproximar com mais vagar com as idéias dispostas pelos entrevistados;
2. A seguir, procuramos transcrever as entrevistas, no sentido de que pudéssemos visualizar trechos onde pudéssemos identificar unidades de registro e contexto necessários à categorização, registrando unidades temáticas onde se revelassem as categorias e subcategorias oriundas da revisão bibliográfica;
3. À medida que as transcrições das entrevistas eram finalizadas, procurávamos verificar o texto com relação às gravações, para que fosse garantido o critério de transcrição de todas;

4. Verificadas as transcrições e a integralidade com as gravações, colocamos em curso o processo de releitura das mesmas e com estas as respectivas categorizações;
5. A partir de então, fomos registrando as unidades temáticas por onde se revelavam as categorias e subcategorias definidas por nós decorrentes da revisão de literatura, dos dados encontrados e dos percursos e percalços da pesquisa de campo

3.4.3 Documentos Oficiais e Não-Oficiais

Em se tratando do aparato documental, os mesmos foram sujeitos à técnica da análise documental, que entre similaridades e diferenças com a análise de conteúdo, tem características próprias.

Uma destas se dá no conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob forma diferente da original, com fins de facilitar a sua consulta e referência (Bardin, 2004, pp, 40).

Esta análise tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo as informações por intermédio de procedimentos de transformação, com propósito de atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso aos observadores, tanto pelo máximo das informações (aspecto quantitativo) como pelo máximo da pertinência (aspecto qualitativo).

Esta é uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de uma base de dados, que permite passar de um documento primário para um documento secundário.

O tratamento da informação, no que diz respeito aos seus recortes, divisão segundo o critério da analogia, faz-se de modo idêntico ao tratamento das mensagens na análise de conteúdo, mas entre diferenças e similaridades.

Enquanto que a análise de conteúdo trata das mensagens (comunicações), a segunda trata dos documentos, principalmente por classificação e indexação.

De outro modo, a análise categorial temática, é uma das técnicas de análise de conteúdo, cujo objetivo é manipular mensagens para evidenciar os

indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a do conjunto das mensagens.

3.4.4 Procedimento Analítico

No procedimento analítico realizamos a análise de conteúdo das entrevistas e do corpus documental.

Em se tratando das entrevistas, nos baseamos no que nos afirmam Quivy e Champenhoudt (2003, p. 187), para quem a entrevista está sempre associada a um método de análise de conteúdo.

Além disso, quanto ao conjunto dos documentos reunidos, lembramos que a análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas (Quivy e Champenhoudt, 2003, p. 226).

3.4.5 Análise de Conteúdo

Conforme Vala (1986, p. 101) a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento da informação amplamente conhecida pelas ciências humanas e sociais, que tem a possibilidade de integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e pode ainda servir os diferentes níveis de investigação empírica (Vala, 1986, p. 104).

Nestes termos, Poirier, Valladon e Raybaut (1999, p. 17) afirmam que a análise de conteúdo permite efetuar uma série de operações destinadas à interpretação de um corpus abundante, multiforme e recheado de informações.

Em nossa investigação reunimos dados de origem documental oficial, não-oficial e entrevistas, no sentido de procurar responder a nossa questão de lançamento.

Nestes termos, foi preciso atentar para a flexibilidade da análise de conteúdo, já que sua adequação ao domínio e ao objetivo pretendido possibilita

a mesma ser reinventada a cada momento, com exceção dos usos simples e generalizados (Bardin, 2004, p. 25).

Fato este que exigiu agir com cautela, principalmente no que diz respeito à construção das unidades de análise, o que se deve às contribuições da revisão de literatura, bem como da dinâmica da pesquisa no terreno, que nos fizeram assumir o caráter provisório das hipóteses, opção esta decorrente das trocas incessantes entre o corpo teórico e as técnicas.

De tal modo, cabe o entendimento da análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2004, p. 37).

É preciso reparar que a descrição, funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, fazendo uso do que este tem a ensinar após ser tratado (por classificação, por exemplo) relativamente a outras coisas (Bardin, 2004, p. 29-33).

Contudo, é preciso atentar que a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após o tratamento) é apenas uma primeira fase da análise cuja fase seguinte – a inferência, é uma fase intermediária que possibilita a passagem, explícita e controlada à interpretação (a significação concedida a estas características) (Bardin, 2004, p. 29).

Em se tratando da inferência, esta infere conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), cujo interesse está para além da descrição dos conteúdos, concentrando-se no que estes podem ensinar após tratamento (por classificação ou não) com relação a outras coisas (Bardin, 2004, p. 33).

O que Vala (1986, p. 104) por sua vez, vai nos dizer que esta é a finalidade da análise de conteúdo, baseada numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas, que atua sobre a fonte e a situação em que esta produziu o material de análise.

De tal modo, ao domínio da análise de conteúdo pertencem todas as iniciativas que a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas que embora parciais sejam complementares (Bardin, 2004, p. 37).

Com isso, o processo que nos permitiu a análise e tratamento dos dados foi a codificação ou classificação (Bardin, 2004, p. 33), que permitiu reduzir a complexidade do meio-ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe um sentido (Vala, 1986, p. 110).

Este processo envolveu vários passos, entre eles a elaboração de categorias de codificação, que constituem um meio de classificar os dados descritivos, de forma que a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente diferenciado dos demais (Bogdan e Biklen, 1994, p. 221)

A análise de conteúdo do tipo categorial, passa ainda pela definição de unidades de análise, que podem ser unidades de registro, unidades de contexto e unidades de enumeração.

A primeira, diz respeito às unidades ou partes dos documentos que foram codificadas e consideradas a base para a definição das categorias.

As unidades de contexto por sua vez, tiveram a utilidade de unidades de compreensão ao seguimento da mensagem, cujas dimensões são superiores às dimensões e são ótimas para o estabelecimento exato da unidade de registro.

Por fim, a unidade de enumeração trata-se de um modo de contagem que, segundo Bardin (2004) são identificadas de acordo com a presença ou ausência, a frequência, a intensidade, a direção, a ordem e a co-ocorrência.

Deste modo, nos utilizamos da análise de conteúdo como uma forma trabalhar a palavra e as significações, onde procuramos conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (Bardin, 2004, p. 38).

Em se tratando disto, passemos à seção seguinte, de modo a abordar com mais clareza o tipo de análise de conteúdo utilizado por nós em nossa investigação.

3.4.6 Tipos de Análise

Em nossa investigação, nos utilizamos da análise de conteúdo do tipo categorial organizada por temas.

Conforme Bardin (2004, p. 111) as categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Esta autora afirma ainda que, os critérios de categorização podem ser de cunho semântico (por temas), sintático (por verbos, adjetivos, substantivos), lexical (conforme o sentido da palavra, por sinônimo ou por similaridade) e expressivo (classificação das diversas perturbações da linguagem).

Esta categorização passa pela elaboração de unidades de registro, unidades de contexto e unidades de enumeração.

A unidade de registro consiste na unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e a contagem em frequência.

Entretanto, quando da existência de ambigüidades quanto à referência do sentido dos elementos codificados, tornam-se necessários definir unidades de contexto, superiores à unidade de registro, como elementos chave para significar o conteúdo das mensagens.

Contudo, esta codificação não tem uma regra geral, pela mesma ser de natureza e dimensão variável, onde se executam recortes ao nível semântico (o tema) e noutros casos ao nível lingüístico (a palavra ou a frase) (Bardin, 2004, p.98) que facilitam a compreensão a seleção e classificação da informação.

Tal como se pode perceber, este processo é denominado de análise categorial, o qual pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido (*idem*), que permite a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.

Com isso, tal como mencionada anteriormente, em nossa investigação optamos pela análise categorial organizada por temas, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou freqüência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico (Bardin, 2004, p. 99).

Para Bardin (2004, p. 99) o tema enquanto unidade de registro corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma), que não é fornecida de uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais regulares.

O tema, conforme esta autora é utilizada geralmente como unidade de registro para estudar as motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.

A construção de nosso sistema categorial por sua vez, foi elaborada a partir da combinação entre a perspectiva a priori e a posteriori (Bogdan e Biklen, 1994, p. 223; Vala, 1986, p. 111)

De tal maneira, definimos a priori um sistema categorial oriundo da revisão de literatura, entretanto, após leitura do corpus de análise e da inserção no campo de pesquisa, foi necessária a revisão das categorias, no sentido de refinar as mesmas e incluir outras, o que se refletiu no aspecto da combinação da categorização.

Em nossa investigação traduzimos estes sentidos, naquilo a que as pessoas entrevistadas nos relataram sobre determinados elementos da realidade investigada e que as mesmas encontram-se inseridas, além do que os documentos nos revelam.

3.4.7 Definição do Sistema Categorial

Como vimos anteriormente, grande parte dos processos de análise de conteúdo organiza-se em redor de um processo de categorização (Bardin, 2004, p. 111).

Esta é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o

gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (Bardin, 2004, p. 111).

Neste aspecto a construção de um sistema categorial incorre considerar aspectos como a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e por fim a produtividade (Bardin, 2004, p. 113).

Nestes termos a exclusão mútua diz respeito à condição de que cada elemento não pode ser incluído em mais que uma categoria; a homogeneidade diz que uma categoria só pode funcionar com um registro e com uma dimensão da análise.

A pertinência diz respeito ao aspecto da adaptação da categoria ao material de análise escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido.

Quanto à objetividade e a fidelidade, as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.

Por fim a produtividade implica que um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, hipóteses novas e em dados exatos.

Contudo, é preciso lembrar que não existe uma regra geral para o estabelecimento das mesmas, devido ao aspecto da pluralidade de variáveis possíveis, bem como pela complexidade das escolhas e singularidade do investigador implicados na investigação.

De tal maneira, nas linhas a seguir apresentamos nossas categorias e sub-categorias de análise definidas, construídas tanto a priori, oriundas da revisão de literatura, quanto a posteriori, elaboradas a partir da investigação no terreno.

3.4.8 Justificação das Categorias

Ao justificar as categorias partimos das lições possibilitadas pela revisão de literatura e das impressões adquiridas da inserção e presença no campo de investigação, o que contribuiu para a definição dos seguintes temas:

- História: razões de origem e finalidades (questões 1 e 2)
- Definição da localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen (questão 3)

- Empecilhos e registros de insatisfação enfrentados pela obra (questão 4)
- Definição e oferta de instalações desportivas (questão 5)
- Criação e exploração de espaços civis comerciais (questão 6)
- Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos (questões 7,8,9,10)
- Orgânica
- Sub-Categoria 1: Relações entre o projeto e planos de governo
- Sub-Categoria 2: Relações sobre Responsabilidades da Prefeitura e Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

1 - História: razões de origem e finalidades

Esta categoria de análise foi constituída a partir de nossa inserção no campo de investigação, quando algumas evidências nos colocaram a necessidade efetuar um mergulho mais profundo na história do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen no sentido de entender a inserção e permanência deste na cidade de São Luis e dos efeitos disto no resultado final da obra que fora inaugurado em dezembro de 2001.

Esta opção foi necessária devido ao fato de nossas observações e leituras nos levarem a crer que a compreensão sobre o fenômeno da inserção e permanência do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen não pode ser resumida somente ao período de 1998 a 2001, ela é bem mais profunda.

Rever sua história é de suma importância para situá-lo em nossa investigação, no que diz respeito aos elos com o desporto e que se manifestam com mais vigor na última fase das obras.

2 - Localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

Cunha (2007, p.105) nos lembra que a localização e implantação das instalações desportivas é uma questão polêmica, é uma questão polêmica, devido esta ser um elemento de qualificação dos aglomerados urbanos que

dela mais se aproximam ou das quais se constituem como destinatários (Cunha, 2007, p. 105), fato a que o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen não está imune.

Além disso, a localização de qualquer espaço desportivo modifica o uso e a fruição do espaço para um conjunto de pessoas que de dele se servem, o que não é pacífico devido ao fato das perturbações no seu espaço vivido. (Cunha, 2007, p. 106).

Para, além disso, o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen tem uma história com fortes influências políticas, de modo que somos da opinião que é necessário averiguar o peso destas influências na questão referente a localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Assim, elaboramos esta categoria de análise no sentido de esclarecer dúvidas sobre o envolvimento de diferentes elementos que possam ter influenciado a decisão sobre a localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, estas influências encontram-se no cerne das decisões políticas, que não são nada pacíficas.

3 - Obstáculos e empecilhos enfrentados pela obra

Visto que o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen tem toda uma história dentro do cenário urbano da cidade de São Luís, o uso desta categoria procura verificar se as obras enfrentaram algum obstáculo ou empecilho ao longo de seus trabalhos.

4 - Definição e oferta das instalações desportivas no empreendimento

Com esta categoria procuramos entender como a expressão espacial do desporto se materializou no que diz respeito ao empreendimento, visto que o desporto em sua evolução e trajetória contextualiza-se na mobilidade que caracteriza a sociedade contemporânea, ou seja, o desporto como fenômeno social se inscreve na dinâmica do espaço social (Jesus, 1999, p. 5).

Tal como salientado anteriormente, o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen foi uma decisão política, que tendo sido tomada resultou na estrutura que hoje nos apresenta, entretanto é uma curiosidade entender como isto constituiu a mentalidade política quanto às decisões por entre os diferentes motivos que orientaram a definição e oferta das instalações.

Esta é uma questão complexa, devido ao fato desta ser fruto das relações da política com o desporto, e esta última ser marcada por um descompasso latente (Constantino, 2006b, p. 98).

De tal maneira, o desporto define um espaço próprio, o local onde as práticas e as competições desportivas se desenvolvem, um espaço desportivo formal vocacionado ou de utilização apenas desportiva (Cunha, 2007, p. 25).

Por outro lado, vemos também que o desporto define pela organização, codificação e vocação, o espaço de trajeto e acessibilidade às manifestações e práticas desportivas em ambiente urbano como o grande espaço descodificado onde, em contato com a natureza, o praticante procura novas possibilidades de prática (Cunha, 2007, p. 25).

Entretanto, gostaríamos de entender com esta categoria como estes elementos foram definidos por tais políticas, já que a própria decisão por esta ou aquela instalação adveio de alguma concepção.

5 – Criação e exploração dos espaços civis e comerciais - 6

Adentrando as questões de natureza vária ligadas ao empreendimento, nos interessamos pelas questões afetas a definição e exploração dos espaços civis e comerciais inseridos no Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Esta é uma questão delicada, pois se insere no universo das discussões que se referem às relações entre comércio e desporto, nem sempre consensuais.

Contudo, somos de acordo da possibilidade da participação das entidades comerciais e da promoção dos respectivos produtos dentro de uma justa medida, desde que não seja perdida a dimensão da expressividade desportiva (Cunha, 2007, p. 99).

Além disso, esta possibilidade pode vir a ocorrer como forma de viabilizarem investimentos e manutenções, bem como lucros com utilidade e repercussão social, principalmente para os seus utilizadores que os consomem.

A utilização comercial dos espaços públicos deve ser ligeira e temporária, deve estar ao serviço das pessoas e não deve perverter, por apropriação a respectiva vocação fundamental que é a de ser um espaço disponível ao livre e fortuito pulsar social das comunidades residentes ou utilizadoras (Cunha, 2007, p. 99).

6 - Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o empreendimento: fontes, origem e gestão dos recursos.

O financiamento é um dos fatores de desenvolvimento desportivo (Pires, 2006, p. 224).

Em nosso estudo, a preocupação com o financiamento diz respeito aos modos pelos quais tais mecanismos estiveram presentes na esfera pública, isto é, com referencia aos modos como a União no âmbito Federal e o Estado do Maranhão no âmbito local, se relacionaram quanto ao financiamento para obra.

Além disso, buscamos entender também como o financiamento se comportou quando voltado ao já inaugurado Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Com isso, nossas atenções se dirigem para as questões do financiamento da dinâmica externa e interna ao empreendimento, no que diz respeito à sustentabilidade, manutenção dos espaços e bens do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

7 - Orgânica

Para Pires (2006, p. 222), a orgânica é constituída pelos organismos nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais que configuram, enquadram e animam o processo de desenvolvimento desportivo.

No seu sentido estrito, este conceito representa o desenho da estrutura bem como as relações das suas partes em dada organização, o que em nosso estudo se refere às relações entre os organismos governamentais envolvidos no processo de concepção e construção do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen e no sentido de procurar entender estas mesmas relações no âmbito local na dinâmica das esferas do Governo Municipal e Estadual, por isso o interesse nestas relações no que diz respeito a duas temáticas:

1. Relações entre a apresentação, desenvolvimento e implementação do projeto e os planos de governo;
2. Função do Poder entre a administração local e estadual na manutenção e no desenvolvimento esportivo gerado pela instalação

4. TAREFA DESCRITIVA

4.1 Tarefa Descritiva

A tarefa descritiva constitui um processo de suma importância desta investigação, a qual trata de identificar no corpus de análise de nosso estudo, as unidades de registro e de contexto que revelam as respectivas categorias de análise elaboradas por nós.

A partir disto, apresentamos a conceituação e as entradas para as respectivas inferências e interpretações que são construídas a partir do conjunto de dados reunidos.

Portanto, tal como outrora mencionamos, em nossa investigação traduzimos estes sentidos naquilo a que as pessoas entrevistadas nos relataram sobre determinados elementos da realidade investigada e que as mesmas encontram-se inseridas. Além disso, fazemos uso também do conjunto de informações oriundos dos documentos oficiais e não-oficiais reunidos por nós.

Inicialmente, nos detemos em caracterizar a área de estudo desta investigação, onde por opção e para uma melhor leitura dos leitores, organizamos esta seção da dissertação em dois fascículos.

Num primeiro momento nos utilizamos do aparato documental para caracterizar o campo de pesquisa, além de fazer uso destes como artifício para responder alguns objetivos colocados por nós.

Em se tratando dos referidos documentos, estes não respondem a tudo que procuramos com os objetivos traçados por nós, alcançam determinados limites que procuramos suprir com as com o conjunto das entrevistas.

Com isso, passemos adiante, caracterizando o campo de pesquisa num primeiro momento e apresentando os dados num segundo ponto, utilizando inicialmente o conjunto documental e na seqüência dos mesmos, o que nos dizem as entrevistas.

4.2 Caracterizações da Área em Estudo

Nesta seção em que tratamos da caracterização da área de estudo, abordamos inicialmente a realidade brasileira no contexto geral e em seguida a realidade da cidade de São Luís especificamente.

Assim, numa primeira seção tratamos de aspectos mais gerais da realidade brasileira e das questões afetas às políticas desportivas do seu contexto.

Na seção a seguir, tratamos de modo mais específico do lócus de nossa investigação com suas principais informações.

4.2.1. O contexto brasileiro das políticas desportivas

Ao tratar do tema das políticas desportivas no Brasil, nos deparamos com certas dificuldades, principalmente devido ao fato da produção acadêmica deste tema ser recente (Mezzadri, 2004, pp. 331).

Os estudos de Mezzadri (2004, pp. 331) apontam que, até meados da década de 80 a produção acadêmica sobre políticas públicas para o desporto era incipiente, os trabalhos até aquela altura estavam restritos a relatos de experiência que não se constituíam como pesquisas.

Outro dado relacionado a esta produção acadêmica, diz respeito a mesma ser marcada por uma pluralidade de temas e distribuída entre várias áreas de conhecimento, administração, ciências sociais, educação física, história, antropologia, direito e outras mais¹².

No entanto, a reunião desta produção proveniente da última década vem tornando o campo das políticas desportivas no Brasil mais consistente (Mezzadri, 2004, pp. 331).

Em seus estudos Mezzadri (2000) aponta para a formação de um campo constituído por algumas temáticas básicas, são elas:

¹² Estes outros estudos se referem também às discussões no plano das políticas educacionais, no qual se inserem as políticas educacionais que se atrelam ao campo da educação física e as discussões que se fazem nas imbricações entre o desporto, educação física e as políticas educacionais.

1. A primeira relacionada ao campo da gestão pública para o desporto e lazer;
2. A segunda relacionada à estrutura organizacional de Secretarias de Desportos e Lazer;
3. A terceira, que trata das análises de programas desportivos e sociais.

Esta diversidade resulta tanto na falta de contornos epistemológicos precisos como pela abrangência teórico-metodológica do campo (Mezzadri, 2004, pp. 331).

Porém, esta diversidade temática do campo ao contribuir para o crescimento das preocupações relacionadas à gestão das políticas públicas para o desporto no país, por sua vez não é acompanhado de discussões mais evidentes sobre a questão relações entre a política desportiva e a concepção e construção de espaços desportivos no Brasil.

O conhecimento e a circulação de informações sobre o tema de construções desportivas no Brasil é incipiente (Ribeiro, A questão da construção

Neste sentido, no texto a seguir procuramos situar e situar as várias relações entre Política, Estado e Desporto no cenário brasileiro, através do exame dos dispositivos legais e manobras políticas possibilitadas pelos mesmos, bem como ainda o alcance das mesmas no cenário social. O texto tem uma perspectiva histórica destas relações no Brasil, percorrendo tais relações desde o seu início até os dias atuais.

Em seguida tentamos efetuar uma espécie de balanço de tais relações no intuito situá-las novamente dentro do contexto das transformações do Estado brasileiro.

4.2.2 Itinerários da presença do desporto na política brasileira

Conforme textos de alguns autores estudiosos da política desportiva brasileira foi no ano de 1937 o início dos ganhos de relevância do desporto no âmbito federal (Manhães, 1986, p. 124).

Podemos afirmar que o início da institucionalização do desporto no âmbito na política brasileira se dá com a criação da Divisão de Educação Física ligada ao Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP, por intermédio da lei nº 378 de 13 de janeiro de 1938 (Azevedo e Barros, 2004, BRASIL, 1938).

O documento por sua vez, não fazia qualquer referencia à regulação do desporto de alto rendimento, onde somente no período de 1939 a 1941 foram realizados estudos para fundamentar a criação de um marco legal para o desporto que resultou na inserção da regulação do desporto numa primeira lei orgânica, com a criação do Conselho Nacional de Desportos - CND, instituído na altura no Ministério da Educação e Saúde - MES, através do decreto lei nº 3199 de 14 de abril de 1941 (Alves e Pieranti, 2007).

A criação deste órgão possibilitou ao Estado ter amplos poderes de intervenção nas organizações desportivas de prática – clubes e times, de administração – federações e confederações e até nas competições nacionais organizadas no país, modelo similar aos países do bloco socialista na Europa Oriental (Alves e Pieranti, 2007).

É preciso entender que, era altura dos anos de ditadura do Presidente Getúlio Vargas, que como em diversos países no mundo se acentuou a centralização do Estado sobre o desporto, sendo que no Brasil Getúlio Vargas também fez uso desporto para promoção do regime instaurado bem como sua figura como líder populista¹³.

Esta foi a primeira vez na história da política brasileira, que o desporto tomou relevância no âmbito federal. Durante o Governo de Getúlio Vargas foi criada a Escola de Educação Física da Universidade do Brasil¹⁴ através do decreto lei nº 1.212 de 17 de abril de 1939 e o mencionado Conselho Nacional de Desportos - CND a partir do decreto lei 3199 de 14 de abril d 1941 que estabelecia as bases do desporto em todo país.

¹³ Conforme estudos de Alves e Pieranti (2007) várias foram as vezes em que o Presidente Getúlio Vargas patrocinou competições nacionais de futebol através da máquina estatal e aproveitava , na década de 1940, do Estádio de São Januário, na altura maior estádio do Rio de Janeiro para discursar no Dia do Trabalho, no intuito de promover sua imagem com líder populista.

¹⁴ A Universidade do Brasil se trata da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Até a criação desta lei o desporto no Brasil era regido por entidades privadas, como os clubes, que a partir da criação do CND passaram a submeter-se às determinações do mesmo, que naquela altura estava destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país (Brasil, 1941).

Entretanto, estudos como o de Manhães (1986, p. 124) apontam que as intenções do CND estiveram muito mais ligadas ao controle do que no incremento de práticas desportivas, incentivando ainda o desporto amador em lugar do profissional.

Curioso ainda que esta seja a primeira vez que uma lei orgânica brasileira separou o desporto da Educação Física, as quais eram compreendidas especificamente (Maia, 2006, p. 7).

Novamente lembramos que o Brasil naquela altura vivia um momento de ditadura, onde o Estado utilizava-se da centralização e controle.

Maia (2006, p. 7) vai nos dizer que os efeitos provocados por tais comportamentos do Governo Federal também eram sentidos pelo setor desportivo ligado ao alto rendimento, que diante do sistema de intervenção e centralização exercido pelo Governo Federal sofriam enormes dificuldades.

Este comportamento por parte do Governo Federal privilegiava muito mais o carácter político do que propriamente o desenvolvimento do potencial desportivo do país, situação esta que perdurou durante muitos anos, já que conjunto de ordenamentos legais elaborados até o fim dos anos de 1950 não alteraram a perspectiva centralizadora e intervencionista do Governo Federal, que se concentrava na mais na regulação do desporto do que na sua incorporação deste no seio das políticas públicas (Maia, 2006, p.7).

Conforme os estudos de Alves e Pieranti (2007), este órgão normatizador perdurou até 1986, garantindo até aquele momento a total subserviência das entidades esportivas ao Governo Federal e possibilitando no regime militar a visibilidade da relação Estado-Desporto ainda mais evidente.

A incorporação do desporto no seio das políticas públicas só vai passar a ser visto, quando o mesmo passa a ser visto para além do espetáculo performático de rendimento (Maia, 2006, p. 7).

Este fato começa a se dar com a influência do movimento Esporte para Todos de 1966, que se tratou de uma verdadeira re-significação do desporto, oriundo de uma intensa movimentação no exterior, o qual se tratou de um movimento gerador de campanhas em diferentes locais do mundo no sentido de disseminar o desporto na sociedade como atividade educativa e cultural, fato que foi mais amplamente divulgado com a Carta Européia de Esporte para Todos.

Com a difusão da Educação Física e Desporto, teremos a Divisão de Educação Física criada nos anos da ditadura Vargas ser transformada no Departamento de Educação Física e Desportos - DEFD por intermédio do decreto lei 66.967 de 27 de julho de 1970 que continua vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, o que em 1975 o Conselho Nacional de Desportos, através da lei 6251 de 1975 sofreu uma forte ampliação, tornando-se então os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do desporto no Brasil, isto é, passou a ter poderes absolutos sobre o setor.

Com os anos de chumbo da ditadura militar, as instituições do desporto também não escaparam das intervenções do governo militar, exemplo disto foi o afastamento de João Havelange da Confederação Brasileira de Desportos - CBD, que fora substituído pelo Coronel Heleno Nunes, ação esta engendrada pelo então Presidente Ernesto Geisel (Alves e Pieranti, 2007).

Ainda fazendo uso das investigações de Alves e Pieranti (2007), estes nos mostram que a legislação desportiva em tempos da ditadura militar acompanhou as mudanças na estrutura regulatória, tanto que foi constatada a preocupação do Estado com o reconhecimento dos atletas, onde a lei 5939 de 1973, que tratava a respeito da concessão de benefícios de seguridade social aos atletas e que em 1976, através da promulgação da lei 6354, o Estado passou a regular a relação entre clubes e atletas, dispondo inclusive, sobre o passe.

Em seqüência teremos no ano de 1978 por força do decreto lei 81.454 de 17 de março de 1978, a transformação do Departamento de Educação Física e Desportos em Secretaria de Educação Física e Desportos do

Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC), a qual permaneceu em funcionamento até meados de 1989 (Azevedo e Barros, 2004, p. 81).

Podemos apreender muito rapidamente que o modelo associativo foi um elemento balizador das políticas desportivas no Brasil até esta altura, do que o processo de re-significação do desporto bem como pelas transformações do modelo de Estado iniciadas no início da abertura política nos anos 1980, vão produzir efeitos não só na esfera do Estado, como também no próprio desporto.

No ponto a seguir, tentamos caminhar pelos itinerários da presença do desporto no seio da abertura política no Brasil e nas transformações do Estado que se deram e que ainda hoje se fazem em movimento, no sentido de indagar sobre que projeto estaria presente as políticas públicas voltados ao desporto nestes novos tempos que se iniciam com a abertura política deflagrada nos anos de 1980.

4.2.2.1 A abertura política

Passados os anos de ditadura militar e iniciada a abertura política nos anos de 1980, vamos ter a Constituição Brasileira de 1988 o ordenamento legal que consolidou oficialmente a visão de desporto no Brasil, e mais, a primeira Carta Magna do Brasil a tratar do tema regulando o setor da seguinte maneira:

É dever do Estado, fomentar as práticas desportivas formais e não-formas, como direito de cada um, observados:

- I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o do desporto de alto rendimento;
- III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

§ 1º – O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei;

§ 2º – A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final;

§ 3º – O poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (Brasil, 1988)

A primeira mudança na estrutura governamental pós-Constituição de 1988 se deu em 1990, no conturbado governo de Fernando Collor de Mello, que através do decreto 99.187 de 17 de março de 1990 extinguiu a Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC) dando lugar à Secretaria de Desportos da Presidência da República (SEDES/PR) cujo primeiro Secretário foi o ex-atleta Artur Antunes Coimbra (Zico).

Este último ocupou o cargo de março de 1990 a abril de 1991 quando pediu exoneração do cargo e foi substituído por outro ex-atleta, Bernard Rajzman, que ficou no cargo durante o período de abril de 1991 a outubro de 1992.

Com o impeachment do Presidente Fernando Collor em outubro de 1992, a SEED-PRES perdeu o vínculo com a Presidência da República e voltou a ser incorporada no Ministério da Educação – MEC.

No ano de 1993, foi criada a lei Zico durante a gestão do Presidente Itamar Franco, a lei nº 8672 de 1993 instituiu normas gerais sobre o desporto brasileiro e proporcionou aberturas para que a legislação discutisse a relação entre clubes e atletas, fato este que só ocorre cinco anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Além disso, a inclusão na organização administrativa do Governo Federal se deu apenas no ano de 1995, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

4.2.2.2 O Governo Fernando Henrique Cardoso

No ano de 1995 foi criado o Ministério Extraordinário dos Esportes - MEE por meio de medida provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, tendo sido escolhido como Ministro do Esporte outro ex-atleta, desta vez Edson Arantes do Nascimento, Pelé.

Ainda naquele mesmo ano, através de outra medida provisória foi extinta a Secretaria Nacional de Desporto - SND e no seu lugar foi criado a Instituto

Nacional de Desportos – INDESP, subordinado ao recém criado Ministério Extraordinário dos Esportes - MEE.

Naquela altura foi criada a Lei nº 9615, conhecida como Lei Pelé gerou polêmicas porque trouxe novamente ao debate as questões sobre as relações entre os clubes e jogadores, bem como determinou a extinção do passe dos atletas, o que causou furor na comunidade ligada ao desporto porque normalizou o direito do exercício da profissão atrelada aos clubes (Alves e Pieranti, 2007).

Em abril de 1998 Pelé deixa o Governo e o Instituto Nacional de Desportos – INDESP, o qual volta a ter vínculo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Com a re-eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso é criado então o Ministério do Esporte e Turismo (MET), responsável pelas duas áreas, e que no ano seguinte vai ter lugar pela primeira vez na história da política brasileira um Ministério do Esporte - ME, onde o INDESP passa a ser fazer parte do mesmo.

Entretanto, em outubro de 2000 o Instituto Nacional de Desportos – INDESP é extinto e em seu lugar é criada a Secretaria Nacional de Esporte – SNE na estrutura do Ministério do Esporte e Esporte - MEE.

Assim, a década de 1990 é o cenário de uma nova perspectiva quanto ao âmbito desportivo, onde o Estado a partir de então, passou a exercer para além da regulação, a fiscalização do setor desportivo no país.

De tal modo, assiste-se no Brasil, mais especificamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em momentos diferenciados a realização de algumas Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI, com investigações sobre irregularidades cometidas por membros da iniciativa privada e da Administração Pública.

Passados os anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso, vamos ter a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, que faremos no ponto a seguir, onde procuramos entender como o desporto foi conformado na gestão Lula, com o novo Ministério do Esporte – ME.

4.2.2.3 O Governo Lula

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder foi algo recebido com entusiasmo e desconfiança pela população, tendo sido o entusiasmo caracterizado pela expectativa por mudanças gerada no seio da população na eleição de 2002, tendo em vista os oito anos de reformas do Estado malogradas pela gestão de Fernando Henrique Cardoso (Alves e Pieranti, 2007).

A desconfiança se deu pela volumosa quantidade de ministérios e secretarias criadas na altura, forma aparente em meio a especulações, de agraciamento de políticos no sentido de aumentar a base aliada ao governo.

Contudo, é preciso mencionar que entre todos estes Ministérios encontrava-se o Ministério do Esporte – ME, cuja importância dentro do cenário mais amplo da desconfiança, foi a princípio ignorada. Este tinha o menor orçamento entre todos os demais, sendo entregue em 2003 ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, que na altura tinha como seu presidente o Deputado Federal Aldo Rebelo (Alves e Pieranti, 2007).

Conforme estudos de Alves e Pieranti (2007) a escolha pelo PC do B para ocupar a pasta foi devido seus membros serem em ampla maioria membros da União Nacional dos Estudantes – UNE, o que facilitaria a implantação de projetos por parte do Ministério dos Esportes.

Outro fator a ser mencionado diz respeito à proximidade do Partido Comunista do Brasil – PC do B com o desporto, pois Aldo Rebelo, foi líder do Governo na Câmara dos Deputados a partir de 2003, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que investigou o contrato firmado entre Confederação Brasileira de Futebol – CBF e a Nike.

Assim, o escolhido para ocupar o Ministério do Esporte – ME foi o médico baiano Agnelo Queiroz também do Partido Comunista do Brasil – PC do B, tendo sido a sua gestão caracterizada pela realização de vários projetos de massificação do desporto com diferentes finalidades e distintos níveis.

O primeiro dos projetos postos em movimento pelo Ministério do Esporte - ME foi a formulação do documento Política Nacional de Esporte, o qual admitiu a definição de esporte brasileiro presente na Lei 9615 de 1998.

Para esta lei o esporte no Brasil se caracteriza como:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (Brasil, 1998)

De tal maneira, o processo de formulação do documento da Política Nacional de Esporte foi marcante, devido à reunião de mais 1200 delegados escolhidos em assembléias municipais e estaduais em todo o país, que durante quatro dias discutiram objetivos, diretrizes e bases de uma política nacional de esporte.

Com relação aos programas, o Ministério do Esporte – ME desenvolveu uma série deles, Programa Segundo Tempo, Programa Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta.

O Programa Segundo Tempo é desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação – MEC, o mesmo é voltado à prática de desporto para crianças matriculadas na rede pública de ensino.

O programa visa ainda além do fomento ao desporto, a oferta de infraestrutura para essa prática e o acompanhamento pedagógico e da saúde das crianças.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade é voltado a difusão da prática esportiva a outros seguimentos, do que o Ministério do Esporte – ME procurou

estabelecer parcerias com organizações governamentais e não-governamentais.

Com isso, o referido programa foi voltado às Prefeituras, com o objetivo de fomentar a prática esportiva como lazer e recreação com auxílio de núcleos criados para tal feito.

Além disso, às organizações não-governamentais o Ministério do Esporte – ME oferece alternativas de busca por doadores para que a efetivação de projetos sociais voltados a crianças e jovens em situações de risco.

Em se tratando do desporto de alto rendimento, ao Ministério do Esporte – ME foram designadas duas ações.

A primeira delas se deu quanto à reorganização do ordenamento legal voltado ao desporto de alto rendimento e a criação da Timemania.

Com a criação do Estatuto do Torcedor em 2003, foi exigido aos clubes que se adequassem ao mesmo, o documento causou polemicas porque forçou aos clubes a modernização de estádios e maior transparência administrativa por parte de seus dirigentes.

No ano seguinte, o Ministério do Esporte – ME na procura em solucionar as questões de saneamento dos clubes, propôs ao Congresso Nacional a aprovação de um novo concurso de loteria, a Timemania¹⁵.

A adesão por parte dos clubes à Timemania possibilitaria aos mesmos que parte da receita fosse retida na fonte, até que suas contas fossem pagas junto ao Governo Federal, em troca, os clubes teriam a possibilidade de angariar recursos via empréstimos bancários em bancos oficiais e receberiam parte da receita oriunda da loteria para investimento.

Por outro lado, a outra ação do Ministério do Esporte – ME voltada ao desporto de alto rendimento se dá com o Programa Bolsa Atleta, uma ajuda direta aos atletas, sem que isso passe pelos clubes.

¹⁵ O concurso da Timemania faz parte de um projeto do Governo Federal visando a renovação do futebol brasileiro, além desta, o Ministério do Esporte - ME preocupa-se com a consolidação e atualização dos ordenamentos legais reguladores do setor, procurando ainda fornecer subsídios para o melhor funcionamento do futebol brasileiro e a redução da violência nos estádios, no intuito de se adequar às normas internacionais de segurança nos estádios com vista a sediar a Copa do Mundo d 2014.

Este programa distribui ajudas financeiras mensais aos atletas que não tem patrocínio e disputam competições em modalidades olímpicas e para-olímpicas.

Assim, ao verificar o conjunto de programas oriundos do Ministério do Esporte Brasileiro, é possível inferir que há uma notável mudança de concepção do desporto no Brasil por parte do mesmo e do próprio Governo Federal.

É notável ainda que o desporto foi visualizado para além das modalidades e competições de alto rendimento, agregando a isso as práticas do desporto recreativo.

Além disso, a opção pela integração destes programas e das diversas possibilidades prestadas pelos mesmos facilita a associação da prática desportiva com outras áreas, a saber, alvo das políticas públicas do governo federal, como a educação, saúde e trabalho (Alves e Pieranti, 2007)

Dessa maneira, ao visualizar de modo panorâmico o conjunto das relações entre política, desporto e Estado no Brasil, confirma-se no contexto brasileiro o que nos diz Constantino (2006b, p. 98), isto é, as relações da política com o desporto são historicamente recentes.

Deste modo, na seção seguinte recolocamos estas relações entre a política, o desporto e o Estado no contexto brasileiro sobre questionamento, isto é, sitiando estas questões.

4.2.2.4 Um balanço

Ao longo do texto percorremos alguns itinerários das relações entre a política brasileira e o desporto, no sentido de visualizar os diferentes pontos da história dos ordenamentos legais voltados ao desporto no Brasil.

Tarefa esta que nos ajuda a compreender como estes ordenamentos legais possibilitaram manobras políticas junto ao desporto, já que os mesmos se encontram simultaneamente circunscritos e inscritos no movimento das mudanças porque passou o desporto ao longo do século XX e assumidas pelas políticas.

De tal maneira, vimos que nestes itinerários as relações entre a política brasileira e o desporto são marcadas por um caráter complexo.

De tal maneira, gostaríamos de demarcar uma posição, de que foi nossa intenção assumir uma perspectiva em que o exame das políticas desportivas não pode se resumir apenas à dimensão da intervenção pela via dos ordenamentos legais.

Há algo que vai para além destes, meandros que os textos oficiais não possibilitam perceber com nitidez.

Contudo, é certo que os ordenamentos legais voltados ao desporto avançaram no Brasil, pena que os mesmos não tenham o mesmo equilíbrio quando de sua materialização e da aplicação dos recursos para a consecução dos seus objetivos.

Assim, nosso balanço se dá em blocos, concentrando-se inicialmente nos anos iniciais das relações entre a política brasileira e o desporto, num segundo bloco exploramos aspectos relativos aos anos iniciais da abertura política, em seguida nos concentramos no governo de Fernando Henrique Cardoso e por fim na atual gestão de Luís Inácio Lula da Silva.

De tal maneira, os anos iniciais das relações entre a política brasileira e o desporto, são marcados durante décadas pelo comportamento do Estado no Brasil a reservar ao desporto tímidos departamentos e secretarias dentro de ministérios consolidados, fato que perdurou até a década de 1990 (Alves e Pieranti, 2007).

A criação do próprio Conselho Nacional de Desportos – CND ainda na década de 1930 e de sua sobrevivência ao longo da história política brasileira se revela como algo notório neste aspecto.

O CND foi muito mais ligado ao controle e intervenção no desporto do que ao incremento de práticas desportivas, a tendência centralizadora e intervencionista foi uma marca desde a institucionalização do desporto no cenário da história da política brasileira.

Durante os primeiros anos da institucionalização do desporto no cenário da política brasileira, o desporto de alto rendimento teve sérias dificuldades de se manter nesta estrutura intervencionista e centralizadora, no qual se

privilegiava mais o político do que o próprio desenvolvimento do desporto (Manhães, 1986, p.124)

Com a abertura política na década de 1980, o desporto vai ser incluído no texto da Constituição Brasileira.

Entretanto, este não foi prontamente regulado, a história nos mostra que a criação do Ministério do Esporte – ME vai dar-se apenas em 1995, num caráter extraordinário e sete anos após a promulgação da Carta Magna.

As evidências da necessidade de criação de um ministério, cuja existência não fosse alvo ou ainda que não dependesse das nuances da política brasileira foi passível de oito anos de demora.

Esta amplitude de prazos revela a ausência de um reconhecimento da importância do desporto no cenário das políticas desportivas brasileiras (Alves e Pieranti, 2007).

Além disso, a alternância de vínculos entre o desporto e os Ministérios a que o mesmo esteve ligado no período de 1995-2002 é por si só um ponto que merece reflexão, principalmente no que diz respeito à existência de uma gestão que conduzisse resultados sociais importantes frente à escassez de políticas desportivas.

Durante este período, o desporto no seio das suas relações com a política brasileira foi marcado por uma notável falta de identidade dentro do governo federal, já que nunca tinha pertencido a tantos ministérios e diferentes secretarias em toda a história da administração pública (Azevedo e Barros, 2004, p. 81).

Esta gestão inconstante teve suas conseqüências, uma destas se dá pela fragilidade da política nacional de desporto, onde iniciativas de sucesso ao nível regional e local não passaram por avaliações e não foram implantadas de modo mais abrangente no âmbito do Governo Federal.

Neste aspecto, é preciso lembrar que a implantação de políticas desportivas no Brasil não dependeu apenas da criação de uma máquina burocrática.

Por outro lado, esta relação não se deu apenas pela falta de comunicação entre as esferas do governo, que tradicionalmente sempre foram

deficientes, mas também pela ausência de uma máquina burocrática no âmbito do Governo Federal, como por exemplo, um ministério próprio que pudesse pensar o desporto, criar e implantar políticas para o mesmo.

A existência de secretarias esporádicas tanto no âmbito federal, quanto no âmbito estadual, em que estiveram políticos e principalmente ex-atletas, promoveram a prática esportiva e o investimento em diversas modalidades, mas, privilegiando o desporto de alto rendimento.

Ademais, ao nível local as iniciativas não receberam garantias de continuidade nem nos locais onde foram implantadas.

Estudos como o de Alves e Pieranti (2007) apontam que estas se encontravam atreladas a indivíduos específicos, cujos cargos dependiam de quem estivesse com o leme do governo.

A esta peculiaridade de personalismos, isto é, a formulação de políticas não necessariamente vinculadas a governos, mas sim a pessoas específicas, vai recair sobre as leis Zico e Pelé, por ambas serem iniciativas de pessoas diretamente ligadas ao desporto e ocupantes de cargo na administração central.

Este aspecto se revela como mais uma fragilidade das políticas desportivas brasileiras, no que diz respeito ao papel das instituições públicas responsáveis historicamente pelo desporto no Brasil, já que tal personalismo ocorre para preencher a lacuna originada pela falta de uma sistematização à regulação dessa área.

Este período da história das relações entre a política e o desporto no Brasil merece atenção e prudência nas análises.

No que tange ainda a este período, dá-se o aparecimento de um importante sujeito, o dirigente político e esportivo.

Estes, graças ao prestígio dos clubes de massa e dos votos de seus torcedores chegaram ao poder, ocupando cadeiras no Senado Federal, Câmaras Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Estes formaram uma forte bancada ligada ao Desporto no Poder Legislativo Federal, o que se apoiando neles foi possível ao Governo Federal regular o desporto, por outro lado, contrariando os mesmos, o Executivo tentou

discutir e solucionar problemas porque passa o desporto (Alves e Pieranti, 2007).

Por outro lado, a alternativa do Executivo em apoiar-se nestes parlamentares de oposição oriundos do campo do desporto, quando decidiu investigar e punir a dirigentes e clubes acusados de corrupção, descobertos por investigações realizadas por Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI, colocou a público dirigentes que mantinham estruturas de ganhos montados por estes, as quais só foram possíveis por omissões do Poder Público.

Faz sentido lembrar que, o Estado por meio de seus três poderes constitucionais, tem demonstrado interesse na punição a culpados por irregularidades desportivas (Zohain, Alves e Pieranti, 2006, p. 737)

Durante o ano de 2005, veio à tona o maior escândalo nesse âmbito, em que foi desmantelado um esquema de corrupção responsável por forjar resultados em campeonatos estaduais e no nacional (Zohain, Alves e Pieranti, 2006, p. 737).

Neste aspecto, é certo que mesmo com todos os problemas que materializados nas relações entre o desporto e a política brasileira, o Executivo foi de suma importância em vários momentos e campos de atuação do desporto.

A partir da década de 1990, a legislação esportiva brasileira procurou responsabilidade e moralidade, associadas à competência na gestão do desporto, voltada às instituições com fins lucrativos ou não (Lei Zico, 1993 e Lei Pelé, 1998) (Azevedo e Barros, 2004, p. 82)

Igualmente, a gestão das atividades conduzidas pelo próprio Governo Federal também deve seguir a mesma direção traçada para as organizações não-governamentais.

Além disso, temos visto que desde a década de 1990 empresas estatais vem patrocinando o desporto de alto rendimento, possibilidade posta em movimento pelo Executivo no sentido de fomentar o desporto, como ocorre com o patrocínio no alto rendimento nas modalidades do basquetebol, voleibol e a natação.

Não se pode negar que há uso por parte dos políticos da imagem, das benesses e da popularidade oriundas do investimento, por meio da autopromoção e vinculação de suas imagens ao sucesso de equipes e atletas (Alves e Pieranti, 2007).

No que consta ao Governo Lula, há poucos estudos sobre o mesmo, fato para o qual o estudo do Fórum de Discussão Permanente de Políticas de Esporte da Fundação Getúlio Vargas – FGV é um dos poucos.

Seu exame recai sobre o ano de 2005 e traz importantes informações.

O relatório afirma que aos novos problemas somam-se as conquistas habituais, isto é, ao lento, gradual e restrito processo de mudanças no âmbito das políticas desportivas no Brasil iniciado na década de 1980, não trouxe resultados consistentes, muito menos contemplou interesses e metas públicas (Zohain, Alve e Pieranti, 2006, p. 731).

O relatório afirma que clubes, federações e confederações enfrentaram problemas seja em seus modelos administrativos, seja em suas condições financeiras.

Estes vão mais além e afirmam que o Governo Federal, ainda que ciente da importância do desporto para o país, não consegue desenvolver e implementar uma política nacional clara para o setor.

Isto porque o Ministério do Esporte – ME foi incapaz de aglutinar os diversos atores em torno de um modelo de desenvolvimento de fomento, bem como há falhas na formulação e na implementação de uma política nacional.

Nestes termos, assiste-se com pesar a obstrução do tão propalado modelo de gestão profissional pela própria estrutura do setor, onde prevalece o amadorismo de seus dirigentes, simultaneamente, sintoma e empecilho para mudanças.

É um descompasso notável o avanço do profissionalismo no setor de serviços do desporto em todo o mundo, enquanto que no Brasil há um profundo descompasso, a falta de preparo técnico de grande parte dos mandatários acarreta em descompassos entre investimentos e lucros potenciais reais (Zohain, Alves e Pieranti, 2006, p. 737).

Com isso, diante de uma estrutura que ainda podemos chamar de frágil, faz com que os escassos recursos humanos qualificados sejam subaproveitados, e estes não conseguem proporcionar um maior desenvolvimento de clubes, federações e das próprias esferas da gestão das políticas públicas voltadas ao desporto.

Outro fator gritante é a escassa visibilidade do torcedor e sua importância com cliente, uma falha expressiva da oferta de produtos voltados para esse público, bem como o respeito aos seus direitos e interesses, bem como atentar o olhar destes últimos para a sua responsabilidade como torcedor.

Além disso, é urgente repensar as práticas esportivas não-competitivas, em separado das agremiações e clubes profissionais e voltadas para públicos diversos.

Tais práticas devem ser incorporadas a um modelo nacional, ou seja, pensando em consonância com o restante do cenário desportivo de modo a ter sentido prático dentro da amplitude das políticas desportivas brasileiras.

É necessário encarar o desporto dentro da pluralidade contemporânea com que este se expressa.

Não se pode negar que desde o ano de 2003, o Estado pôde reunir e centralizar políticas públicas, bem como ampliar estudos sobre o desporto em suas diferentes expressões.

Porém, ao Estado dentro de suas reformas precisa retomar o seu papel de agente regulador, em tese reunir subsídios e proporcionar a gestão do desporto como mecanismo a ser posto em movimento por ministérios diversos, de forma integrada, dada a importância que o setor tem para áreas diversas, pena que esta articulação interministerial ainda não seja uma realidade concreta.

A existência de uma política nacional de gestão pública voltada ao desporto demanda tempo, competência e interesse político de diversos setores, no entanto a tradição política da descontinuidade de programas não pode permanecer na era de mudanças em que nos encontramos e que o desporto se insere.

Portanto, o Ministério do Esporte - ME brasileiro tem um papel fundamental, visto se tratar de um ator com poder decisivo no cenário político, entretanto, visto a sua recente criação este ainda carece de mais investigações.

4.3 A cidade de São Luís

Nossa investigação teve como alvo a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão e uma das três capitais brasileiras localizadas em ilha, as demais são Florianópolis no Estado de Santa Catarina e Vitória no Estado do Espírito Santo.

São Luís está situada entre as coordenadas geográficas de latitude S 2°31' e de longitude W 44°16', a 24 m de altitude, mais especificamente no Atlântico Sul entre as baías de São José de Ribamar e São Marcus no Nordeste do Brasil, é a principal cidade da Região Metropolitana da Grande São Luís com uma população de 957.515 habitantes¹⁶ sendo a 16ª cidade mais populosa do país (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2007) (Figura 1).

Figura 1: Localização espacial da cidade de São Luís.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

¹⁶Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estimativas - Contagem da População 2007. IBGE. Página visitada em 14 de Novembro de 2007.

Em se tratando de sua história, a cidade de São Luís foi fundada pelos franceses no dia 08 de Setembro de 1612, os quais resistiram durante três anos frente aos portugueses e foram expulsos em novembro de 1615, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque que se tornou o primeiro capitão-mor do Maranhão.

Contudo, devido ao reduzido período da estadia dos franceses e por estes não terem construído uma cidade e sim um forte, isto origina uma série de discussões sobre a fundação de São Luís, se esta foi fruto da colonização portuguesa ou da presença dos franceses.

Entre 1641 e 1644 a cidade também esteve sob o domínio dos holandeses, o que somente após estes ataques o governo colonial decidiu fundar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, independente do restante do país que compreendia os estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Pará, Amazonas.

Naquela altura, a economia era baseada na agricultura, no cultivo e exportação da cana-de-açúcar, o que conflitos entre as elites por motivos econômicos levaram à Revolta de Beckman em 1684.

Durante o século XIX no período da Guerra Civil dos Estados Unidos, a cidade de São Luís passou a fornecer algodão para Inglaterra, cujos lucros foram utilizados para modernizar a cidade com a implantação de escolas, redes de água e esgoto, que fez com que fosse considerada a terceira do país em população, mas no fim daquele século a agricultura entrou em decadência e, naquele momento a cidade buscou outras atividades para manter-se.

Ao longo do século XX a cidade de São Luís passou por diversas mudanças, fato que em termos econômicos, ao final da década de 1960 a cidade recebeu incentivos e alavancou uma série de modificações nas suas atividades industriais.

A construção do Porto do Itaqui em São Luís, o segundo em profundidade no mundo – ficando atrás somente do porto de Rotterdam na Holanda, é um dos portos mais movimentados do país, servindo de escoamento para a produção industrial, agricultura e produção de minério de ferro, esta última oriunda da Serra do Carajás no Estado do Pará. A proximidade do Porto do

Itaqui da Europa e de outros portos da América torna o mesmo um ponto estratégico e uma atração de como porta de exportação.

Na década de 1980, a cidade recebe o consórcio Billington-Alumar, empresa cujas atividades se concentram na extração de bauxita e transformação do alumínio.

Em termos da arquitetura, vamos encontrar na cidade de São Luís o maior conjunto arquitetônico colonial do país, com cerca de 3500 prédios ao longo de 220 hectares do centro histórico, onde estão sobradões com mirantes, sendo muitos destes revestidos com preciosos azulejos de origem portuguesa e que trazem para a cidade a geração de riquezas pela economia do turismo.

Devido a este enorme conjunto arquitetônico, a cidade de São Luís no ano de 1996 foi elevada a Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007) possui o 12º maior parque industrial entre as 27 capitais do Brasil, enquanto que de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a cidade de São Luís é uma das melhores cidades para se trabalhar no Brasil^{17/18}.

Em termos culturais, São Luís é a cidade natal de importantes figuras da cultura brasileira, dos escritores Aluísio de Azevedo e Artur Azevedo, do escritor e Ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras Josué Montello, do poeta Bandeira Tribuzzi, da cantora de samba Alcione Nazareth, do cantor Zeca Baleiro, do Ex-Presidente José Sarney e da Senadora Roseana Sarney.

Foi ainda na cidade de São Luís que foi escrita e editada a primeira gramática no Brasil, de que foi responsável Sotero dos Reis.

Nesta fase dos grandes escritores e devido ao conjunto das obras dos mesmos, bem como da relevância destes para o cenário cultural brasileiro, a cidade de São Luís é conhecida como a Atenas Brasileira.

¹⁷ VOCÊ S/A. Pesquisa da FGV-RJ aponta as melhores cidades para trabalhar de Norte a Sul do país: oportunidade existe, mas você está pronto para mudar?. Página visitada em 02 de Janeiro de 2008.

¹⁸ Clipping Sinprop. Pesquisa da FGV-RJ aponta as melhores cidades para trabalhar de Norte a Sul do país: oportunidade existe, mas você está pronto para mudar?. Página visitada em 02 de Janeiro de 2008.

Cidade de São Luís ainda é reconhecida no plano nacional e internacional pelas manifestações culturais do Bumba-Meu-Boi, uma grande festa de sincretismo religioso que tem no mês de junho durante as festas juninas o seu maior ápice.

Vamos encontrar também em São Luís a manifestação do Tambor de Crioula e o Tambor de Mina, religião afro que tem sede na cidade na Casa Grande das Minas Jeje.

A cidade de São Luís é conhecida também como a capital brasileira do reggae, com muitos clubes de reggae e onde ainda é possível ouvir o estilo de roots reggae, último local no mundo onde o mesmo resiste.

Em termos das características políticas, o Estado do Maranhão e a cidade de São Luís têm suas disparidades.

O grupo político liderado pelo Ex-Presidente e atual senador da República José de Ribamar Araujo, vulgo José Sarney, chegou ao poder depois de vencer o grupo político liderado por Vitorino Freire e desde então, o grupo política de José Sarney passou longos 40 anos no poder, elegendo todos os seus sucessores ao cargo de Governador do Estado do Maranhão.

A única exceção neste percurso se deu quando em 1969 por indicação do General Castelo Branco, o médico Neiva Moreira foi indicado ao cargo de Governador do Estado do Maranhão.

Enquanto que na capital do Estado, a cidade de São Luís, o grupo político liderado por José Sarney jamais ao chegou ao poder.

Esta relação nem sempre foi das melhores, os conflitos ideológico-partidários estiveram presentes como elementos mediadores nas tomadas de ação da política.

Em 1995 sua filha Roseana Sarney chegou ao cargo de Governadora do Estado do Maranhão, cuja gestão foi até 2002 quando a mesma deixou o cargo para ocupar uma cadeira no Senado da República.

A realidade política no Estado do Maranhão e na cidade de São Luís constitui acentuada disputa política e ideológica entre a esfera estadual e a esfera municipal o que colabora para uma confusa situação política que se

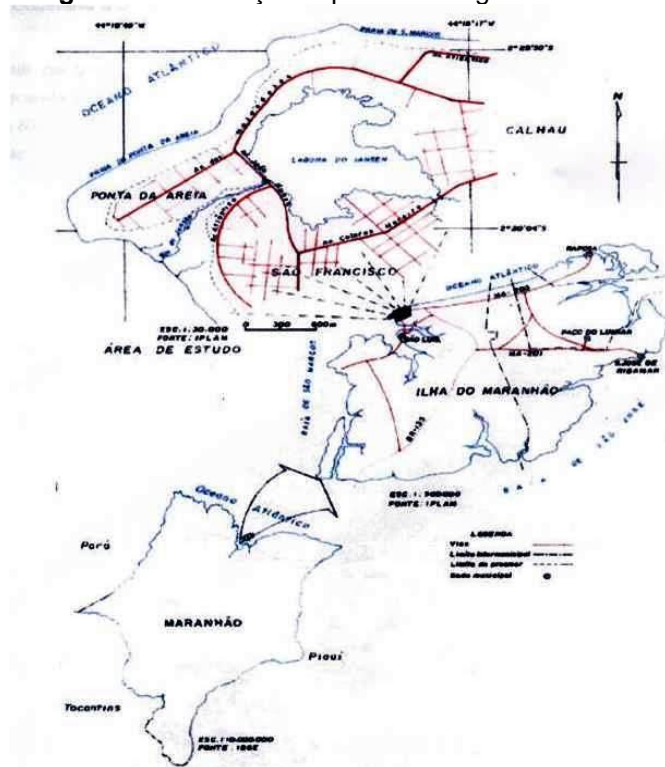
manifesta expressivamente em várias das atribuições do Estado e do Município de São Luís, fato a que o universo do desporto não escapa.

Acompanhando o percurso de nossas investigações em terreno fomos tomando contato com esta realidade no que diz respeito às relações entre as políticas públicas desportivas e a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, objeto de nossa investigação que construímos pelo viés da gestão desportiva.

4.3.1 Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

O Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen fica situado na região noroeste da Ilha de São Luís, entre as coordenadas $02^{\circ}29'07''S$ e $44^{\circ}18'02''W$, está a 4,0 Km do centro histórico da cidade e mantém limites com os bairros de São Francisco, Renascença I, Renascença II, Ponta D'areia, Ponta do Farol (Viégas, 1996, p. 43) (Figura 2).

Figura 2: Localização espacial da Lagoa da Jansen.



Fonte: Targino (1999)

Em termos da sua área territorial total, este compreende uma área de 1 milhão e 300mil m², dos quais 206 mil m² são urbanizados e pelos quais estão distribuídos várias estruturas voltadas ao desporto e lazer. Atualmente trata-se de área metropolitana bastante valorizada no mercado imobiliário, em suas proximidades encontram-se as praias de maior afluxo de banhistas: Ponta D'areia, Ponta do Farol, Marcela (São Marcos) e Calhau (Figura 1 e 2).

Fotografia 3: Localização espacial do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen



Fonte: Gerência de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão, 2001.

Nosso interesse concentra-se em analisar o período da gestão da Governadora Roseana Sarney no que diz respeito às obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, em que foram desenvolvidas obras relativas à urbanização do parque (1999-2001).

Entretanto, não podemos desconsiderar o aspecto histórico do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, que se inicia desde a sua inserção na cidade, tendo em vista não ser o mesmo um acidente geográfico natural, sua elevação à Parque Ecológico Estadual, ao conjunto das obras realizadas no mesmo que atravessam diferentes governos da esfera municipal e estadual, que nestes últimos passam pelos governos de Edison Lobão e findam durante a gestão da Governadora Roseana Sarney.

Assim, num primeiro momento fazemos uso do conjunto documental recolhido por nós, e mais adiante o conjunto das entrevistas realizadas.

4.3.2 Dos Documentos

Nesta seção apresentamos os dados oriundos de documentos oficiais e não-oficiais recolhidos, a estratégia utilizada no trato destes consistiu na leitura e re-leitura isolada dos mesmos, identificando os dados necessários ao âmbito de nossa investigação.

Esta operação foi necessária para averiguar os limites e possibilidades destes últimos para o âmbito de nossa investigação. Desde já afirmamos que estes não respondem a todos os objetivos propostos pela investigação, os mesmos alcançam até determinados limites a que as entrevistas complementam e ampliam.

Com isso, para melhor apresentar os dados os organizamos em três grandes blocos, um primeiro ligado a inserção da Lagoa da Jansen no cenário urbano da cidade de São Luís, um segundo ponto que se refere aos processos que levaram a Lagoa da Jansen a ser considerada Parque Ecológico Estadual e por fim os períodos das diversas intervenções que sofreu na década de 1990 até ser inaugurado em dezembro de 2001.

Ao fim destes, nos utilizamos de algumas categorias de análise no sentido de revisar os principais dados coletados.

4.3.3 A inserção da Lagoa da Jansen no cenário urbano da cidade de São Luís

Reverter aspectos ligados à inserção da Lagoa da Jansen no cenário urbano de São Luís nos leva a uma história que se inicia na década de 1970, na gestão municipal do Prefeito Haroldo Tavares, quando a cidade de São Luís foi palco de uma série de obras decorrentes do Plano de Expansão da cidade¹⁹ que produziram profundas transformações no seu território.

¹⁹ O plano datado de 1958 e de autoria do Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, na altura Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens Seccional do Maranhão. Na altura o Departamento de Estradas e Rodagens Seccional do Maranhão (DER/MA) efetuou estudos

Naquela altura em busca de solucionar o problema do reduzido crescimento da cidade, que naqueles anos estava restrito a uma estreita faixa de terra limitada pelos estuários dos rios Anil e Bacanga, foram construídas duas pontes sobre estes rios²⁰ e realizada a mudança do porto da cidade para a Ponta da Madeira, na altura obras consideradas de elevadas significâncias social e econômica para a cidade (Viégas, 1996, p. 47).

A ponte sobre o Rio Bacanga se deu no prolongamento do bairro da Madre Deus, facilitando o acesso terrestre à Ponta da Madeira e aos bairros do Anjo da Guarda, Bacanga, Sá Viana, Vila Embratel e outros.

A ponte sobre o Rio Anil batizada como Ponte José Sarney foi construída no prolongamento da Rua do Egito em direção ao bairro do São Francisco, ligando o centro da cidade à região das praias e reduzindo as dificuldades de locomoção dos moradores daquela área para o litoral.

Daquelas obras resultaram sistemas viários adequados que culminaram na construção da Avenida Maestro João Nunes em 1974, que cruzou o igarapé Ana Jansen em direção a Ponta D'Areia e a região das praias, que antes se dava apenas por meio marítimo (Maranhão, 1993a, p.50).

Estudos de engenharia indicaram a necessidade da construção de uma ponte sobre o igarapé da Jansen, mas a Prefeitura em meio à escassez de recursos e o desejo de não contrair dívidas, optou pela construção de dois bueiros que ocasionaram o represamento do igarapé Ana Jansen e a formação do imenso espelho d'água denominado Lagoa da Jansen, o que levou à morte por submersão de 140 hectares de manguezal (Viégas, 1996, pp. 50) (Figura 5).

para a construção de uma grande avenida, que dava continuidade à ponte sobre o Rio Anil e que passaria pela região do São Marcos chegando até ao bairro do Tirirical, onde na região do São Marcos sofreria um desdobramento que se prolongaria numa avenida oceânica que percorreria as praias de São Marcos, Calhau, Olho D'Água, Jaguarema e Olho de Porco, continuando até a Maioba de Mocajituba e alcançando por fim a auto-estrada MA-53 em São José dos Índios, o que não ocorreu em sua integralidade¹⁹ (Viégas, 1996, p. 48).

²⁰ O referido plano apontava ainda que o desenvolvimento da cidade se dava das partes mais altas para as mais baixas, que nas partes mais baixas próximas dos rios moravam homens geralmente depauperados, vencidos pelo trabalho e sem educação necessária para melhorarem as suas condições de vida (Viégas, 1996, p. 47)

Figura 4: Visão aérea das obras de Saneamento da Lagoa da Jansen



Fonte: Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão - SINFRA (1993).

O acesso ao bairro do São Francisco pela ponte José Sarney gerou intensa expansão urbana àquela e às regiões da Ponta D'Areia²¹, acelerando a urbanização da orla marítima, ocasionando sérios problemas ambientais à Lagoa da Jansen devido a elevadas quantidades de dejetos domésticos lançados in natura no leito do espelho d'água pela rede de esgoto das casas instaladas naquela região (Targino, 1999, pp. 21).

Estas áreas apesar de terem sido pensadas exclusivamente usufruto de residenciais de classes médias e altas, esta foi alvo simultâneo do crescimento do comércio e de setores de serviços, que ocasionou uma reversão na vocação dos bairros e a demanda da classe baixa junto destes à procura de emprego no setor de serviços oferecido pelas classes média e alta residente no local (Viégas, 1996, p. 50).

A classe baixa sem recursos financeiros para moradias próprias migraram para as áreas inóspitas circunvizinhas, desencadeando um processo de invasão sob pontes, sobre os manguezais e sobre o próprio espelho d'água

²¹ Esta expansão urbana aos bairros do São Francisco, Ponta D'Areia e orla marítima também se deve ao fato da migração ocorrida pela busca de emprego junto a Companhia Vale do Rio Doce e Alumínio do Maranhão, que resultou no surgimento dos bairros do Renascença I, Renascença II, Ponta do Farol e Calhau (Viégas, 1996, p. 50).

da Lagoa da Jansen originando centenas de palafitas (Viégas, 1996, 49-50)²² (Figura 6).

Figura 5: Palafitas sobre o espelho d'água da Lagoa da Jansen



Fonte: Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão - SINFRA, 1993.

Esta migração acabou por tornar a Lagoa da Jansen alvo fácil para tais palafitas, tornando-se outro fator de desequilíbrio ambiental com reflexos negativos para a população (Targino, 1999, p. 21).

Com isso, a retenção de massa líquida drenada pela bacia da Lagoa da Jansen, as restrições de renovação do volume d'água armazenado aliado ao lançamento de maneira direta e indireta de elevadas quantidades de dejetos domésticos no espelho d'água pelas palafitas e prédios de luxo no seu entorno produziu sérios danos ambientais à mesma, descaracterizando o ambiente natural da Lagoa da Jansen (Labohidro, 2002).

Estes problemas provocaram a redução da qualidade ambiental do local, tornando o mesmo anóxico pelo elevado teor de matéria orgânica em decomposição no fundo da lagoa²³ e a produção de gases gerando forte mau cheiro que difundido pela força do vento a grandes distancias, acabou por

²² O bairro do São Francisco no que diz respeito a sua constituição populacional até a década de 1970, constava em grande parte de pescadores e migrantes do interior do Estado do Maranhão, mais especificamente da região da baixada maranhense (Viégas, 1996, pp. 49).

²³ Estas condições favoreceram o surgimento e proliferação da *Ruppia marítima*, alga que serve de substrato para algas cianofíceas, que em altas densidades, devido às condições ideais de temperatura e luminosidade, morrem e se decompõem, lançando para atmosfera altos teores de gás sulfídrico que juntamente com a decomposição do fundo da Lagoa produzem um forte e desagradável odor (Labohidro, 2002).

atingir toda a região da Ponta D'Areia, São Marcos, Renascença, São Francisco e Ponta do Farol, problema que perdurou durante anos e produziu danos ambientais na área (Labohidro, 2002).

Os governos que sucederam aquele que iniciou o processo de urbanização da Ponta D'Areia não deram continuidade ao Plano de Expansão da Cidade, resultando aos bairros do São Francisco e Ponta D'Areia o crescimento desordenado e sem infra-estrutura, enquanto que à Lagoa da Jansen o aterro.

As classes mais pobres que ocupavam as margens da Lagoa da Jansen começaram a promover aterros conforme as suas possibilidades, fato que em simultaneidade também foi executado pelas classes mais abastadas que tinham imóveis a construir naquela área após a compra de lotes vendidos pela Prefeitura de São Luís²⁴ (Viégas, 1996, p. 51).

A partir de então, ingressamos nos processos que levaram a Lagoa da Jansen a Parque Ecológico Estadual, ponto que abordamos no bloco seguinte.

Trata-se de fatos, que decidimos dividir por questões didáticas para fins de melhor apresentar os dados e proporcionar organização e facilidade de entendimento sobre os mesmos.

4.3.4 Dos processos que levaram a Lagoa da Jansen à Parque Ecológico Estadual

As obras de expansão da cidade de São Luís tiveram como consequência a inserção da Lagoa da Jansen no cenário urbano da cidade, acontecimentos que prepararam o terreno para que a mesma viesse a ingressar no cenário das discussões políticas que lhe fizeram Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen nos anos finais da década de 1980.

Neste ponto é preciso esclarecer que o Governo do Estado do Maranhão através de decreto federal tinha recebido da União as terras relativas às áreas

²⁴ Com relação à Lagoa da Jansen, em cadastro realizado pela Prefeitura Municipal de São Luís em 1991, de autoria da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital (SURCAP), esta constatou que havia 428 famílias morando em palafitas dentro da Lagoa e 149 tinham suas casas em áreas parte aterrada e parte sobre o espelho d'água. (SURCAP, 1991)

do São Francisco, Renascença e Calhau, que de domínio das mesmas a partir de então, as transferiu para a administração da Prefeitura, que entregou as mesmas à Sociedade de Melhoramentos Urbanos da Capital – SURCAP/S.A para vendê-las a particulares tendo em vista as intenções de expansão territorial daquelas áreas (Jornal O Imparcial, 13/04/1988, p.3).

Quando as terras firmes daquela área findaram, a SURCAP resolveu vender também os mangues e a Lagoa da Jansen, onde os compradores tinham as informações apenas no papel e recebiam a indicação do local de modo meramente ilustrativo (Jornal O Imparcial, 13/04/88).

Jornais da cidade de São Luís nos mostram que no ano de 1977, a Prefeitura de São Luís através da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital – SURCAP/S.A. em decorrência da urbanização da área do São Francisco e Ponta D’Areia, deu entrada naquele mesmo órgão projetos voltados à 2º etapa de urbanização da Ponta D’Areia e do Jardim Renascença (Jornal O Estado do Maranhão, 1988, p.6).

Os projetos foram aprovados e licitados, iniciando a partir de então processos de venda e aterro de parte do espelho d’água da Lagoa da Jansen pela Prefeitura de São Luís (Jornal O Estado do Maranhão, 10/04/1988, p.6), o que fora dado prosseguimento durante a gestão do Prefeito Loreno Nunes (Jornal O Estado do Maranhão, 15/04/1988).

Este episódio gerou muitos escândalos na altura, porque áreas de mangue foram postas à venda, dando margens ao aterramento gradativo da Lagoa da Jansen por empresários que tinham o objetivo de construir edifícios residenciais e comerciais na área (Jornal O Estado do Maranhão, 10/04/1988, p.6).

A venda e aterro da Lagoa da Jansen somada ao problema do odor desagradável exalado pela mesma, gerou muita pressão junto à Prefeitura Municipal de São Luís por parte da corrida imobiliária interessada em construir prédios no local e de outros comerciantes instalados naquela região.

Em 1985, a venda e aterro da Lagoa da Jansen se acentuaram com a situação de abandono da Lagoa da Jansen tanto pelas autoridades como pela

desorganização dos grupos de moradores da área que dela retiravam seu sustento.

Até por volta de 1988, grandes obras no entorno e no próprio espelho d'água deram surgimento a loteamentos como a gleba A do Renascença, Ponta do Farol, São Marcos e outros arranjos imobiliários (Jornal O Imparcial, 06/04/1988, p. 2).

Ao longo daqueles anos os aterros foram constantes, fato que não ocorreu por completo devido à mobilização por parte de movimentos ambientalistas em prol da Lagoa da Jansen²⁵ e que resultaram na sensibilização da classe política que em março de 1988 ingressaram com um projeto de lei visando sua transformação em Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

O movimento coincidiu com a tramitação na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, do projeto de Lei nº 037/88 (Anexo 1) de autoria do Deputado Estadual Gastão Vieira e subscrito pela Deputada Estadual Conceição Andrade, que previa na altura a transformação daquela área em reserva ecológica no sentido de proteger a lagoa dos intensos aterros e dos constantes problemas ambientais que lhe afetavam.

O projeto de lei foi alvo de muitos debates e discussões e gerador de conflitos político-ideológicos entre as lideranças políticas, tendo sido finalmente aprovado por substitutivo no mês de junho de 1988, transformando a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico Estadual (Maranhão, 1988a, 1988b, 1988c, 1988d, 1988e) e sancionado como Lei Estadual nº 4878 em 23 de junho de 1988 (Anexo 2) pelo na altura Governador Eptácio Cafeteira (Jornal O Imparcial, 1988).

Em simultâneo se deram vários fóruns e seminários voltados à busca de soluções para Lagoa da Jansen, com a participação de Organizações Governamentais Não-Governamentais, técnicos, professores e estudantes da

²⁵ O ponto alto do movimento foi organizado pelos estudantes dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e Artes da Universidade Federal do Maranhão, que no dia 16/04/1988 promoveram grande concentração à frente da Avenida Ana Jansen, antiga Maestro João Nunes, conseguindo reunir mais de 500 pessoas entre estudantes, professores, políticos e representantes da Colônia de Pescadores do local (Jornal O Estado do Maranhão, 17/04/1988).

Universidade Federal do Maranhão, bem como da população residente no local, onde em discussão propuseram a transformação da Lagoa da Jansen em área de lazer, pesca artesanal e turismo.

Em junho de 1988, a Secretaria Estadual das Minas Energia e Meio Ambiente – SEMEMA promoveu um seminário cujo tema foi “A Conservação da Lagoa da Jansen”²⁶, onde decorreram discussões sobre “Aspectos Ecológicos da Lagoa da Jansen”; “Aspectos Urbanísticos e Paisagísticos da Lagoa da Jansen”; “Aspectos Hidrosanitários da Lagoa da Jansen” e “Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais da Lagoa da Jansen” (Jornal O Estado do Maranhão, 01/06/1988).

Nestes seminários foi sugerida a necessidade da urbanização da Lagoa da Jansen no sentido das perspectivas urbanísticas, paisagísticas e dos frutos disto para o turismo na área, além de assuntos como a análise do estado ecológico da Lagoa da Jansen, visando equacionar e priorizar os problemas detectados e a busca por soluções apropriadas submetidas aos órgãos competentes.

Estes eventos marcaram a inserção definitiva da Lagoa da Jansen no seio das discussões políticas no Estado do Maranhão, para onde convergiram várias ações tendo em vista a agregação de valor à área como local urbanizado.

A partir de então o Governo do Estado e do Município uniram-se na busca por soluções para o referido problema da poluição da Lagoa da Jansen e dos constantes aterros clandestinos que fora alvo, de fato fatores de ordem estética e funcionais para o recente aprovado Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen foram elementos que lhe agregavam grande valor.

Com isso, ingressamos no período que se remete às primeiras intervenções na área do recém aprovado Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, que foram conduzidas pelo Governo do Estado do Maranhão e que

²⁶ Durante o evento estiveram reunidos os Secretários Estaduais de Minas, Energia e Meio Ambiente Clodomir Paz, do Trabalho e Desenvolvimento Urbano, Nam Souza, a Secretária de Urbanismo de São Luís, Telma Pinheiro, a diretora do Labohidro, Teresa Barros, o Deputado Estadual Gastão Vieira, autor do projeto que culminou em lei estadual, por fim, o Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Estado do Maranhão.

tiveram o Governo de Edison Lobão e o Governo de Roseana Sarney como principais responsáveis.

Portanto, neste período que acabamos de tratar, vemos que a Lagoa da Jansen tinha muito mais valor agregado com a permanência desta no cenário urbano da cidade e com sua urbanização, o que não pode ser descartado que se acentuou a defesa da causa ambiental do local, tendo em vista a mobilização de movimentos ecologistas e da sensibilização da esfera política que contribuiu para a consideração daquela área em parque ecológico estadual.

Além disso, foram sendo constituídas razões econômicas, paisagísticas, estéticas, questões de saúde pública, turísticas no que se inseriu também o aspecto do desporto e lazer como diferentes políticas voltadas à urbanização da área, que se combinaram de maneira complexa com forte influência no resultado final das obras que culminaram na forma que resultou o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

4.3.5 Dos Processos de Intervenção

Criado por meio de lei o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís reuniram-se na busca de soluções para o problema de poluição da área, além de procurar responder preocupações com as questões estéticas e funcionais do novo empreendimento público da cidade (Viegas, 1996, p. 56).

A partir de então ingressamos no período em que foram realizadas intervenções diretas na área do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen por parte do Governo do Estado do Maranhão, tendo sido o primeiro momento durante a gestão do Governador Edison Lobão (1991-1994), no qual foram desenvolvidas as primeiras obras de Saneamento e Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen e priorizadas obras de manejo hidráulico e sistema viário. (Maranhão, 1992a)

Com isso, no primeiro momento examinamos as intervenções realizadas na gestão do Governador Edison Lobão, as realizações prestadas pelo mesmo,

bem como pelo resgate de alguns acontecimentos que preparam terreno para as intervenções realizadas no período da gestão da Governadora Roseana Sarney que finalizou as obras em dezembro de 2001.

Num segundo momento passamos ao período relativo às intervenções realizadas durante a gestão do Governo de Roseana Sarney, aonde neste último acentuam-se questões relativas às razões de origem, concepções e finalidades da obra no que diz respeito a influencia de da combinação de diferentes elementos, acentuam-se também aspectos ligados à localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, reforçam-se informações sobre a questão da definição de instalações desportivas no cenário do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, bem como de questões relacionadas ao financiamento para as obras realizadas.

Tal como mencionado anteriormente, criado o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen em 1988, os Governos Municipal e Estadual uniram-se na busca de soluções para os problemas de poluição da área, além de manterem preocupações referentes aos aspectos estéticos e funcionais da mesma (Viégas, 1996, p. 56).

4.3.6 Período da Gestão do Governador Edison Lobão

No ano de 1991, o Governo do Estado do Maranhão através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo elaborou relatório preliminar voltado à recuperação ambiental e sanitária da Lagoa da Jansen, que consta de vários estudos encomendados a órgãos envolvidos com a problemática ambiental da área²⁷, que sugeriram várias alternativas de recuperação ambiental e sanitária do local, bem como dar prosseguimento às ações de sua utilização como parque ecológico (Maranhão, 1991a; Targino, 1999, p. 34).

As ações iniciais foram deflagradas com a retirada dos moradores que moravam em palafitas sobre o espelho d'água e remanejadas para o conjunto

²⁷ Constitui este amplo relatório os estudos da Pró-Vita, empresa contratada pela Secretaria de Estado Meio Ambiente e Turismo, a visão da Prefeitura Municipal de São Luís, da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão, estudos sobre as condições ambientais Lagoa da Jansen produzidos pela Universidade Federal do Maranhão e estudos da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital – SURCAP.

habitacional construído pela Prefeitura Municipal de São Luís. Em junho de 1989 quando na altura era Prefeito de São Luís o médico Jackson Lago, este encaminhou à Caixa Econômica Federal carta consulta OE 785/89 – GP, tratando da solicitação de recursos para projetos de habitação, urbanização e saneamento ambiental da Lagoa da Jansen²⁸ (Jornal O Debate, 14/06/1988, Prefeitura Municipal de São Luís, 1991).

Esta ação conduzida pela Prefeitura Municipal de São Luís²⁹ foi realizada com base no cadastro da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital – SURCAP (1991) elaborado anos antes, no total eram no total de 577 famílias que necessitavam serem transferidas para áreas de terra firme.

Para o conjunto habitacional foram oriundos da estimativa dos custos, duas alternativas de moradia para os lotes de 96m² para cada família, a primeira alternativa por uma casa de 37,35m² que teria possibilidade de ampliação até 50,18 m², outra tipo embrião habitacional de 21m² com possibilidade de ampliação para 51,03 m², tendo ainda a infra-estrutura com arruamento, drenagem, meio-fio, excluindo-se tubulação de água que ficou da responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos Maranhão (Prefeitura Municipal de São Luís-Surcap, 1991).

Os custos para construção de 500 casas na época, incluindo a infra-estrutura giravam na data de 15 de maio de 1991 de U\$ 3.569.799,21 para casa e de U\$ 2.887.844,24 para embrião (Viégas, 1996,p. 57; SURCAP, 1991).

Entretanto, devido a impossibilidade de possuir tanto volume de terra para o assentamento, a solução encontrada pela SURCAP foi a subdivisão em três áreas contíguas (Prefeitura Municipal de São Luís-Surcap, 1991). Tratavam-se dos lotes da Ilhinha de 57.787m² e 256 lotes, Ferradura de 16.178,63 m² e 96 lotes, Sítio Campina de 20.925m² e 142 lotes,

²⁸ Estas obras de habitação resultaram no conjunto habitacional de 190 casas, entregue pela Prefeitura de São Luís na gestão do Prefeito Jackson Lago em novembro de 1992 aos moradores a preço bem abaixo do custo.

²⁹ Entretanto, é preciso comentar que esta não teria sido a primeira vez em que a Prefeitura esteve envolvida com projetos voltados a recuperação ambiental da Lagoa da Jansen, demonstrativo da Dívida Fundada Flutuante – Bancos de 1986 nos mostram que a Prefeitura de São Luís em duas oportunidades, a primeira em 23.12.1981 e a segunda em 22.03.1982, recebeu verbas repassadas pelo Banco do Nordeste do Brasil para execução do projeto de urbanização da Lagoa da Jansen que nunca foi feito.

confeccionados em traba blocos com cobertura em telha canal firme (Viégas, 1996, p. 57).

A Prefeitura Municipal de São Luís construiu apenas 190 casas em terras firmes da Ilhinha – bairro ao lado esquerdo da Lagoa da Jansen, onde foram assentadas somente 244 famílias que foram retiradas para as áreas de solo no conjunto de casas entregue em novembro de 1992 (Jornal O Imparcial, 30/10/1992).

Viégas (1996, p. 58) afirma que não houve razões ao certo que explicassem esta redução do número de famílias assentadas, porque muitos documentos foram extraviados com a troca do gestor na época e pela mudança de prédio da Secretaria Municipal responsável por tais trabalhos.

O Governo do Estado, no que diz respeito a este projeto de construção das casas ficou responsável pela infra-estrutura de rede água e esgotos com os trabalhos desenvolvidos pela Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão (Caema, 1991).

Por outro lado, no que diz respeito à esfera das ações do Governo do Estado do Maranhão quanto ao assentamento de moradores, o estudo da empresa de consultoria PRÓ-VITA contratada pela SEMATUR sugeriu na altura que nem todas as famílias residentes sobre o espelho d'água e adjacências deveriam retiradas, para que ali fossem utilizadas outras instalações sanitárias, com base em meios de controle de esgoto e abastecimento de água de órgãos internacionais (MARANHÃO, 1991- Pró-Vita, 1991).

Em maio de 1991 foi entregue ao Governo do Estado do Maranhão pelo Departamento de Biologia e Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão, proposta voltada a recuperação ambiental e sanitária do ecossistema aquático da Lagoa da Jansen, um projeto de monitoramento do local que deveria ser executado em paralelo às atividades de elaboração e realização das obras a serem construídas na Lagoa da Jansen (UFMA, 1991).

Foi objetivo deste o diagnóstico do ponto de vista físico, químico e biológico das condições ambientais da Lagoa da Jansen como forma de

subsidiar os processos de recuperação ambiental e sanitária com as obras de engenharia a serem desenvolvidas no local (UFMA, 2001, p. 2).

A Secretaria de Meio Ambiente e Turismo chegou a comprar materiais baseados naquela alternativa da UFMA/SEMATUR que estava orçada em Cr\$ 38.828.755 (US\$ 131.622,90), mas que não foi opção do Governo do Estado (Viégas, 1996, p. 61).

Munida de todos os relatórios encomendados anteriormente pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado elaborou um projeto mais sofisticado que foi assumido pelo Governo do Estado, o que fora orçado no valor de moeda corrente na altura de era da ordem de Cr\$ 27.728.955.997,43 e requerido recursos ao Ministério da Ação Social (Jornal O Estado do Maranhão, 07-08-1992).

Diante disto, em dezembro de 2001 o Governo do Estado do Maranhão promoveu concurso público tendo sido vencedora a Construtora Norberto Odebrecht, que garantia entregar as obras em 540 dias corridos da assinatura do contrato, que só fora assinado em 31.07.1992 e as obras autorizadas somente em outubro de 1992.

A partir de então, instalam-se problemas de ordem técnica, burocrática e financeira que afetaram ao período relativo às obras desenvolvidas durante o período de 1992-1994 que se deu no Governo de Edison Lobão e que inviabilizaram a conclusão das obras, execução de metas e o cumprimento dos prazos (Viégas, 1996, p. 80).

O referido programa de saneamento e recuperação ambiental da Lagoa da Jansen foi aprontado apenas em fevereiro de 1993 e tinha por objetivos incrementar melhorias à qualidade de vida do indivíduo urbano, recuperando e preservando a máximo as condições ambientais naturais do complexo aquático e tinha como metas efetuar as estruturas de manejo hidráulico, serviços de terraplanagem e movimentação de terras, obras de dragagem do canal de aproximação, sistema viário perimetral, sistema de coleta e distribuição de água, sistema de drenagem urbana, reassentamento da população palafitada, criação de áreas de desporto e lazer, áreas institucionais e comerciais, áreas de pesquisa e preservação biológica (MARANHÃO, 2001; MARANHÃO, 2003).

Entretanto, foi priorizado na gestão do Governador Edison Lobão as obras referentes ao sistema das estruturas de manejo hidráulico, a construção de comportas responsáveis pela renovação das águas da Lagoa da Jansen, o que fez com que meses depois o Ministério Público Federal, através da Seccional do Maranhão viesse a investigar por meio de auditorias as obras (Anexos 3 e 4).

Ao longo deste processo o Governo do Estado também contratou empresa para gerir o andamento das realizações das obras, a empresa Guará Consultoria, que apontou uma série de problemas (Viégas, 1996, p. 81) relacionados com a obra, foram eles:

1. Houve um descompasso entre o período de licitação e constituição de projeto básico tendo sido o processo licitatório deflagrado anterior a elaboração do projeto básico (Anexo 3), a licitação pública se deu em dezembro de 1991, o contrato assinado em julho de 1992 e o projeto básico aprontado em fevereiro de 1993. Além disso, as obras iniciadas em outubro, não batem com o mesmo período da aprovação do Relatório de Impacto Ambiental aprontado em dezembro de 2002, isto é, obras executadas sem estudos de impacto ambiental;

2. As chuvas atrapalharam os serviços de esgoto, abastecimento de água e pavimentação, sendo que os serviços de água foram iniciados somente após a conclusão do projeto definitivo;

3. Consta do programa de obras que no que diz respeito a dragagem do leito da Lagoa da Jansen, que seria da ordem de 12300m³ o leito do lago formado seria seco por completo para retirada de fauna morta no fundo, bem como de acúmulo de matéria orgânica, o que nunca foi realizado;

4. Houve irregularidades no financiamento das obras e na gestão dos recursos, que por sua vez, levou também a inexecução de metas do projeto, o que fora investigado pelo Ministério Público Federal (Anexos 3,4).

5. Em termos dos empecilhos e registros de insatisfação, os estudos de Viégas (1996, p. 1981), nos levam ao fato da problemática redução do número de famílias instalados em terra firme no loteamento da Ilhinha.

6. Quanto ao financiamento, verifica-se que nesta altura foram de origem federal oriundo do Ministério da Ação Social, no sentido de cumprir obrigações.

7. No que diz respeito à orgânica, origina-se a partir da constituição daquela área em Parque Ecológico Estadual, o papel preponderante da esfera do Governo Estadual como responsável pelas obras, que no período da gestão de Edison Lobão foram marcadas por certas dificuldades expressas pelas esferas técnica, financeira e burocrática.

Portanto, ainda nos faltam informações referentes ao período seguinte que possam complementar as lacunas que ainda nos faltam serem respondidas.

4.3.7 Período da Gestão da Governadora Roseana Sarney

Conforme vimos anteriormente, o período das obras realizadas no Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen na gestão do Governador Edison Lobão (1992-1994) foi marcado por uma série de problemas de ordem técnica, financeira e burocrática, que levaram ao Ministério Público Federal Seccional do Maranhão a acompanhá-las e exigir a finalização das mesmas (Anexos 3, 4 e 5).

Com estas exigências requeridas pelo Ministério Público Federal face à fiscalização das obras decorridas no Governo de Edison Lobão, os trabalhos foram reorganizados e retomados em agosto de 1998 já na gestão do Governo de Roseana Sarney Murad, tendo sido as intervenções concernentes a este período nutridas majoritariamente com recursos financeiros federais do Ministério do Meio Ambiente.

Com isso, as obras referentes ao Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen estiveram caracterizadas no plano plurianual de 2000 a 2003, inclusas no macro-objetivo da Conservação e Proteção do Meio Ambiente, no programa/meta construção e melhoria de equipamentos urbanos, sendo a Gerencia de Infra-Estrutura incumbida de executar as obras (Maranhão, 1999).

Dessa forma, foi necessária a assinatura de um 2º Termo Aditivo em 13.8.1998, cujo valor do contrato subrogado era da ordem de R\$ 29.222.549,33, tendo sido acrescentado serviços no montante de R\$ 7.303.720,00 (Anexo 4).

Na assinatura do 4º Termo Aditivo, em 31/12/2001, foram acrescentados serviços da ordem de R\$ 3.739.622,10, totalizando R\$11.043.342,10 de acréscimos, o que equivale a 24,9721% do novo valor original do contrato subrogado, R\$ 44.222.549,33 (29.222.549,33 + 15.000.000,00 – subrogado à Coesa Engenharia em 25/08/2000 (Anexo 4).

As despesas compreenderam a recuperação sanitária e ambiental, melhoramentos da barragem da Lagoa da Jansen, promoção da recuperação da lagoa através do controle da qualidade da água e tratamento de efluentes domésticos, urbanização e saneamento da Lagoa da Jansen dentro do programa de construção e melhoria de equipamentos urbanos (Maranhão, 2000, Maranhão, 2001, Anexos 3-4).

Este envolvimento ainda tinha vários outros elementos que se cruzavam e orientavam as obras, entre eles o desenvolvimento do turismo e lazer conjuntamente com o reassentamento da população palafitada (Maranhão, 2002, p. 63).

O programa de saneamento e recuperação ambiental da Lagoa da Jansen determinou ainda a projeção de equipamentos urbanos que propusessem segurança, lazer e saúde e propagassem benefícios para toda a área circunscrita no perímetro da lagoa, assim como nas suas imediações (Maranhão, 1992, p. 63).

O gerente de Infra-Estrutura na altura, o arquiteto Ricardo Pérez ressaltava que a idéia do projeto foi incorporar a Lagoa da Jansen no entretenimento da população, preservá-la como área livre e acabar definitivamente com as tentativas de invasões às suas margens (Jornal O Estado do Maranhão, 08/09/1998).

Com investimentos da ordem de 53 milhões de reais, o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen contou ao seu final com uma área total de 1 milhão e 300 mil m² sendo dentre estes 206 mil m², com um espelho

d'água com 1.130.000 m², pista de Cooper e ciclovia com 6km, área totalmente urbanizada de 491.000 m², 48 pontos de despejo de esgotos desviados, 1.200.000 m³ de movimento de material para terraplanagem e 2,5km de via de interligação coletora (Encarte Especial do Ministério do Meio Ambiente, 2002).

As obras foram organizadas por etapas, tendo sido a primeira delas referente ao trecho delimitado entre a sede do Jornal O Estado do Maranhão e a curva da Ponta D'Areia na Avenida Maestro João Nunes, onde foram construídos ciclovia, pista de Cooper, praças, quiosques, bares e estande, que foram entregues em dezembro de 1999 (Targino, 1999, p. 48).

O primeiro momento do início daquela primeira etapa foi o desmatamento e retirada do lixo, seguido da terraplanagem para compactar o terreno até o nível do projeto.

A segunda etapa da obra referente ao saneamento e despoluição da Laguna, foi executada em dois momentos, um primeiro que envolveu a construção de uma rede coletora de esgotos e um segundo momento que tratou dos processos de renovação da água da Laguna (Targino, 1999, p.49).

Importa mencionar ainda que este primeiro momento da segunda etapa se deu com a retomada da construção do anel coletor de esgoto, uma rede de esgoto subterrânea de 15km de extensão em todo entorno da Lagoa e cinco estações elevatórias para o bombeamento dos dejetos para uma estação de tratamento de esgoto localizada no bairro do Jaracati (informação prestada pelo Ex-Secretário de Infra-Estrutura, o arquiteto Ricardo Pérez em entrevista ao Jornal O Estado do Maranhão em 30 de dezembro de 2001).

A idéia com este anel coletor foi afastar por completo os esgotos sanitários e contribuir juntamente com outras intervenções para despoluição e recuperação da qualidade ambiental da área, bem como proporcionar aos municípios uma área de lazer, com sistema de abastecimento d'água tratada, implantada da rede de distribuição para atendimento a novos domicílios e para irrigação das áreas verdes do local (Targino,1999, p. 44).

Entretanto, a gestão da Governadora Roseana Sarney, contemplou ainda obras materializadas num grande cenário descritivo envolvendo vários pontos, são eles (Targino, 1993, p. 40-49):

- Sistema de Manejo Hidráulico

O Sistema de Manejo Hidráulico foi composto de duas galerias celulares de concreto armado, que permitem a renovação de água da Lagoa da Jansen como uma das formas de controle de qualidade da mesma com o aproveitamento da variação das marés. Simultaneamente, permite tanto o esvaziamento da Lagoa da Jansen ou a manutenção do espelho d'água dentro de cotas pré-estabelecidas.

O Projeto de Manejo Hidráulico buscou conciliar tanto as exigências de caráter hidráulico quanto o sanitário, na busca de responder aos objetivos acima colocados, além de procurar torna-se um habitat ideal para as espécies ali existentes, bem como evitar a exalação de gases fétidos (Maranhão, 1993).

- Sistema Viário

Foi objetivo deste, a construção de um contorno físico, uma via coletora que margeia a Laguna da Jansen, disciplinando a urbanização no seu entorno, que permitiu a integração das ruas adjacentes e estabeleceu o acesso às áreas circunvizinhas bem como aos vários equipamentos urbanos previstos na área conforme se encontra no referido projeto.

O sistema viário ainda contemplou a implantação da via de contorno ou via coletora da Laguna e recuperação de algumas das ruas adjacentes à via coletora.

Quanto à extensão da via coletora os documentos apresentam divergências, sendo que os documentos oficiais apontam uma extensão de 3890 m (MARANHÃO, 1993a, MARANHÃO, 1993b) enquanto que os documentos não oficiais (TARGINO, 1999) apontam para uma extensão de 2584, 12 m, redução esta que é explicada pelo autor como decorrência de modificações do projeto original no sentido da preservação do parque, pois já existiam as Avenidas Colares Moreira, Avenida Maestro João Nunes e Avenida dos Holandeses, que findou na construção final de 2584,12 m.

Com isso, o traçado da planta do empreendimento segue o contorno do espelho d'água atual, a exceção de 02 segmentos localizados na parte sul e sudeste, cujo avanço para dentro da lagoa é justificado no projeto de urbanização.

A via coletora ainda é acompanhada de pista de mão dupla com 7m de largura, revestida em concreto por tratamento superficial duplo por penetração, bem como do projeto de uma ciclovia que resultou na obra final por ficar com 2,5m de largura, assim como o passeio e separados por um canteiro de 3,5 m de largura (entre a pista e a ciclovia).

As intenções da obra se concentravam na redução das agressões ao ambiente e a produção de maior estabilidade a terraplanagem, através da colocação de drenos profundos, acelerando os recalques afundamentos das camadas de argila orgânica, evitando com isso possíveis repercussões sobre a pavimentação e os equipamentos instalados.

- Sistema de Saneamento Básico

Estas obras estiveram limitadas ao abastecimento de água, esgotamento e tratamento de esgoto da população presente e futura da área da sub-bacia da Lagoa acrescida da população contribuinte ao sistema coletor (esgoto) existente e em operação do interceptor.

- Sistema de Abastecimento de Água Tratada

O sistema de abastecimento de água tratada foi elaborado tendo em vista o atendimento da expansão urbana prevista no plano diretor de urbanização da Lagoa da Jansen.

Com isso, foi construído um anel de distribuição que constitui a alimentação das redes principais de abastecimento, responsáveis pela alimentação das redes secundárias das áreas de expansão habitacional, além do atendimento aos consumos particulares previstos no projeto urbanístico em até 6300m.

- Sistema de Esgoto Sanitário

Este sistema foi alvo de estudos que visaram proporcionar ao local, após a reurbanização, uma condição de completo afastamento dos esgotos domésticos que, integrado com outras intervenções, contribuiria para o objetivo do empreendimento que é a sua despoluição e recuperação ambiental.

Os esgotos de todos os prédios e residências próximos da Laguna da Jansen, que antes da realização das obras eram lançados in natura no local, foram canalizados para a estação de tratamento localizada na área do Jaracati, atravessando a Avenida Colares Moreira na altura do Atlanta Center e findando na área do Jaracati

Contudo, nem todos os pontos de lançamento direcionados para Lagoa foram alvos de canalização para a estação de tratamento localizada nas áreas do Jaracati, ainda hoje há a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão vem retirando pontos de lançamento de esgoto.

Os dados adotados para a construção do sistema de esgoto foram obtidos do projeto geométrico definitivo do sistema viário, o que resultou no projeto hidráulico sanitário detalhado do sistema proposto.

Assim, os parâmetros e critérios do projeto da Lagoa Jansen foram:

1. Foi projetado a nível básico um sub-sistema de esgotos sanitários cujo memorial descritivo e justificativo extraem-se os dados populacionais que foram cotejados com os dados do plano diretor;
2. A população do projeto foi determinada com base em estudo populacional elaborado pelo Consórcio SANEMAR para a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão, em março de 1989, cuja projeção demográfica indicava uma densidade média na área de estudo de 95 habitantes por hectare para o ano de 2010;
3. A área contribuinte diretamente à Lagoa da Jansen foi dividida em 7 sub-áreas de contribuição e planimetradas para determinação das

populações contribuintes nos respectivos pontos de lançamento no interceptor projetado nas pistas que circundam a Lagoa da Jansen;

4. A população total para o ano de 2010 foi um dado base para a vazão de dimensionamento adotada para os coletores-troncos da Lagoa da Jansen. Este critério justificou-se devido à área apresentar poucos espaços vazios na época, embora estivesse previsto a re-locação das palafitas com a remoção da população palafitada para fora dos limites do empreendimento, prevê-se que o empreendimento em si se constituiu num atrativo para o rápido adensamento da área.

- Parâmetros e Critérios para modulação da Estação de Tratamento de Esgotos

Em decorrência da construção do sistema de esgotos, foi necessária a construção de uma estação de tratamento de esgotos, que ficou situada no bairro do Jaracati, com um total de 9453m de rede coletora e sete estações elevatórias de esgoto, o que a sua mudança de local da Estação de Tratamento de Esgotos do Jaracati – ETE – JARACATI, não implicou mudança significativa na concepção proposta pelo Plano Diretor, exceto pela interferência causada pelo empreendimento Lagoa da Jansen.

A construção da ETE foi orientada pelo estudo de projeção demográfica, que serviu de base para o dimensionamento da rede de esgoto ao redor da Lagoa da Jansen, que apresenta densidade demográfica final que se situa entre os valores médios de cerca de 125.000 habitantes, tendo sido modulada a estrutura de molde a atender a necessidade do Programa “Lagoa da Jansen” e as instalações existentes e em operação no bairro do Calhau.

- Sistema de Drenagem Pluvial

Esteve previsto um sistema de drenagem pluvial no sentido de solucionar o lançamento das águas pluviais afluentes à Lagoa, através da

implantação de um sistema de drenagem nas vias existentes nos bairros no entorno da Lagoa da Jansen.

O sistema foi concebido considerando que toda a água precipitada na área é dirigida para as vias, que as transportará pelas sarjetas até que a capacidade de escoamento total das mesmas. Estas águas acabam então por ser recolhidas pelas bocas de lobo e estas conduzidas às redes de galeria até os pontos de lançamento final na Lagoa da Jansen.

- Sistema de Urbanização

Consta no Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen (Maranhão, 1993), que o objetivo do programa era buscar a revitalização de toda a área envolvida e no caso do presente projeto viabilizar o desenvolvimento do turismo e do lazer conjuntamente com o reassentamento da população palafitada (Maranhão, 1993, p.63).

A urbanização inicialmente prevista para o cumprimento dos objetivos acima descritos se subdividiu em 5 projetos interdependentes, setorizados por glebas e titulados com os nomes dos bairros predominantes no entorno da Lagoa: Ponta D'Areia (Setor I), São Francisco (Setor II), Renascença (Setor III), Ilha (Setor IV) e São Marcos (Setor V).

O referido programa determinou a projeção de equipamentos urbanos que propunham segurança, lazer e saúde, propagassem efeitos benéficos para toda a área circunscrita ao perímetro da Lagoa da Jansen, bem como às suas imediações, que constam de nove mosaicos, analisados conforme sua vocação urbanística e de acordo com suas características (Targino, 1999, p. 49).

Quadro 2: Mosaicos do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen

MI	Quatro áreas verdes, calçada, talude, escultura, quiosques, estacionamento, ciclovia e pista de Cooper
MII	Parque Infantil, centro de informações turísticas, três áreas verdes, terraço descoberto, pista de Cooper, ciclovia, talude, terraço para bares
MIII	Bares, estacionamento, talude e praça
MIV	Pier, terraço, ciclovia, área verde, pista de Cooper, praça, estacionamento, pavilhão para exposições
MV	Dois áreas verdes preservadas e duas conchas acústicas
MVI	Pavilhão para exposições, prancha náutica, lojas, sanitários públicos, posto policial, quadras poliesportivas, área verde

MVIa	Complexo esportivo com arquibancada de cobertura tencionada, quadras poliesportivas com arquibancada comum e arquibancada pranha náutica
MVII	Avenidas de Contorno
MVIII	Talude para área para feira de artesanato, estacionamento, terraço para bares, restaurante, duas áreas verdes, rink e arquibancada.
MIX	Terraço, área verde, loteamento popular com 50 lotes para relocação de famílias da área, terraço, área verde preservada

Fonte: Adaptado de Targino, 1999.

Contudo, as obras de urbanização do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, sofreram algumas modificações e supressão de algumas das obras previstas, que em se tratando dos espaços desportivos e das observações in loco desenvolvidas na pesquisa de campo, visualizamos as seguintes instalações:

Quadro 3: Espaços Desportivos da Lagoa da Jansen

Nº de ordem	Discriminação dos Espaços	Quantidade
1	Quadra de esporte polivalente	04
2	Quadra de areia para vôlei	02
3	Estação de ginástica (madeira rústica)	01
4	Ciclovía	01
5	Pista de Cooper	01
6	Estação de Ginástica (ferragem)	03
7	Quadra de tênis	02
8	Parque infantil (brinquedos plásticos)	01
9	Pista de skate	01
10	Pista de bicicros	01
11	Arena de beach soccer	01

Fonte: Secretaria Estadual de Esportes do Estado do Maranhão, 2006.

Além disso, tão logo inaugurado o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, foi necessário a criação de uma equipe de trabalho voltada para gestão do mesmo, um grupo que constava de pessoas ligadas a diversas Secretarias de Estado: funcionários da Gerencia de Infra-Estrutura, Fundação da Cultura do Estado do Maranhão, Gerência de Desportos e Lazer, Sub-Gerência do Meio Ambiente e Gerencia de Administração (Jornal do O Estado do Maranhão, 30.12.2001).

Entretanto, somente onze meses depois, já em novembro de 2002 foi promulgado o Decreto Lei nº 19.145 de 30 de outubro de 2002 que veio instituir este modelo de gestão para o referido parque (Maranhão, 2002).

Assim, ao longo destes anos que se somam tanto o período relativo a 1992-1994 a 1998-2001, os documentos nos proporcionam uma série de informações:

1. Quanto à questão da história, no que diz respeito a razões de origem e finalidades, vê-se que as obras relativas ao Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen é fruto da combinação de várias concepções que se misturam de forma complexa e que influenciam as razões de origem e finalidades do referido parque, no qual o desporto é contemplado no atravessamento de outras políticas, ambientalismo, urbanismos, ordenamento do território, saúde pública, turismo, paisagismo, entre outros tantos elementos, que se articulam e resultam numa combinação com fortes influências no resultado final do empreendimento em dezembro de 2001.

2. Nesta dinâmica, o desporto é uma elemento que atravessa as demais concepções presentes nas obras do empreendimento, isto por sua vez, vai interferir diretamente na própria localização e implantação do parque, devido aos problemas de abandono que o mesmo acabou sofrendo e que acarretou em movimentos em sua defesa por movimentos sociais ligados às questões ambientais e por sujeitos da política, que resultou na transformação da Lagoa da Jansen em Parque Ecológico Estadual, que mais tarde sofreu intervenções que modificaram a sua configuração inicial.

3. Ao longo das intervenções vai se dar alguns problemas de ordem técnica, burocrática e financeira que vai ter no período inicial das intervenções por parte do Governo Estadual (1992-1994) algumas conseqüências, que levam ao Governo Estadual seguinte a retomar as obras no período de 1998-2001.

4. O fato da combinação de diferentes elementos no resultado final da obra contribuiu ainda para a captação de recursos de agencia federal que fora o Ministério do Meio Ambiente, porém ao longo das obras alguns problemas

foram sendo materializados (Anexos 3 e 4), de forma a ter acompanhamento de agências de regulação a nível nacional como o foi com as ações do Ministério Público Federal e ao nível local com a empresa Guará Consultoria para acompanhar a gestão dos recursos. Ao longo destas obras vamos perceber que a incidência de alguns obstáculos e empecilhos, foi alvo de preocupação quando da ação das agências de regulação de nível federal com o Ministério Público Federal.

5. Os documentos nos falam também das relações do empreendimento com os planos de governo, que na altura da gestão da Governadora Roseana Sarney, foi alvo de ações de diferentes programas, fato que se articula ao próprio conjunto das concepções que influenciaram as razões de origem e finalidades do empreendimento.

Assim, chegamos ao limite do que nos pode conceder os documentos, de forma que na seção seguinte fazemos uso das entrevistas no sentido de suprir estas lacunas.

Portanto, passemos adiante à busca de complementar as informações oriundas das leituras de documentos oficiais e não-oficiais, jornais e observações in loco.

4.3.8 Das Entrevistas

Para tratar do conteúdo das entrevistas nos utilizaremos de categorias de análise como forma de organizar o conjunto de informações com que iremos trabalhar daqui pra frente.

4.3.8.1 Categoria História: razões de origem e finalidades

O Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen tem uma história, assim, no que diz respeito às razões de origem e finalidades, os entrevistados nos revelam que:

S1: ... a gente tem que averiguar um pouco lá trás, como é que surgiu o espaço da Lagoa da Jansen, porque na verdade aquilo não era uma lagoa, era um braço de mar que foi fechado... Mas, isso passou muito tempo parado e essa falta de renovação dessa água da Lagoa, foi criando de maneira constante alguns problemas [...]...aquilo foi ocupado também por invasões, tinham muitas palafitas etc... foi começando a dar um aspecto muito negativo à região, causando problemas inclusive de natureza acho que ambiental, sujeira, lançamento de esgoto, tanto pelos moradores ali, esses...os palafitados, quanto pelo lançamento de algumas residências na região.

S2: ...essa lagoa foi originada por represamento, era um canal de mangue de 100 hectares que foram represados com a construção da Avenida Maestro João Nunes... a água ficou represada e não mais secava e ficou num nível da maré de quarto crescente e quarto minguante, isso fez com que o mangue morresse porque ficou permanentemente inundado. Então, 100 hectares de mangue foram mortos. Então, 100 hectares de mangue foram mortos, isso ficou durante muitos anos...

S3: Acho que foi na década de 80, havia todo um projeto de aterrar, que havia se transformado em laguna que originalmente era um manguezal, 169 hectares de manguezal e por conta daquela criação, daquelas duas vias de acesso uma para Ponta D'Areia e outra para o Renascença acabou se criando essa lagoa.

Tal como os documentos, todos os entrevistados apontam para o aspecto histórico da Lagoa da Jansen, que não se trata de um acidente geográfico natural, a sua inserção no cenário urbano da cidade gerou uma série de conseqüências para o próprio espelho d'água e para a região no seu entorno, problemas de ordem ambiental, ecológica e urbanística, o que nos interessou a questão das finalidades da obra.

S1: ...teve o primeiro momento com o Haroldo Tavares, que eu acho que tinha uma função urbanística na cabeça dele, depois o Gastão criou o parque ecológico [...] depois esse espaço na época da Roseana então, foi trabalhado no sentido de dar uma utilização prática para aquilo. Tentou resolver o problema do Saneamento da Lagoa e ao mesmo tempo criou um espaço, urbanístico, e com [...] voltado para prática desportiva, pro lazer contemplativo, na cidade uma área que tava completamente degradada, era uma área completamente degradada.

S2: já existia o projeto SURCAP ... lotearam metade da lagoa e esse loteamento era um projeto de urbanização [...] sempre teve uma discussão se a Lagoa deveria voltar a ser mangue...ou se ela deveria ser urbanizada e valorizada como área nobre no centro da cidade de São Luís. ...por ela ter um valor agregado maior como área urbanizada e não como manguezal é que se decidiu manter o represamento e urbanizar a orla e fazer com que um espelho d'água tivesse um valor turístico e urbanístico. Ela tem para cidade um valor econômico urbanístico, agregado muito maior como área de lazer e turismo do que como manguezal.

S3:...foi mais uma pressão dos alunos do curso de Biologia, Geografia e Educação Física da Universidade Federal do Maranhão, eu não lembro agora da data [...] a Prefeitura já tinha loteado isso pela SURCAP [...] a idéia da Prefeitura na época era aterrar para entregar esses lotes, houve uma pressão dos estudantes de geografia, biologia junto com alguns políticos, eu

me lembro que na época Gastão Vieira e Conceição Andrade que eram deputados Estaduais, entraram com esse projeto de criar o Parque Ecológico Estadual da Laguna da Jansen.

Como podemos perceber, os entrevistados nos falam das influências de diferentes concepções sobre as finalidades da obra, em que estão envolvidos concepções de ordem urbanística, ecológico-sanitária paisagística, que resultaram como verdadeiras balizas para as obras.

De tal maneira, as intervenções realizadas no local foram orientadas por estas diferentes perspectivas, marcadas inicialmente por uma visão urbanística com a inserção da Lagoa da Jansen no cenário urbano da cidade e nas tentativas de aterro da mesma pela Prefeitura de São Luís, que não desaparece com o passar dos anos graças à uma pressão popular por parte de estudantes e outros movimentos sociais envolvidos com a questão ambiental e ecológica, que ecoou até a classe política.

Essa mobilização culminou na aprovação meses depois de um projeto de lei e sanção do mesmo que resultou na Lei Estadual 4878 e transformou a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico Estadual.

Deste modo, a permanência da Lagoa da Jansen agregava muito mais valor no seio da cidade do que aterrada, neste último período apresenta-se com mais vigor perspectivas turísticas e desportivas como formas de aumentar ainda mais o valor agregado na área como formas de utilização prática do local pela comunidade da cidade.

De tal modo, fomos buscar respostas quanto a definição da localizaçDurante a gestão da Governadora Roseana Sarney que finalizou a obra com os processos de revitalização, há uma espécie de combinação das diferentes perspectivas até então desenvolvidas e pelo fortalecimento das questões urbanísticas, ecológicas e ambientais, turísticas, desportivas e de lazer.

4.3.8.2 Categoria Definição da localização e implantação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

Esta combinação de perspectivas e o aparecimento desta última, área de desporto e lazer – perspectiva nos levaram a averiguar com mais profundidade aspectos relacionados com a localização e implantação do empreendimento.

Neste aspecto os entrevistados nos dizem que:

S1: Uma parte da origem disso, era a existência daquele espaço, uma vocação, localizado num lugar geograficamente muito importante. Em São Luís, ele é muito bem localizado em relação à malha urbana de São Luís, num ponto privilegiado, muito próximo ao mar, mar de um lado, a pista e a lagoa de outro, perto do centro histórico, perto da área de expansão, do vetor de expansão da cidade, que é esse ao longo das praias e a área tava lá disponível, e depois era área que estava francamente degradada, no meio da teia urbana da cidade. Então, tudo pedia uma intervenção, agora como os equipamentos foram sendo distribuídos, isso foi na parte da concepção mesmo [...] quer dizer, qual é a..., qual seria a expectativa da população com a área ali.

S2: não respondeu

S3: Depois de ter sido criado o Parque, logo depois eu acho que entrou o Governo Lobão, aí tiveram a idéia de fazer um plano de saneamento, realmente transformar num parque, com idéia de botar pedalinho, finalmente uma área que a população pudesse utilizar de alguma forma, uma instalação de pequeno porte e pesca recreativa.

Os entrevistados revelaram que com relação ao aspecto da localização e implantação do empreendimento esta resultou da própria situação geográfica do local, que é estratégica no contexto da cidade, próxima ao mar, das vias de escoamento, do centro da cidade, das praias, além de ter sido uma enorme melhoria à região pelo aspecto de degradação em que se encontrava a mesma anteriormente.

Outro fator levantado é que a decisão é oriunda das próprias orientações do projeto inicial que procurou fazer daquele lugar um espaço plural. A reunião destes elementos implicou na atenção para a prática do desporto naquele local como forma de utilização prática do local pela comunidade.

Com isso, a combinação de perspectivas materializadas a partir das várias intervenções que o local sofreu com o passar dos anos resultou na configuração final inaugurada em dezembro de 2001, que lhe caracteriza como um espaço plural, onde diferentes políticas se fazem presentes e que o

desporto lhe atravessa articulo por outras, como o turismo e a perspectiva ecológico-ambiental.

4.3.8.3 Empecilhos e registros de insatisfação enfrentados pela obra

Dessa maneira foi de nosso interesse averiguar a existência de algum empecilho ou registro de insatisfação enfrentada pela obra. No conjunto dos entrevistados, dois deles fazem referencia a obstáculos enfrentados pela obra, se referindo a elementos de ordem física do local, como foi o caso da dificuldade de aterramento e terraplanagem do terreno colocado por S1, uma questão física.

Entretanto, S2 nos coloca um episódio em que o Ministério Público já no período da gestão do Governo de Roseana Sarney, não compreendeu a questão entre União e o Governo do Estado sobre a questão dos terrenos marinhos, alegando que a obra não tinha Relatório de Impacto Ambiental.

S2 - Teve a tentativa de embargo do projeto alegando que não tinha RIMA na época e a confusão foi associada com o patrimônio da União, porque houve um questionamento na época, de que o patrimônio da União era o dono da área e que não tinha solicitado ao patrimônio da União a cessão dessa área. Como ela tinha uma faixa de terreno marinho discutível, e tinha maior parte dela em projeto SURCAP, foi quase que um descuido administrativo, de boa vizinhança de não ter pedido à União a faixa de 30 m, isso foi solicitado.

A União, inclusive quando reclamou dessa questão de terreno marinho, fez a conclusão, fez uma das reclamações dizendo que não tinha o RIMA, mostrou-se que tinha RIMA. O RIMA datava da época de 1993, de Lobão, da 1ª época e esse RIMA foi mostrado e foi acordado, os terrenos de marinha como patrimônio da União, isso foi resolvido.

Então na realidade, esse foi o único problema que teve foi esse.

Posteriormente, teve o problema também com o Ministério Público Federal em relação ao traçado da adutora de esgoto, porque existe, todo um anel coletor de esgoto em torno da Lagoa da Jansen, essa adutora, ela passaria por/pela margem do Renascença ligando a Lagoa com a estação de tratamento do Jaracaty. E na época se mexeu em 100m² de mangue, e o Ministério Público prendeu um bando de gente com metralhadora e tudo mais, justamente porque esses 100m² de mangue tinham sido mexidos. O que também não tinha muito sentido, uma vez que se era uma obra de interesse público, nesse caso o mangue pode ser mexido em nome do interesse público e na realidade a área era de 100m². Então, foi mais uma tecnicidade burocrática do que puramente impacto ambiental.

4.3.8.4 Categoria Definição e oferta de instalações desportivas

Deste modo, fomos à busca de respostas que nos possibilitassem entender a definição e oferta de instalações desportivas no cenário do Parque

Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, o que somente o primeiro entrevistado nos respondeu alegando que tais critérios são oriundos do próprio projeto em si, da concepção do mesmo e das opiniões recolhidas pela comunidade envolvida com o desporto na cidade.

Algumas discussões ocorreram com comunidades, com algumas organizações, por exemplo, o pessoal da área esportiva, foi muito ouvido, tinha associação do pessoal da área do futebol de areia, o pessoal do ciclismo.

O pessoal da...tinha uma outra associação que era vinculada à essa parte do voleibol, se não me falhe a memória, todos eles participaram e cada um foi então interagindo com o projeto, todos eles participaram e cada um então foi interagindo com o projeto, tinham coisas que não estavam originalmente previstas.

Por exemplo, a parte da Arena de Futebol de Areia, não era originalmente prevista, mas tinha espaço suficiente, aí foi que as organizações começaram a interagir, e disse, olha esse desporto é praticado, tem representatividade, aí foi se ouvindo, essas coisas foram então complementando. O caso do futebol de areia foi bem claro, a pista de ciclismo também, a quadra de tênis e aos poucos, o projeto então foi ganhando aquele equipamento esportivo.

Ele tinha aquela coisa básica, que um arquiteto pensa, vamos fazer uma quadra de futebol, vamos fazer uma quadra de vôlei, de basquete, uma quadra polivalente, então, tinham equipamentos de esporte ao longo, mas não tinham exatamente isso. Por exemplo, essa quadra de futebol de areia, não tinha uma coisa específica projetada, essas instituições sabendo do alcance do projeto, começaram então a interagir[...] olha a gente tem uma contribuição a dar...

Aí foram conversar com o arquiteto, projetista, soluções técnicas, inclusive, vamos fazer assim, assim....Aí depois, apareceu o ciclismo, aí as pessoas foram aparecendo, foram então dando talvez outra função ao projeto original que previa diversos equipamentos desportivos, mas sofreram depois a colaboração desses grupos, dessas instituições que foram interagindo.

4.3.8.5 Categoria Criação e exploração dos espaços civis e comerciais

Ainda com interesse nesta questão, foi de nosso interesse averiguar o tema da **criação e exploração dos espaços civis e comerciais** do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, assim quanto a criação destes espaços os entrevistados nos revelam:

S1: Essa parte na verdade não foi feita por nós. Na verdade, nós construímos as edificações conforme previsões do projeto, o arquiteto lá achou que ali, aquele lugar era o melhor lugar.

S2: Na realidade há um projeto arquitetônico para o entorno, maximizado quais seriam as áreas mais adequadas para bares, restaurantes e áreas de lazer

S3: É como já te falei, veio da própria idéia de se fazer dali daquela área um parque ecológico estadual, transformar aquilo num parque, a idéia era de botar pedalinho, ter finalmente uma área que a população pudesse utilizar de alguma forma...

As falas dos sujeitos indicam que o projeto era seguido conforme os objetivos colocados no projeto original, o que nos levou então a procurar como se dava a questão quanto à exploração dos espaços.

S1: ...nós não cuidamos da parte da cessão dos espaços, a gente era uma Secretaria de Obras puramente. Eu acredito que isso também vai ficar um pouco de dúvida no ar. Tecnicamente, caberia a Secretaria de Administração do Estado fazer isso. Deve ter havido uma questão na época da Secretaria de Administração com Planejamento, eu realmente não me recordo muito bem do processo, até também porque não era nossa área. E não foi um processo instantâneo, demorou. Em 2003, eu participei rapidamente da Gerência Metropolitana, aí só um aconselhamento que eu tava fora, que eu tava na Assembléia Legislativa, mas fazendo um aconselhamento pro Ricardo Murad (Deputado Estadual Ricardo Murad) na época que era o gerente, e ele tentou por diversas vezes, licitou aquele espaço do restaurante por diversos.

S2: ...depois eles vieram licitados como para contratos, o que acontece como Por Acaso, o Kitaro, são áreas arrendadas do Governo do Estado com contratos de prazo que eu não sei definir quais são. São áreas arrendadas e não são áreas privatizadas, todo o espaço do entorno é arrendado, desde a barraquinha de côco até os restaurantes mais...

Apenas dois dos sujeitos nos responderam, o primeiro deles sem nos indicar com clareza como isto funcionou em termos da esfera estadual, indica apenas de modo sugestivo que a Secretaria de Administração possa ter feito alguma coisa do tipo, o que é reforçado pelo aspecto da licitação dos espaços feitos pelo governo do Estado.

Verifiquemos ainda que apenas os bares à beira do lago são alvos da licitação por parte do Estado, aqueles ao longo da avenida de contorno da Lagoa da Jansen são de propriedade privada.

Com isso, foi interessante ingressar pelo tema do financiamento, o que foi necessário separar as questões entre o financiamento voltado para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e o financiamento para o referido parque depois de pronto.

Assim, ainda no percurso das questões relacionadas com a gestão das instalações do parque, cuja idéia inicial partiu da própria Secretaria de Infra-Estrutura que prestou informações ainda contou com participação da Secretaria

de Administração e Planejamento (informação prestada em entrevista pelo Secretário Ricardo Pérez, data?):

S1: Houve essa preocupação! Quando a gente saiu do governo, pouco tempo depois de concluir a obra toda, mas já se deixou, existir um instrumento administrativo jurídico para criar uma espécie de um grupo de administração da Lagoa..... foi uma coisa que foi trabalhada um pouco com a nossa participação na área de infra-estrutura, que demos as informações todas e muito pelo pessoal da área de administração e planejamento para tentar bolar um sistema de gestão própria da Lagoa. A idéia da Lagoa é o seguinte, apesar dela ser um espaço urbano e, portanto, deveria ser cuidada pela Prefeitura de São Luís nos seus aspectos de limpeza pública, jardinagem, etc., a gente sentia que ainda era preciso fazer um sistema mais eficiente, mais permanente do que limpeza pública corrente, não bastava fazer essa coisa que a Prefeitura faz normalmente, [...] foi pensada essa estrutura, ela começou a ser implantada [...] no final do governo, houve uma paralisação nisso. Foi retomado de novo quando o Ricardo Murad teve na metropolitana... Esse pessoal então, era diuturnamente trabalhando, fiscalizando, tinham motos próprias para fazer circulação e esse pessoal interagia então com setores públicos, polícia militar na área de vigilância, prefeitura na área de limpeza, era gente que tinha que ficar com olho mais atento permanentemente.

S3: Olha, eu acho que criaram, pelo menos eu vejo falar que criaram uma associação de amigos da Laguna, uma coisa assim para tomar conta, até para manter todo aquele projeto que é muito bonito, um projeto em termos de lazer, criou-se uma área revelada muito boa para São Luis...

Conforme relatam os entrevistados, houve a criação de um grupo de trabalho para gerir o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, que foi fruto de reuniões entre a Secretaria de Infra-Estrutura, Secretaria de Administração e Planejamento, cujos trabalhos foram até iniciados, porém que enfrentou problemas relativos ao universo das questões de governo que lhe causou certos obstáculos.

O grupo era constituído por funcionários da Gerência de Infra-Estrutura, da Fundação da Cultura do Maranhão, da Gerencia de Desportos e Lazer, da Subgerência de Meio Ambiente e da Gerencia de Administração, cujo “objetivo do grupo que não tem cargos nem salários, é administrar a lagoa. Essa gestão será amparada por um contrato, licitada por prestação de serviço, que vai envolver segurança de patrimônio, jardinagem, limpeza e pequenos reparos hidráulicos e elétricos” (Jornal O Estado do Maranhão, 30/12/2001, p. 02).

Com isso, a intenção era colocar em prática ações que ultrapassassem o que habitualmente poderia ser função da Prefeitura de São Luís, isto é, um modelo de gestão específico para a Lagoa da Jansen, fato curioso é que

somente um ano após a inauguração do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, o grupo foi institucionalizado por vias de decreto de lei.

Surgem aqui indícios pela procura de modos de gestão específicos ao parque na dinâmica das relações entre Prefeitura e Governo do Estado.

Notemos ainda as primeiras dificuldades com relação aos objetivos da gestão relacionadas com as funções da Prefeitura Municipal de São Luís, cujas afirmações levantam a necessidade de averiguar o tema da orgânica.

4.3.8.6 Categoria Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos

Os entrevistados identificam de forma unânime a **origem dos recursos** quando mencionam as fontes federais e contra partida local do Governo do Estado:

S1: Foram recursos federais e recursos estaduais, majoritariamente federais. Eu acho que teve fonte do Ministério do Meio Ambiente...

S2: Esse projeto da Lagoa da Jansen de 1993 é um empréstimo de Prefeitura com o Governo do Estado. O trabalho de 1999 e 2001 é com recurso do Ministério do Meio Ambiente, 40 milhões de reais. De onde vem esse dinheiro do Ministério do Meio Ambiente, eu não sei, mas era dinheiro de financiamento penhoral que foi feito com o Ministério do Meio Ambiente na época que Sarney Filho era Ministro do Meio Ambiente.

S3: Eu acho que tinha uma contrapartida estadual, mas a maioria do recurso era federal

Os entrevistados afirmam que as fontes dos recursos são federais oriundas do Ministério do Meio Ambiente, porém esta agência foi a fonte dos recursos somente na última fase das obras, isto é, no governo de Roseana Sarney, dado que os documentos vistos anteriormente nos mostram que na primeira fase os recursos foram oriundos do Ministério da Ação Social.

Assim, no que diz respeito ainda no tramite do financiamento nos concentramos sobre o aspecto da gestão dos recursos, apenas dois dos sujeitos nos respondem e afirmam que:

S1: No Governo da Roseana a Secretaria de Planejamento era um órgão muito presente, era a função dela mesma.

S2: Isso aí eu tenho que ver, como é que foi essa questão, acho que é fundo perdido, linha de empréstimo federal.

As informações são esparsas, mas são mencionados dois aspectos importantes, um relativo com a presença da esfera local com a Gerência de Planejamento e outro com a esfera federal com linhas de empréstimo federal a fundo perdido.

4.3.8.7 Orgânica

4.3.8.7.1 Relações entre o projeto Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e os planos de governo.

Neste ponto fomos buscar respostas às dúvidas mantidas sobre as relações entre o projeto e os planos de governo, o que nos foi relatado diz respeito a:

S1: Não sei assim se citado, a Lagoa em si... havia um programa que era esse Auxílio das Urbanizações municipais, apoio ao desporto. Na verdade a Lagoa é um cruzamento interagindo ali diversos órgãos, na verdade [...] é possível que essas coisas tivessem dispersas nos programas dessas áreas setoriais, criação de espaços desportivos, criação de espaços culturais, áreas de lazer, eu não saberia te dizer que a Lagoa da Jansen especificamente citada assim nominalmente na parte do subprograma. Os programas de governo normalmente, no início, eles são sempre mais genéricos, é provavelmente provável que ela talvez não fosse um espaço citado especificamente, mas não tenho certeza absoluta.

S2: Não sei, tenho que ver. Foi uma obra... as principais obras foram feitas no Governo Roseana. Agora se a obra era uma plataforma de voz na eleição, não sei.

S3: Da última reforma, com esse último projeto que fizeram com esse projeto de revitalização da Laguna, que fizeram toda aquela urbanização, com calçada, quadras de esporte, áreas de lazer, criaram-se mais um parque de lazer.

Apenas o primeiro e terceiro sujeito se aproximam no que diz respeito à relação entre o projeto e o plano de governo, o qual se encontra ligado a diversas questões, que apesar de dispersas entre diferentes programas estão agregadas, reflexo que é oriundo do próprio projeto. Este fato é confirmado por outros documentos, já que as obras se fazem ligadas a diferentes questões.

4.3.8.8.2 Relações entre as responsabilidades da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

Diante destes dados referentes a empecilhos e registros de insatisfações, foi de nosso interesse uma última questão, averiguar a trama política que cerca o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen em termos das relações entre as responsabilidades da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, dizem os sujeitos que:

Nosso primeiro entrevistado nos diz que:

Eu acho que a Prefeitura tem um papel fundamental nisso pela própria função da Prefeitura, à responsabilidade institucional que ela tem. São áreas públicas em solo municipal, então em tese a responsabilidade é dela em fazer a parte de urbanização, manter os jardins, fazer a limpeza pública, fazer a conservação do sistema viário é responsabilidade municipal, mesmo porque parte dos impostos como o IPTU... a função deles é ser revestido exatamente em benefícios dessa natureza, é pra isso que a gente paga. Então em tese, a Prefeitura pra mim é um dos órgãos mais fundamentais.

O terceiro sujeito por sua vez, também faz referência

S3: Como ele é um parque estadual tem que ser o Estado, agora se o Estado repassar essa...ele pode delegar essa administração para um conselho gestor e esse conselho pode ter até alguém da Prefeitura, mas a responsabilidade é do Estado.

Pese embora a influência legalista sobre o que nos diz o terceiro entrevistado e diríamos também do primeiro, o fato é que há abertura à possibilidade de inserção da Prefeitura Municipal de São Luís nas atribuições relacionadas com o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Neste aspecto o segundo entrevistado aborda uma questão de suma importância, diz ele:

S2: É o problema no Brasil de que quem constrói é quem cuida, mas é um problema que já é muito mais complexo. Uma vez que o Brasil é um país onde a municipalidade é uma tendência, mas os recursos não passam pela municipalidade.

Trata-se de uma questão complexa, porque esta vai afetar diretamente a questão orçamentária, no que diz respeito ao repasse das cotas dos impostos entre o município, o estado e o governo federal.

S2: Então, não adianta, dizer que o município é responsável e o município tem só 15% do bolo dos impostos que são arrendados, 80% vai para União, 35% vai para o Estado e 15% para o Município[...]Então, exigir que a União, exigir que o município fique responsável pela Lagoa da Jansen quando na realidade ele tem uma situação pequena do orçamento, é... não faz sentido.

As desconfiças sobre este tema das relações entre Estado e município têm gerado diversas discussões entre as relações da esfera do Governo Estadual e Governo Municipal, sobre quem é responsável e a quem cabe as atribuições.

Entretanto, é preciso atentar para o fato da possibilidade das ausências que podem ser manifestas entre ambos, ou seja, isto não quer dizer que a partir de então a esfera estadual saia de cena e tome lugar o município, isto porque ainda impera o problema do repasse, onde o Estado exige uma posição do Município e este do primeiro, a presença de ambos é de suma importância tal como nos revela as palavras do primeiro e segundo entrevistado.

S1: Mas eu acho que o Estado não deve também sair do processo, investimentos de maior porte, às vezes recuperação de maior porte, eu acho que podem contar com a participação do Estado, de eventualmente chegar e ajudar a Prefeitura [...] Não precisa ter, não deveria ter isto claro, mas a atribuição mesmo normal eu acho que é a Prefeitura.

S2: O Estado teoricamente deveria ser responsável, se o Estado quer que o município administre; então o Estado deveria passar os recursos necessários para o município administrar. Então em termos de dominialidade a maior parte das estruturas está em áreas do Governo Estadual. Então, teoricamente se fosse perguntado, teoricamente quem deveria ser responsável pela administração da Lagoa da Jansen, teria que ser o Estado. Se o Estado quer passar isso para o município, então ele teria que fazer um acordo e repassar esses recursos.

Os entrevistados colocam em jogo a necessidade de articulação entre as esferas do Estado e do Município com relação ao Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, uma obra de suma importância para a cidade de São Luís.

Curioso é que nenhum deles aborda o aspecto do desenvolvimento desportivo dentro das responsabilidades que podem ser alvo das atribuições tanto da esfera municipal quanto da esfera estadual.

Em investigações de campo, foi possível recolher documentos que comprovam que a Secretaria de Estado de Esportes realizou várias atividades na área do parque, porém que sofreu com o passar do tempo com o abandono

do local devido a conflitos políticos na esfera do Governo do Estado (Maranhão, 2002).

Neste momento, há discussões em torno do repasse da gestão do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen para a esfera municipal, o que ainda é uma dúvida, devido ao fato dos conflitos relativos a questão do repasse dos impostos e pela criação prematura de uma gestão específica para o local.

5. TAREFA INTERPRETATIVA

5.1 Tarefa Interpretativa

Durante a tarefa interpretativa iremos interpretar os resultados conseguidos na análise de conteúdo à transcrição das entrevistas e da leitura dos documentos oficiais e não-oficiais e confrontá-los com a revisão de literatura, conquistando desse confronto os pontos fundamentais a serem colocados em nossas conclusões.

De tal maneira, organizamos nossas interpretações baseados nas sete categorias que utilizamos durante a organização da tarefa descritiva na seção anterior.

5.1.1 Categoria História: razões de origem e finalidades

A Lagoa da Jansen tal como podemos tem uma história iniciada em 1974, atravessa toda década de 1980 quando é considerada Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, avança pela década de 1990 onde foi palco de várias intervenções orientadas por diferentes concepções urbanismo, questões sanitário-ambientais, paisagísticas, ecológicas e por fim no reforço do cruzamento com o desporto e turismo.

O desporto hoje é cada vez mais plural (Bento, 2007, Constantino, 2007), o que se revela não apenas nas suas novas práticas, mas nos sentidos e nas próprias expressões espaciais do mesmo, que do espaço fechado passou para os espaços abertos.

Bento (1991, p. 248) há quase 20 anos sintetizou muito claramente esta questão quando afirmou naquela altura que o cenário desportivo, impulsionado por uma primeira tendência de trazer o desporto do exterior para o interior, para o espaço fechado e coberto, é hoje marcado por uma segunda tendência, nomeadamente a de levar o desporto para o espaço aberto, para o ar livre, para o exterior, para a natureza.

Costa (1997, p. 61) complementou esta afirmação quando afirmou que é uma tendência de nosso tempo o crescente envolvimento com o meio ambiente natural como auto-realização e auto-expressão dos praticantes do desporto.

Com isso, é preciso perceber que uma política desportiva de instalações desportivas não pode ser circunscrita por uma única visão desportiva. A realização de qualquer política desportiva deve atentar para esta pluralidade, estar atrelada a outros fatores para além do desporto, para uma política de desenvolvimento urbano, de ordenamento territorial, saúde, educação, segurança, de forma que o modelo de desporto não venha a ser único (Constantino, 2006b).

Tal como estudo de Cordas (2002, p. 128) a inserção de parques desportivos no cenário das cidades acarreta em enorme passo e incremento na qualidade de vida do referido local.

5.1.2 Categoria Localização e implantação do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen

As transformações do desporto contemporâneo, não podem ser desconsideradas sob pena de ficarmos opacos diante das possibilidades geradas pelo aspecto da própria vocação do espaço (Cunha, 2007, p. 106).

Tanto as entrevistas como os documentos nos mostraram que foram vários os elementos envolvidos no aspecto relacionado com a localização e implantação do empreendimento no Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, naquele local.

Cunha (2007, p. 107) é um dos autores que nos coloca este aspecto, quando nos fala que a localização de um espaço define uma vocação que tanto pode ser ampliada como especializada ou ainda refinada. Estes aspectos proporcionaram uma utilização prática para aquele local, isto é, os cruzamentos das perspectivas materializadas nas expressões concretas dos espaços desportivos e de lazer situados naquele parque ampliaram a vocação do local e fizeram deste uma obra de suma importância para cidade.

De fato, tal como nos diz Constantino (1999, p. 87) uma instalação deve ser entendida como um equipamento cultural com implicações no âmbito das sociabilidades que pode promover, no plano da sua funcionalidade e da sua atratividade.

A Lagoa da Jansen se tratava de uma área que era extremamente depredada, cujas obras transformaram todo o ambiente da mesma e o seu entorno.

Cunha (2000, p. 90) nos diz que o processo de tomada da decisão ao nível da localização de instalações desportivas, como forma de responder às necessidades e aspirações das populações e da correspondente provisão, obriga a que políticas definidas respondam com equidade, face o direito das pessoas acederem à prática do desporto.

5.1.3 Categoria Definição e Oferta de Instalações Desportivas

Tanto os entrevistados como os documentos nos confirmaram que esta definição e oferta foram oriundas da própria concepção original do parque, que foram passíveis de modificação, visto a construção da Arena de Beach Soccer que não constava do projeto original.

Tal como nos fala Constantino (2006, p. 48), “os espaços desportivos são uma questão central para as políticas de organização e promoção desportivas, a prática do desporto é indissociável da necessidade de espaço, por isso o desenvolvimento do desporto requer uma afetação e especialização do espaço, a qual está associada à natureza e características das diferentes práticas do desporto”.

Como nos diz Sarmiento (2000, p. 94), o sucesso das políticas relativas à procura desportiva local e adequação dos serviços municipais à realidade existente parecem estar ligados a oferta desportiva existente, a relação entre os serviços e o local da cidade.

De fato, tal como apontado pelo estudo de Cordas (2002, p.127) a existência de instalações desportivas, sua localização e tipologia é um condicionante do acesso ao desporto

5.1.4 Categoria Empecilhos e registros de insatisfação

Não há fortes elementos no que diz respeito aos empecilhos e registros de insatisfação relacionada ao período de interesse de nossa investigação, este se deu com forte expressão no período anterior à gestão da Governadora Roseana Sarney.

Entretanto, relato de S2, consultor da obra, menciona episódio de embargo da obra quando do período relativo à obras realizadas entre 1998 a 2001, marcado por um equívoco cometido pelo Ministério Público Federal quanto ao seu desconhecimento sobre a existência de Relatório Impacto Ambiental, mas o que fora logo resolvido.

5.1.5 Categoria Financiamento para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos

Os recursos majoritariamente foram da esfera federal, tanto nas obras desenvolvidas no período do Governo Lobão, quanto na gestão de Roseana Sarney, curioso é que diante das combinações entre diferentes concepções que orientaram as intervenções no local, nesta última fase da obra os recursos foram oriundos do Ministério do Meio Ambiente.

Por outro lado, o aspecto dos recursos serem de linha federal de empréstimo a fundo perdido colocado pelo segundo entrevistado nos leva à questão de que o investimento público não coloca problemas de retorno no plano financeiro, já que se assume como um custo social, mas tem exigências no plano dos custos de utilização, os quais resultam de todo o conjunto de serviços que são indispensáveis ao seu funcionamento à sua manutenção e ao enquadramento de atividades a realizar no equipamento (Constantino, 1994, p. 92).

Além disso, as investigações nos mostraram que o financiamento voltado para as obras do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

sofreram problemas no período anterior ao que nos interessava, isto é, de 1992 a 1994, fato que não se repetiu em 1998 a 2001.

Assim, no que diz respeito ao período de 1998 a 2001 o financiamento teve origem no Ministério do Meio Ambiente com contrapartida do Governo do Estado, neste período não há dados relativos a problemas quanto a gestão dos recursos, tendo sido estes acompanhados pelo Ministério Público Federal Seccional do Maranhão (Anexo 3)

Entretanto, no que diz respeito ao financiamento para o referido parque: fontes, origem e gestão dos recursos, prevalece ainda a égide do Governo do Estado, inicialmente formado por um conselho composto por funcionários públicos de diversas pastas e logo depois com a criação institucionalizada de um Conselho Gestor.

Esta perspectiva por sua vez, é pautada por uma gestão direta (Constantino, 1994), porém nos moldes da criação de um organismo exclusivamente destinado para esta tarefa como é o Conselho da Lagoa da Jansen.

5.1.6 Categoria Criação e exploração dos espaços civis e comerciais

A criação dos espaços civis e comerciais obedeceu ao programa do projeto original, isto é, uma prerrogativa externa ao âmbito local.

Quanto ao aspecto da exploração dos espaços civis e comerciais, o Governo do Estado do Maranhão licitou estes espaços por contrato à iniciativa privada que nestes locais desenvolve serviços de bar e restaurante.

Esta relação recai no aspecto do modelo de gestão, que aqui é a concessão, no qual a entidade pública transfere para outra entidade que pode ser associativa ou privada a responsabilidade pela gestão e manutenção do equipamento (Povill, 1993, p. 111).

No caso da transferência para uma entidade privada supõe a realização de um concurso público, com as exigências e tramitações administrativas decorrentes e a celebração de um contrato de concessão onde se definam as

obrigações as partes (Constantino, 1994, p. 93) como se dá com o caso investigado na Lagoa da Jansen.

Estas condições são de suma importância dentro da dinâmica dos novos papéis do Estado face ao desporto e deste para com ele, por isso nosso interesse em questões relacionadas com a orgânica.

5.1.7 Orgânica

5.1.7.1 Relações entre o projeto e os planos de governo

Com relação à orgânica nos detivemos em dois aspectos, um primeiro ligado às relações entre o projeto e os planos de governo, no que verificamos que o mesmo durante o Governo de Roseana Sarney esteve incluído no programa de recuperação espaços urbanos e em outras pastas que constam do plano plurianual de 1996-2000 (Maranhão, 2001).

É certo que no âmbito do ordenamento do território, os espaços para o desporto assumam uma maior importância nas políticas municipais e que as medidas de ocupação dos solos garantam espaços públicos para as atividades desportivas acessíveis à generalidade dos cidadãos (Constantino, 1994, p. 49).

5.1.7.2 Relações entre as responsabilidades da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen

Este aspecto nos levou a averiguar a questão da orgânica, por se tratar de uma questão que se insere diretamente no âmbito das consequências das transformações do Estado e mais especificamente para o problema dos novos papéis do Estado face ao desporto e deste com o Estado.

Este tema é de fundamental importância para nossa investigação, devido às questões do relacionamento entre a esfera do governo municipal e do governo estadual no que diz respeito ao Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen em São Luís.

Em São Luís os conflitos ideológicos e políticos entre as esferas do Governo Municipal e Governo Estadual sempre marcaram a dinâmica da política na cidade, constituindo uma série intempéries entre as esferas do município e do governo do Estado.

Entretanto, nos últimos anos a necessidade deste debate tem aberto possibilidades para superar tais dificuldades, fato que o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen é uma destas que está em vias de iniciar uma solução para o problema de gestão que lhe acomete.

A cultura tradicional da política desportiva apresenta problemas de cunho operacional e conceitual (Constantino, 2006b), que se acentuam quando a instabilidade entre as correntes político-ideológicas em luta pelo poder político atrapalham o bom andamento da gestão pública.

É certo que cada município constitui um caso específico, único na sua configuração demográfica e a sua população exprime interesses, motivações e necessidades que lhe são próprios e se estruturam a partir do seu passado histórico e da sua dinâmica cultural, aspectos que estruturam a sua entidade própria (Rabaçal, 2002, p. 34-35).

Este aspecto para a cidade de São Luís é primordial, porque em contextos de transformações políticas acentuadas, as questões que acometem o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen entre a esfera do Governo Municipal e Governo do Estado foram marcados durante muito tempo por impasses, equívocos, contradições e conflitos político-ideológicos que só emperraram o bom andamento das políticas públicas desportivas.

Com isso, a questão da divisão ou repasse dos impostos não pode ficar a mercê de uma política tradicional arcaica, que ao longo dos últimos 30 anos vem mudando expressivamente (Innerarity, 2002).

É preciso reparar para os novos papéis do Estado frente ao desporto e deste último para com o Estado, ainda mais no contexto da cidade de São Luís, o que nos faz voltar atenções para o cumprimento do princípio de subsidiaridade pelo Estado.

Esta alternativa é fundamental porque coloca o mesmo em condições de concentrar e especializar os seus recursos materiais e humanos nas tarefas

que somente ele pode fazer e que hoje não consegue executar, algo que não é conveniente para ele, por este assumir funções quando o mesmo não está em condições de cumprir sequer aquelas que de modo indiscutível pode realizar (Huidobro, 2002, p. 65).

Voltando a linhas anteriores do texto, vamos novamente recolocar o tema das possibilidades do Estado em discussão, porque este tem sido um ponto crítico nas discussões atuais, principalmente no que diz respeito ao tema de suas responsabilidades, onde urge a idéia de:

“repensar e reforçar o papel do Estado como definidor do enquadramento político e como regulador e fiscalizador da qualidade das políticas públicas. Isso obriga a uma nova cultura – a uma nova mentalidade, a uma nova atitude – que expressamos em termos de partir dos problemas para as soluções” (Moreira, 2002, p, 33)

De certo, torna-se necessário a criação de uma nova cultura política que insira a questão do desporto como política, não permitindo que as mesmas voguem no tempo e no espaço, o que nesta dinâmica as relações entre o Governo do Estado e o Governo Municipal precisam atentar para várias questões, que no contexto da perspectiva do repasse de responsabilidades do Estado para o município nos dias atuais é de suma importância.

A este respeito Sarmiento (2000, p. 93) nos diz que a passagem gradual das competências desportivas do poder central (Governo do Estado) para o poder local parece estar a ser um importante fator de desenvolvimento do sistema desportivo nacional, permitindo um reforço da ligação entre o cidadão e o Estado. Tem facilitado inclusivamente, a avaliação das carências e necessidades das populações, bem como, desempenho do exercício das funções dos líderes políticos (Sarmiento, 2000, p. 93).

No contexto da cidade de São Luís, este é um aspecto que coloca em xeque as mais duras convicções políticas constituídas, porque recolocam no cenário das discussões os limites e possibilidades entre a esquerda e a direita, mentalidade esta que impossibilita ver a riqueza da pluralidade da política e que tem no desporto uma de suas dimensões, porque este correu mais a frente que os sistemas de organização política que tentaram lhe conformar.

6.1 Conclusões e Considerações Finais

Ao longo de nosso trabalho realizamos um grande esforço no sentido de analisar as políticas públicas desportivas no contexto das transformações políticas de nosso tempo, no que diz respeito às relações existentes entre a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e as políticas desportivas no período da gestão da governadora Roseana Sarney Murad na cidade de São Luís do Maranhão – Brasil. (Período de 1995-2002).

Nossas conclusões e considerações finais ficam assim registradas:

1. O Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen tem uma história que foi iniciada nos fins da década de 1970, desde então foi alvo de diferentes intervenções face aos danos ambientais que sofreu. Estas intervenções ingressaram pela década de 1980 quando foi alvo de aterros clandestinos e danos ambientais, sendo aprovada por lei como Parque Ecológico Estadual como forma de protegê-la, adentrando então à década de 1990 quando foi alvo de várias outras intervenções de responsabilidade tanto da esfera municipal quanto na esfera estadual;
2. Estas intervenções nem sempre bem sucedidas como foi o caso do período referente às obras desenvolvidas pelo Governador Edison Lobao e que resultaram em experiências malogradas de ordem técnica, burocrática e financeira que levaram o Ministério Público Federal a realizar auditorias sobre as mesmas, tendo sido as obras repassadas ao Governo de Roseana Sarney que as finalizou em dezembro de 2001, tendo vistorias constantes do Ministério Público Federal também;
3. Estas diferentes intervenções por sua vez, foram orientadas por diferentes concepções, urbanísticas, sanitário-ambientais, ecológicas e mais tarde com agregação de valor com a união entre as perspectivas paisagísticas, estéticas, turísticas e desportivas;
4. Vê-se com isso, que no último período das obras, as diferentes concepções se combinaram e ampliaram a vocação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen a ponto das políticas públicas desportivas desenvolvidas tendo como objeto este espaço ainda não

terem êxito acompanhar suas exigências, com isso nossa hipótese dois foi confirmada;

5. O financiamento das obras teve origem federal e contra partida do Governo do Estado, tendo sido alvo de agências de regulação como o foi com o Ministério Público Federal que acompanhou com maior proximidade no segundo momento das obras relativas ao Governo de Roseana Sarney;
6. Quanto ao aspecto do financiamento e gestão do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, este é fruto da concepção do projeto original de fevereiro de 1993, a exploração dos espaços civis passou por licitação pública por meio de contrato para a iniciativa privada;
7. Um dos problemas ainda enfrentados na gestão do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, diz respeito às dificuldades da entidade local do Governo do Estado e Prefeitura Municipal em gerir de maneira proveitosa o referido parque, devido à reduzida fatia de orçamento destinado ao parque e ainda reduzida formas de se colocar em funcionamento maneiras de angariar recursos, reunir parceiros e criar outros modos de gestão pública e mista, a licitação destes trabalhos para iniciativa privada poderia dar outros destinos a utilização do parque
8. Se tornou um problema latente os conflitos político-ideológicos entre a esfera municipal e estadual, o qual obscurece muito das vezes o modo de modos de ver a possibilidade de aproximação entre a esfera municipal e estadual para lidar com problemas relativos a função do poder local sobre o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, o caminho a traçar ainda é longo, mas já se começam as primeiras aproximações.
9. Ao longo da investigação, foi notável certas dificuldades para sua execução, principalmente no que diz respeito a recolha de dados, muito dos locais visitados tiveram seus documentos retirados das estantes pela gestão anterior, o que dificuldade com gravidade a recolha de documentos.

Além disso, por mais que nossa investigação tenha vislumbrado a inserção do desporto nas perspectivas da política local e materializadas na vocação plural do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, não se visualizou programas, projetos ou ainda planos permanentes de fazer do desporto uma prática de utilização do referido espaço, entretanto há documentos relativos a atividades desenvolvidas pela Secretaria de Esportes do Estado na área do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, mas tratam-se de programas esporádicos.

Com isso, no que diz respeito as relações entre a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e os objetivos das políticas públicas desportivas no governo de Roseana Sarney, estas são marcadas pela pluralidade de influencias no resultado final dos trabalhos.

Contudo, ainda prevalece a ausência de programas voltados ao desporto para o Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen.

Com isso, no que diz respeito às nossas hipóteses de trabalho, tivemos a primeira hipótese negada e a segunda confirmada.

~

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referencias Bibliográficas

- ALVES, J.A.B.; PIERANTI, O. P. (2007) O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil. In: R.A.E. Eletrônica. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. V. 6, Nº 1, Jan/Jun. (pp. 1 -20)
- AZEVEDO, P.H. BARROS, J.F. (2004). O Nível de Participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. (pp. 77-84)
- BARDIN, L. (2004). Análise de Conteúdo, 3ªed., Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Z. (2001) Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENTO, J.O. (2007). Em Defesa do Desporto. In: BENTO,J.O. CONSTANTINO, J.M. (coord.) (2007). Em Defesa do Desporto: mutações e valores em conflito. Coimbra: Almedina, Maio. (PP.9-55).
- BOGDAN, R. BIKLEN, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.
- BRASIL. Ministério do Planejamento do. (1995). Plano Diretor de Reforma do Estado. Brasília: Ministério do Planejamento.
- CALHEIROS, M.C. (2002) Do Estado: história e conceitos. In: CUNHA, P.F. Teoria do Estado Contemporâneo. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- CARREIRO, E. A, (2006). Capacidade de Ocupação em Instalações de Esporte e Lazer. In: In: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte – Brazilian Journal of Physical Education and Sport. XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa. São Paulo: USP, v. (20), p. 389, set. Suplemento nº 5.
- CONSTANTINO, J.M. (1994). Desporto e Municípios. Lisboa: Livros Horizonte.
- CONSTANTINO, J.M. (1999) Desporto, Política e Autarquias. Lisboa: Livros Horizonte.
- CONSTANTINO, J.M. (2001) Sistema Desportivo Português: que modelo? In: Sistema Desportivo Português: que modelo? Lisboa: Confederação do Desporto de Portugal. Comunicações apresentadas na Conferência Sistema Desportivo Portugues: que modelo?, Gaia, 2001, pp.9-14.

- CONSTANTINO, J.M. (2002a) Um novo rumo para o desporto. Lisboa: Livros Horizonte.
- CONSTANTINO, J.M. (2002b) Os jogos á margem do jogo: o espetáculo desportivo e alguns dos seus efeitos perversos. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.
- CONSTANTINO, J.M. (2006a) De um Estado-Problema a um Estado-Parceiro. In: Faria, A. C.; Sobral, F.; Constantino, J.M.; Sardinha, L.B.; Carvalho, M.J. (2006). Desporto Português: do estado do problema ao problema do Estado. Lisboa: Livros Horizonte. (pp. 72-82)
- CONSTANTINO, J.M. (2006b) Desporto: geometria de equívocos. Lisboa: Livros Horizonte.
- CONSTANTINO, J.M. (2007) Os valores educativos do desporto: representações e realidades. In: Bento, J. Constantino, J.M. (coord) (2007) Em defesa do desporto: mutações e valores em conflito. Lisboa: Almedina. Maio. (pp.57-79)
- CORDAS, T.P.C. (2002). O Parque Desportivo Municipal Engenheiro Ministro dos Santos e o Processo de Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Mafra. Lisboa: T. Cordas. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- COSTA, , F.L. (2007). Condicionantes da Reforma do Estado no Brasil. In: MARTINS, P.E.M. PIERANTI, O. (2007). Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV.
- CUNHA, P.F. (2003) Preâmbulo. In: CUNHA, P.F. (Org)(2003). Teoria do Estado Contemporâneo. (p. 7-8).
- CUNHA, L.M. (2000) A modelização da Oferta dos Equipamentos Desportivos de Base. Actas do Seminário Equipamentos Desportivos: novas perspectivas de Gestão. (p. 92-96)
- CUNHA, L.M. (2007). Os Espaços do Desporto: uma gestão para o desenvolvimento humano. Coimbra: Almedina.
- DENZIN, N. K. LINCONL, Y. S. (2007) O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed.
- GIDDENS, A. (1991) As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: UNESP.

IBGE. Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

HUIDOBRO, J.G. (2003). A Reconstituição do Estado. In: CUNHA, P.F.(org) P.F. (2003)Lisboa: Verbo. (p. 59-90)

INERARITY, D. (2005). As Transformações da Política. Lisboa: Teorema.

JANUÁRIO, C. (2001). Atividade Física, Autarquias e políticas desportivas: um estudo realizado na freguesia de Miragaia (Porto). Porto: C. Januário. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

JESUS, G.M. (2000) A dimensão espacial dos esportes. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona, nº 208.

JESUS, G.M. (1999). A Geografia dos Esportes: uma introdução. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.Universidade de Barcelona, nº 35, mar.

MAIA, E.D. (2006). Esporte e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ.

MANHÃES, Eduardo Dias **Política de Esporte no Brasil** . 1ª edição. 136 páginas. ed Graal. Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, D. J. Q.; MARCHI JÚNIOR, W.. Breves reflexões sobre o processo decisório e a iteratividade na formulação e implementação de políticas públicas no campo do esporte no Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E DANÇA, 8., 2002, Ponta Grossa. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. Anais. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

MENEZES, V.G. (2006) Gestão Pública Municipal na Perspectiva da Descentralização Esportiva: uma análise da experiência do município de Camaragibe – Pernambuco – Brasil. In: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte – Brazilian Journal of Physical Education and Sport. XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa. São Paulo: USP, v. (20), p. 391, set. Suplemento nº 5.

MILHEIRO, L. M. P. (2007). Estratégia e Política Desportiva Municipal: análise da política desportiva do Concelho de Penafiel à luz dos pressupostos do planeamento estratégico. Porto: L. Milheiro. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

MOREIRA, J.M. (2002). Ética, Democracia e Estado. Cascais: Principia.

OLIVEIRA, A. DACOSTA, L. P. (2006) Mapeamento dos Espaços Esportivos para a Gestão do Esporte no Estado de Sergipe. In: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte – Brazilian Journal of Physical Education and Sport. XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa. São Paulo: USP, v. (20), p. 392, set. Suplemento nº 5.

PIRES, G. (2006). Agôn: gestão do desporto – o jogo de Zeus. Porto: Porto Editora.

PIRES, J. M. C. (2000) Gestão de Infra-Estruturas Desportivas no Distrito de Vila Real. Porto: J. Pires. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

POIRIER, J., Valladon, S., Raybaut, P. (1999). Histórias de Vida -Teoria e

POVILL, A. C. (1993). A Gestão Desportiva no âmbito territorial do município. Lisboa: Ludens, v. 13, nº 3/4, jul/dez.

Prática (2ª ed.). Oeiras. Celta Editora

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L.V. (2005) Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa: Gradiva, 4ª edição.

RABAÇAL, C. (2000) Os Equipamentos Desportivos no Contexto da Política de Desenvolvimento Regional. In: Actas do Seminário Equipamentos Desportivos: novas perspectivas de Gestão. (p. 92-96)

RODRIGUES, G.N. (2000). Obras Públicas Desportivas: análise do processo de concepção/construção de uma piscina municipal. Porto: G. Rodrigues. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

RUQUOY, D. ALBARELLO, L. DIGNEFFE, F. HIERNAUX, J.P., SAINT-GEORGES, P. (2005) Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2ª ed.

SALDANHA FILHO, M. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. Anais... Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

SALGADO FILHO, L. N.; OLIVEIRA, A. P. (2003) Reflexões acerca das políticas de promoção de atividade física e saúde: uma questão histórica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 103-119. maio.

SARMENTO, J.P. (2000). Qualidade de Gestão das Instalações e o Novo Perfil do Gestor Desportivo. Actas do Seminário Equipamentos Desportivos: novas perspectivas de Gestão. (p. 92-96)

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. (ed). Handbook of qualitative research. London: Sage; 2000:435-454.

STAKE. R. E. (2007). A Arte da Investigação com Estudos de Caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TENÓRIO, F.G. SARAVIA, E. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P.E.M. PIERANTI, O. (2007). Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV.(p. 107-132)

TERRET, T. (2008). História do Desporto. Sintra: Publicações Europa América.

VALA, J. (1986). A análise de conteúdo. In Augusto Santos Silva e Jorge Madureira Pinto (orgs.). Metodologia das Ciências Sociais (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Viegas. M.C.P(1996) Políticas Publicas e o Ecossistema Manguezal: o caso da lagoa de Jansen. São Luis: UFMA Dissertação de Mestrado Apresentada ao Curso de Mestrado em políticas Publicas da Universidade Federal do Maranhão.

YIN, R. (2001) Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2ªed.

ZOUAIN, D.M. ALVES, J.A.B. PIERANTI, O.P. (2006).Rio de Janeiro. RAP, Nº 40, V. 4, jul/ago. (pp. 731-738)

DOCUMENTOS OFICIAIS E NÃO-OFICIAIS

MARANHÃO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO. (1988a) Projeto de Lei nº037/88. São Luís: Diário da Assembléia 029/88 de 06/04/88. (Apresentado em Plenário em 30 de março de 1988).

MARANHÃO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO (1988b). Parecer nº 037/88 e Substitutivo ao Projeto de Lei nº 037/88 da Comissão de Constituição e Justiça. São Luís: Diário da Assembléia nº 052/88 de 18/05/1988.

MARANHÃO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO (1988c). Parecer nº 001/88 da Comissão de Economia, Energia, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Tecnologia. São Luís: Diário da Assembléia 19/05/1988. (Despachado para publicação em 18/05/1988).

MARANHÃO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO (1988d). Parecer nº 011/88 da Comissão de Administração e Redação Final. São Luís: Diário da Assembléia de 26/05/1988. (Despachado para publicação a 25/05/1988)

MARANHÃO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO. (1988f). Atas da 34ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura. (1988f). São Luís: Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. 20/05/1988.

MARANHÃO. (1988). Lei Estadual nº 4878 de 23 de junho de 1988. São Luís: Palácio do Governo do Estado do Maranhão.

MARANHÃO (1991). SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO. Lagoa da Jansen: Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen – relatório preliminar. São Luís: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR, jun.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. (1991) Perfil do Projeto de Preservação da Lagoa da Jansen da Prefeitura de São Luís – SEMUR/SURCA/SEMOT - Estudos Preliminares e Parâmetros de Projetos para Implantação de Obras e Equipamentos para Preservação e Saneamento Ambiental, Habitação de Interesse Social e Urbanização Paisagística da Lagoa da Jansen – São Luís/MA.

CAEMA. (1991) Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão. Relatório sobre Problema de Poluição por Esgotos Domésticos da Lagoa da Jansen.

MARANHÃO. (1991a) Lagoa da Jansen: Recuperação Ambiental-Relatório Preliminar. São Luís: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo. Jun, 1991.

MARANHÃO (1992a). Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen: relatório de impacto ambiental (RIMA). São Luís: Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

MARANHÃO (1992b). Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen São Luís-Ma: subprograma infra-estrutura. Seção A: resumo do empreendimento. São Luís: Secretaria de Estado de Infra-Estrutura.

MARANHÃO. (1995). Projeto de Lei do Plano Plurianual 1996-1999. São Luís: Secretaria do Planejamento do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. (1999). Projeto de Lei do Plano Plurianual 2000-2003. São Luís: Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

MARANHÃO (2001). Lei Estadual do Plano Plurianual 2000-2003. Maranhão

IMPrensa

*Constam de arquivos digitais inclusos no CD na contracapa do trabalho.